

# eling UP

**Revista eletrónica de Linguística  
dos estudantes da Universidade  
do Porto**

*A students' e-journal of Linguistics from  
University of Porto*

## Revista de Linguística

Volume X | n.º 1 | Ano 2021



**Diretores:**

António Leal  
Purificação Silvano

**Editores:**

Carlos Silva  
Joana Ferreira  
Mariana Ribeiro  
Rute Rebouças  
Violeta Amélia Magalhães

**Secretariado Editorial:**

Ana Cunha  
Beatriz Martins  
Edna Boliquireime  
Eloísa Bastos  
Flávio Lima  
Joel Santiago  
Luísa Pimenta  
Mariana Silva  
Matilde Marques  
Miguel Correia  
Raquel Araújo  
Renata Rodrigues  
Rui Lopes  
Sara Carvalho  
Sofia Pinho Silva  
Sofia Pinto

**Comissão Científica:**

Alexandra Pinto  
Ana Maria Brito  
Ângela Carvalho  
Celda Morgado  
Clara Amorim  
Elena Zagar Galvão  
Fátima Oliveira  
Fátima Silva  
Idalina Ferreira  
Isabel Margarida Duarte  
Joana Guimarães  
João Veloso  
Luís Filipe Cunha  
Maria da Graça Pinto  
Rogelio Ponce de León Romeo  
Sónia Valente Rodrigues  
Thomas Husgen

## FICHA TÉCNICA

*eling<sup>UP</sup>*

Revista Eletrónica de Linguística dos estudantes da Universidade do Porto  
Vol. 10 | n.º 1 | 2021

Periodicidade: Bianaual

Capa: Raquel Araújo

Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS.

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>

ISSN 1647-4058

Esta revista é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020.

## ÍNDICE

<b>Nota dos Editores</b>	<b>5</b>
<b>Entrevista à Professora Doutora Ana Maria Brito</b>	<b>7</b>
<b>Artigos</b>	
<b>O tempo e o aspeto em <i>Harry Potter e a Pedra Filosofal</i>: estudo comparativo das relações temporais em orações completivas infinitivas em português e inglês</b>	<b>25</b>
Bárbara Pinho	
<b>Estratégias de descortesia linguística em comentários de carácter político no Facebook</b>	<b>65</b>
Laura Paulino e Maria Eduarda Silva	
<b>O Pretérito Imperfeito em contos literários: valores temporais e aspetuais</b>	<b>82</b>
Ana Sofia Pinto	
<b>Recensão</b>	
<b>Martin HASPELMATH. 2019. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change? In K. Schmidtke-Bode, N. Levshina, S.M. Michaelis &amp; I.A. Seržant (eds.), <i>Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence</i>. Berlin: Language Science Press, pp. 1–23.</b>	<b>100</b>
Carlos Sousa e Silva	





## Nota dos Editores

Com a integração de novos membros na equipa editorial e com energia renovada, apresentamos o primeiro número do décimo volume da Revista *elingUP*, que publicamos ainda sob condições excepcionais de pandemia. Deste modo, o ânimo e o empenho de todos os que articularam esforços para possibilitar a publicação deste número não podia deixar de ser reconhecido e muito valorizado, pelo que expressamos o nosso maior agradecimento uma vez mais a todos os intervenientes.

Este número, além de divulgar o trabalho que é feito por estudantes de Linguística, serve também o especial propósito de homenagear a Professora Doutora Ana Maria Brito, que se jubilou no ano de 2021. A Senhora Professora é a entrevistada deste volume e, com esta publicação, queremos mostrar o nosso profundo agradecimento por toda a orientação, simpatia, sabedoria e amizade com que a Senhora Professora brindou os seus estudantes ao longo de todo o seu percurso.

Além da entrevista, este primeiro volume de 2021 conta com três artigos e uma recensão crítica.

O primeiro dos artigos intitula-se “O Tempo e o Aspeto em *Harry Potter e a Pedra Filosofal*: estudo comparativo das relações temporais em orações completivas infinitivas em português e em inglês”, de Bárbara Pinho, e faz uma análise contrastiva dos tempos verbais usados na versão original e na versão traduzida da referida obra, focando-se, de seguida, nas propriedades temporais e aspetuais do infinitivo em orações completivas presentes nas duas versões.

No segundo artigo, as autoras Laura Leonardelli Costa Paulino e Maria Eduarda dos Santos Silva apresentam-nos “Estratégias de Descortesia Linguística em Comentários de Caráter Político no *Facebook*”. As autoras mostram-nos que a sua análise do debate de temas polémicos no contexto de uma rede social aponta para que a polarização seja um fator impeditivo de consenso entre os interlocutores.

Por último, o artigo “O pretérito imperfeito em contos literários: valores temporais e aspetuais”, da autoria de Ana Sofia Freixo Pinto, aborda alguns valores temporais daquele tempo verbal e a sua interação com estados e com predicções eventivas.

A recensão de Carlos Sousa e Silva, acerca do capítulo “Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change?”, de Martin Haspelmath (2019), mostra que este texto representa um importante contributo para uma melhor compreensão da noção de universais linguísticos.



Os editores da *eling<sup>UP</sup>* esperam que este número seja tão bem recebido como foram todos os outros e fazem votos para que esta partilha continue a fomentar o interesse e o entusiasmo de que têm sido objeto as ciências da linguagem junto dos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mariana Ribeiro

## Entrevista à Professora Doutora Ana Maria Brito



A Professora Ana Maria Brito é Professora Jubilada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu trabalho desenvolve-se na área da Sintaxe Generativa, ocupando-se sobretudo de temas de Sintaxe Comparada, da interface Sintaxe-Semântica e Sintaxe-Morfologia, bem como da variação sintática em Português. Em 1988, defendeu a sua tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada *A sintaxe das orações relativas em português*, editada três anos mais tarde pelo Instituto Nacional de Investigação Científica.

A carreira da Professora Ana Maria Brito evidencia um enfoque em questões relacionadas com o sintagma nominal, a ordem frásica e as orações relativas e completivas. Não obstante, a sua vasta produção evidencia um interesse genuinamente amplo por uma diversidade de questões sintáticas relativas à língua portuguesa.

Entre os diversos aspetos que poderiam ser referidos, optamos por mencionar os vários seminários que a Professora Ana Maria Brito orientou em diversos locais do globo (Moçambique, Alemanha, Brasil), o facto de ter dirigido durante vários anos a revista *Linguística, Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, um mandato na presidência da Associação Portuguesa de Linguística, à qual está ligada desde as suas origens. Para além disso, a Professora é autora e coautora de livros, entre eles, a *Gramática da Língua*

*Portuguesa*, tendo ainda escrito dezenas de artigos e capítulos de livros nas suas principais áreas de investigação.

A importância do trabalho desenvolvido pela Professora Ana Maria Brito ao longo de várias décadas torna-a uma figura incontornável nos estudos linguísticos em Portugal, razão pela qual a revista *elingUP* não poderia deixar de lhe dirigir um convite para uma entrevista.

As circunstâncias que vivemos desde março de 2020 impediram uma entrevista presencial. Contudo, a Professora Ana Maria Brito simpaticamente respondeu por escrito às perguntas elaboradas pelas estudantes Beatriz Martins, Mariana Silva, Rita Cunha, Renata Rodrigues e Violeta Magalhães. O resultado desta conversa virtual em diferido é agora apresentado.

Esta entrevista constitui-se também como um enorme agradecimento à Professora Ana Maria Brito. Nas suas aulas, na orientação que muitos de nós recebemos, nos seus comentários e explicações, pudemos conhecer a simpatia e a sabedoria da Senhora Professora. Esses ensinamentos guiaram muitos de nós e continuarão, com certeza, a inspirar o nosso trabalho futuro.

*A Senhora Professora nasce no distrito de Viseu, mais precisamente em S. Pedro do Sul. Quando decide ir estudar para o ensino superior, escolhe o curso de Filologia Românica e a FLUL. Porquê a opção por este curso e por esta faculdade em detrimento das opções que à época seriam oferecidas pela Universidade de Coimbra e pela Universidade do Porto?*

Ter nascido em S. Pedro do Sul foi um pouco um acaso na minha vida. O meu pai era juiz e, nos anos da ditadura, era regra no país os juizes não estarem muito tempo em cada comarca. Nasci em S. Pedro do Sul, mas saí de lá com 15 dias ou um mês de idade, não sei bem... Estudei em muitas cidades e liceus e fiz o 7.º ano, o atual 11.º ano, em Viana do Castelo. Quando fui para a Universidade, fui, na realidade, para a Universidade de Coimbra estudar Filologia Românica. Nesse ano, ainda não havia o curso na Universidade do Porto e a minha irmã estudava Direito em Coimbra. Por isso, a escolha por Coimbra impôs-se naturalmente. Todavia, em 1969, o meu pai foi mais uma vez deslocado para Lisboa e, estando eu no final do 1.º ano, acompanhei os meus pais e entrei na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) em outubro de 1969.

Quanto à escolha pela Filologia Românica, ela não foi imediata. No final do antigo 5.º ano, as escolhas do curso a tomar eram ainda Românicas, Arqueologia, Matemática... Depois de um verão de muito pensar, venceram as Românicas, porque, para além do Português, a

língua francesa me cativou, logo no 1.º ano no Liceu de Viseu, graças a uma professora de que esqueci o nome e que nem sabe como foi marcante na minha escolha!

*Em 1976, a Senhora Professora vem para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto lecionar como Assistente. Qual foi a motivação da vinda para o Porto? Terá estado relacionada com a vontade, comum a outras professoras investigadoras, como à Professora Inês Duarte e à Professora Fátima Oliveira, de trabalhar com o Professor Óscar Lopes?*

Como já disse há pouco, entrei na FLUL em 1969, no 2.º ano de Filologia Românica. O curso era ainda de cinco anos. Nesse curso tive ocasião de contactar com um grupo de estudantes excepcional (Isabel Faria, Eduardo Paiva Raposo, Inês Duarte, Fátima Oliveira, Gabriela Matos, entre outros) e de professores (Lindley Cintra, Maria Helena Mateus, Maria Emília Marques, Malaca Casteleiro), que marcaram decisivamente a minha escolha pela Linguística. Tive igualmente professores de Literatura muito importantes, Alzira Seixo, Maria Lúcia Lepecki, David Mourão Ferreira, Osório Mateus e outros; porém, escolhi fazer o Seminário (uma disciplina do 5.º ano) em Linguística e preparei-me, no ano seguinte, para fazer a minha dissertação de licenciatura. Estávamos em 1973-74 e, ao mesmo tempo que ia escrevendo a dissertação, ia fazendo traduções, dava explicações. E, entretanto, aconteceu o 25 de Abril de 1974; houve modificações no plano curricular dos cursos e a dissertação de licenciatura foi suprimida, razão pela qual nunca a completei.

Entretanto, como conto noutros textos, numa viagem de finalistas a Inglaterra, por ocasião de um congresso em Cambridge, na Páscoa de 1973, conheci o Professor Óscar Lopes e aí teve início uma bela amizade. Com o 25 de Abril de 1974, a entrada do Professor Óscar Lopes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a necessária renovação do corpo docente em Linguística na Faculdade, houve um convite àquelas três jovens que tinham ido na viagem de curso a Inglaterra (eu própria, a Inês Duarte, a Fátima Oliveira) e, assim, em 1975, viemos pela primeira vez ao Porto, fomos contratadas e em janeiro de 1976 começámos a trabalhar. A convivência com o Professor Óscar Lopes foi realmente uma experiência marcante na minha vida, pois, além de ser um linguista excepcional, era possuidor de uma cultura humanista e científica fora do comum.

*Ao longo da sua carreira, tem-se dedicado intensamente ao estudo da Sintaxe. Numa fase inicial, como surgiu o interesse pela Sintaxe?*

Na fase inicial da minha carreira não era ainda óbvia a escolha pela Sintaxe, embora fosse antigo o meu gosto por esta área da gramática. Nesses primeiros anos, dei aulas de

*Introdução aos Estudos Linguísticos*, li muito e estudei em várias áreas. A certa altura até me interessei por Análise de Discurso e, em Paris, em 1978, eu, a Inês Duarte, a Fátima Oliveira, a Fernanda Dantas, a nossa querida e saudosa amiga, até conhecemos pessoalmente Michel Pêcheux e outros nomes importantes da Sociolinguística e da Linguística Francesa, alguns dos quais acabaram por vir ao Porto fazer seminários. O Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), entretanto criado em 1976, recebeu nesses anos muitos professores, nacionais e estrangeiros, tendo-se tornado um ponto de passagem de inúmeros linguistas, representantes de muitas correntes e teorias linguísticas.

Quando comecei a preparar o doutoramento, o interesse pela Análise de Discurso tinha esmorecido e já era clara a minha escolha pela Sintaxe, tendo o tema das orações relativas surgido quase naturalmente, dado que já na Faculdade de Letras de Lisboa o tinha tratado na disciplina de Seminário e no seu Relatório Final. A escolha pela Sintaxe justificou-se, igualmente, pela consciência cada vez mais clara da importância dessa área na arquitetura da gramática.

*Em 1988, a Senhora Professora apresenta a sua dissertação de doutoramento, intitulada A sintaxe das orações relativas em português, que foi mais tarde editada pelo INIC. Essa dissertação enquadra-se na Teoria da Regência e da Ligação, que, na época, era a teoria dominante do programa teórico da Gramática Generativa-Transformacional. Esse programa foi sofrendo modificações até atingir, em 1995, a forma de Programa Minimalista. No entanto, desde há já algum tempo que a Senhora Professora tem trabalhado sob o quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD). Como vê esses avanços da Gramática Generativa e a sua pertinência na atualidade? E porquê a opção pela MD entre as várias outras correntes generativas?*

Desde os anos 70, enquanto estudante, eu tinha acompanhado os vários modelos construídos por Chomsky. Em 1957, Chomsky publica *Syntactic Structures*, que é verdadeiramente a primeira tentativa de elaborar um modelo algorítmico que desse conta das frases gramaticais em Inglês, muito marcado pela separação Sintaxe-Semântica. No modelo de *Aspects of the Theory of Syntax*, de 1965, o Léxico começa a ter alguma importância, mas o modelo tem ainda pouco poder explicativo em relação à aquisição, à variação, à mudança. Esse panorama altera-se bastante com as famosas *Lectures on Government and Binding*, proferidas por Chomsky em Pisa em 1979 e publicadas em livro em 1981. Tive a oportunidade de contactar com essa obra talvez um ano antes da sua publicação, através de

uma fotocópia que um dos meus amigos de Lisboa me enviou; e essa leitura, quando estava a começar a preparar o meu doutoramento, foi uma experiência importante. A Teoria da Regência e da Ligação era uma teoria com vários módulos, desde a Teoria X-Barra, que tratava da estrutura dos constituintes, a Teoria da Ligação, que estudava as condições de distribuição de anáforas e pronomes, a Teoria Temática, que analisava as condições a que obedecia a atribuição de papéis temáticos, a Teoria do Caso, entre muitos outros aspetos. A Teoria da Regência e da Ligação tinha bastante poder descritivo e explicativo e permitia analisar muitas línguas até aí pouco estudadas em Sintaxe, as línguas românicas, o Alemão, as línguas escandinavas, as línguas eslavas, o Chinês, entre muitas outras. A Teoria da Regência e da Ligação foi, para mim, sem dúvida, a teoria mais integradora, mais inovadora, mais coerente com que trabalhei.

No quadro dessa teoria fui capaz de responder a algumas questões de investigação que coloquei a propósito das orações relativas, o tema central da minha tese de doutoramento: qual a estrutura do SN mais adequada para albergar as orações relativas? Como se explica a ocorrência de certos pronomes relativos nas relativas restritivas e nas relativas não restritivas? Há relativas sem antecedente ou livres e, se sim, qual a sua estrutura?

Nas décadas seguintes dediquei-me, como é óbvio, a muitos outros fenómenos gramaticais e, se olharem para o meu currículo, foram mesmo muitos os temas tratados.

Desde sempre as relações entre nomes e verbos me interessaram, em particular um tipo de nomes muito especiais, as nominalizações deverbais, assim como fenómenos de conversão, designados tradicionalmente como de derivação imprópria. E foi precisamente ao estudar processos de conversão e nominalizações deverbais que conheci a Morfologia Distribuída, uma teoria formada por Alec Marantz e outros nos anos 90, alternativa ao modelo da Teoria da Regência e da Ligação e que eu adotei sobretudo a partir da visão de Artemis Alexiadou, linguista que muito admiro. A ideia de que as nominalizações deverbais pudessem ser formadas em Sintaxe, a partir de raízes acategoriais, interessou-me imensamente e, por isso, em dois ou três trabalhos propus esse modelo. Alec Marantz defende que não há verbos e nomes com as respetivas estruturas argumentais num nível que se possa chamar Léxico, porque o que há são raízes e as palavras complexas vão sendo construídas em Sintaxe. Assim, a gramática construiria palavras na Sintaxe pelos mesmos mecanismos (“compor” e “mover”) a partir dos quais se constroem frases e isso significa que “compor” dois constituintes é uma função das categorias dos constituintes envolvidos, não da operação “compor” propriamente dita. Claro que a Morfologia Distribuída, para poder prescindir de um módulo como o Léxico, tem de prever listas distintas: (i) uma lista de raízes que se juntam a traços morfossintáticos

abstratos (número, pessoa, tempo e traços categorizadores); (ii) itens de vocabulário como sufixos, prefixos e marcas de concordância, que se juntam às raízes e que são inseridos na derivação de acordo com os traços exigidos por determinado contexto; (iii) a Enciclopédia, que articula o conhecimento extralinguístico aos itens de vocabulário já formados nos passos anteriores. Este modelo tem muitas potencialidades a vários níveis.

Veja-se, no entanto, que a Morfologia Distribuída, se levada às últimas consequências, defende que há apenas Sintaxe e isso é uma posição extrema, que levanta problemas. Por um lado, há, provavelmente em todas as línguas do mundo, expressões idiomáticas, com idiossincrasias difíceis de explicar apenas por regras da Sintaxe. Por outro lado, mesmo em relação à formação de palavras, há casos igualmente difíceis de compreender com um tratamento como o que descrevi acima, como em Portugal a equipa liderada pela Professora Graça Rio-Torto não se tem cansado de propor. Por exemplo, por que se diz *grito*, *salto*, *avanço* e não se diz *\*gritamento* ou *\*gritação*, *\*saltamento* ou *\*saltação*, *\*avançamento* ou *\*avançamento*? Todos estes nomes mal formados contêm sufixos de evento disponíveis na língua. Portanto, ao contrário do que preconiza a Morfologia Distribuída, uma hipótese alternativa é considerar-se que certos processos são mesmo necessários numa componente como a Morfologia, estreitamente ligada ao Léxico de certas línguas.

Claro que a Morfologia (flexional e derivacional) está ausente ou praticamente ausente em determinadas línguas, como nas línguas isolantes, como o Chinês, o Vietnamita, o Tailandês.

Isto tudo para dizer que, embora em relação ao tratamento de certos fenómenos, continue a sentir-me atraída pela Morfologia Distribuída, considero que este modelo não tem o poder descritivo e explicativo suficiente para abarcar por si só o espaço de outros modelos.

E, por isso, reparem que, no que diz respeito ao tratamento de construções *wh*, relativas, interrogativas e exclamativas, por exemplo, ou outros fenómenos mais “duros”, digamos assim, eu escolhi a Teoria da Regência e da Ligação, entretanto alterada no sentido de uma Teoria de Princípios e Parâmetros, e, a partir de 1995, substituída pelo Programa Minimalista, modelo que, de modo geral, uso atualmente.

Há neste momento modelos alternativos no quadro do que podemos designar o programa generativo; e, por vezes, na falta de um modelo integrador que nos satisfaça completamente, a escolha de uma ou outra abordagem teórica pode ser determinada pelo fenómeno que estamos a estudar.

*Olhando para a vasta contribuição científica da Senhora Professora, poderemos arriscar e dizer que, no fundo, a estrutura do SN e a estrutura argumental dos verbos são os seus problemas preferidos?*

Não sei mesmo; é verdade que são dois temas que muito me interessam e que levantam importantes problemas quanto à arquitetura da gramática.

No que diz respeito à estrutura do SN, atraiu-me sobretudo a hipótese de Abney e mais tarde de Longobardi de fazer do Determinante o núcleo das expressões nominais referenciais e, nessa área, penso que fui uma das pioneiras em Portugal da apresentação e desenvolvimento da chamada “hipótese SDET” (Sintagma Determinante). A ideia de que, nas línguas com artigos, esses elementos possam ser o centro funcional das expressões nominais referenciais e de o nome ser apenas o seu núcleo lexical, foi uma ideia importante, que procurei desenvolver nalguns trabalhos. Claro que mesmo as línguas com artigos não os exprimem em diversos tipos de contextos; vejamos, em Português Europeu, os nomes massivos e os nomes contáveis plurais em posição de objeto (*bebi água, vi filmes*) e em posição de sujeito em frases genéricas (*leões são felinos, pessoas que circulem nestes dias podem ter problemas*). Entretanto, a atenção a línguas sem artigos, como o Chinês, o Latim e tantas outras, fizeram ver que a categoria dos determinantes não é universal e que há que repensar muitos aspetos da sintaxe das expressões nominais. Não tendo nos últimos anos produzido muitos textos nessa área, tenho procurado interessar estudantes de mestrado e de doutoramento sobre o muito que há a descobrir sobre a sintaxe das expressões nominais numa perspetiva comparada.

No que diz respeito aos verbos, atraíram-me sobretudo os verbos de transferência de posse, os verbos de movimento, os verbos copulativos, não só relativamente à estrutura argumental, mas também no que diz respeito à relação entre estrutura argumental e estrutura informacional e ordem de palavras. Mas também aqui o que me interessa essencialmente é articular a parte lexical e a parte funcional; assim, sabemos que um verbo e os seus argumentos não fazem uma frase, uma oração, e para tal têm de ter uma informação de tempo e, por isso, Chomsky (1995) avança com a hipótese de uma frase ser um ST (Sintagma Tempo). O paralelismo SDET / ST interessou-me muitíssimo: com efeito, se adotarmos a perspetiva de Longobardi, entre outros, assim como a categoria do determinante faz de uma expressão nominal uma expressão referencial, também a categoria tempo traz referencialidade ao SV e é o fator crucial para que surja uma proposição.

Outra área que me fascina é a relação sintaxe / discurso, quer através da derivação das frases complexas (relativas, completivas, comparativas e consecutivas, em particular) quer



através da produção de frases com força ilocutória distinta, nomeadamente interrogativas e exclamativas. De novo, interessa perceber, designadamente, a que tipo de categoria funcional a interrogação e a avaliação presente em exclamativas Q estão ligadas. Nos anos 80, Chomsky formula a hipótese de que a sintaxe de certos tipos de orações independentes está ligada à sintaxe da frase complexa. Veja-se no Inglês o paralelismo entre *Who came?* E *I am asking who came*. Daí que o linguista proponha que ambas as construções envolvem um CP (SCOMP; Sintagma Complementador). Rizzi (1997, 2004), a escola italiana em gramática generativa e alguns linguistas da escola francesa têm uma conceção distinta: assim, Rizzi é o autor da chamada hipótese de “split CP”, pela qual a cada traço semântico / pragmático corresponde uma categoria funcional distinta.

Como já disse há pouco, as interrogativas e as relativas, como exemplos de construções *wh*, estão presentes em muitos dos meus trabalhos, em particular na minha tese de doutoramento e em trabalhos mais recentes, escritos com a minha querida amiga Gabriela Matos. Curiosamente, muito do que escrevi em Sintaxe sobre estas construções parte de reflexões semânticas do Professor Óscar Lopes na sua *Gramática Simbólica do Português*, um livro notável, ao qual podemos voltar vezes sem conta, pois nos fornece inúmeras pistas de análise.

*Ao longo da sua carreira, a Senhora Professora sempre se interessou pelo estudo da Sintaxe Comparada. Paralelamente, orientou seminários de Linguística Portuguesa em várias universidades no estrangeiro. Em 1993, esteve no Instituto Superior Pedagógico de Maputo, em Moçambique. Já em 1994, deslocou-se à Universidade de Mainz, na Alemanha, e à Universidade de Salvador, no Brasil. Essas experiências influenciaram ou complementaram a sua vida profissional, nomeadamente nos estudos sobre variedades do Português? E que contributos é que uma análise sintática comparada poderá oferecer por comparação ao estudo de uma só língua?*

De facto, algumas das minhas viagens a Moçambique (1993, 1999, 2000) e ao Brasil (1994) foram determinantes para sair um pouco da visão europeia da língua portuguesa e fizeram aumentar o meu interesse pela variação. Contaram para isso não só o conhecimento de linguistas como Perpétua Gonçalves, Maria Eugénia Duarte, Charlotte Galves e outros, mas também o contacto direto com variantes do Português diferentes da variante europeia, que nos colocam enormes desafios para a sua compreensão e explicação. Uma das ideias centrais que procurei transmitir nas minhas aulas de Variedades de Português, ideia aliás profundamente laboviana, é a de que as variantes de uma língua, mesmo as socialmente

desvalorizadas, têm gramática própria e obedecem a princípios e regras. Batia-me por esta ideia desde a primeira à última aula, mas frequentemente tive problemas, pois os estudantes estão muito marcados por uma noção normativa de língua e de gramática.

Para quem faz sintaxe desde os anos 80, trabalhar em Sintaxe Comparada – comparando variantes de uma língua ou comparando línguas distintas – é realmente a única maneira interessante de trabalhar em Linguística, pois o que sempre procuramos são os princípios e os parâmetros que regulam as gramáticas das línguas particulares numa perspetiva universal. Por isso, comparar línguas, ou melhor, comparar gramáticas, é, para mim, a maneira mais entusiasmante e a mais desafiadora de estar em Linguística. Ter tido a oportunidade de fazer alguns seminários e conferências em universidades estrangeiras e de ir a congressos foi muito importante para a minha formação. Nos últimos anos, como talvez saibam, tenho viajado pouco, pois, além de ter bastante serviço docente e muitas tarefas profissionais, também tenho uma família, a quem dedico, com gosto, muito do meu tempo!...

*Nos últimos anos, a Senhora Professora tem-se interessado pelo estudo da Língua Gestual Portuguesa, tendo inclusivamente publicado vários artigos inseridos no tema. Qual considera ser a importância de um estudo que aproxime as línguas orais e as línguas gestuais e o que lhe parece a atenção que a sociedade presta à LGP?*

Essa é uma questão com várias questões dentro. Eu cheguei à Língua Gestual Portuguesa (LGP), língua que não domino, através de uma estudante do Mestrado em Linguística, a Fernanda Bettencourt, que fez, sob minha orientação, em 2015, uma dissertação de mestrado sobre ordem de palavras em LGP, com co-orientação da Celda Morgado. A Celda Morgado não só sabe LGP como leciona Linguística da LGP na ESE do Porto.

Desde há muito me interessava a ideia de que a sintaxe das línguas gestuais, línguas mano-motoras e viso-espaciais, pudesse obedecer a princípios comuns aos das línguas orais, embora articulando processos de linearidade e de simultaneidade num espaço sintático com múltiplas potencialidades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas. Por outro lado, nos últimos 50 anos, diversos investigadores, oriundos de várias áreas, como a Neurolinguística, a Psicolinguística, a Linguística, concordam que, a nível da organização neurológica, da aquisição e do processamento, as línguas gestuais têm muitas semelhanças com o que ocorre na aquisição e no processamento das línguas orais e que as línguas gestuais são línguas naturais com idêntico grau de complexidade das línguas orais. Por essa razão, foi com muito entusiasmo que coorganizei, representando o CLUP, com a ESE do Porto, já três encontros

sobre a morfossintaxe das línguas de sinais e que escrevi, sempre a duas ou a três mãos, vários artigos sobre a sintaxe dos Vs de movimento, dos Vs de transferência de posse, mais recentemente sobre os Vs copulativos em LGP e também sobre pronomes. A convite do CLUP, estiveram nestes encontros alguns dos maiores especialistas sobre línguas gestuais, Roland Pfau, Carlo Chechetto, Josep Quer, Brendan Costello, Meltem Kelepir, Ana Mineiro, e tem sido muito bom verificar que estes encontros e estes convites têm estreitado laços entre instituições portuguesas, brasileiras, espanholas, italianas e muitas outras. Além disso, tem sido possível organizar publicações que têm contribuído para o avanço do conhecimento sobre estas línguas de sinais.

Nos últimos anos, a LGP tem tido algum reconhecimento na sociedade portuguesa, mas há muito, muito a fazer, não só no sentido de valorizar a comunidade surda e a sua integração a todos os níveis, mas também em relação à língua e à investigação da sua gramática. Espero sinceramente que a investigação sobre a LGP não desapareça no Porto, quer centrada na ESE quer centrada na FLUP. Claro que há também estudiosos na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, mas mais voltados para os problemas da educação de surdos.

*O que diria serem os grandes desafios da Sintaxe nos dias de hoje? Em línguas já amplamente estudadas, como o Português, ainda haverá problemas formais, exclusivamente sintáticos, por descrever?*

Apesar de ter havido um enorme avanço no conhecimento da Sintaxe nas últimas décadas, há ainda muito que não sabemos sobre a sintaxe do Português, das suas variantes não europeias, dos crioulos de base lexical portuguesa e de tantas línguas do mundo tão pouco estudadas e, por isso, a investigação fundamental tem de continuar a ser praticada.

Eu própria pertenço neste momento a um projeto sobre variação em Português sobre a expressão da posse e da localização, que envolve Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e percebo que há muitos fenómenos por compreender e descrever adequadamente.

Claro que, neste momento, há um grande interesse, por parte das gerações mais novas, por áreas aplicadas, como a Linguística Forense, a Psicolinguística Aplicada, estudos de aquisição e desenvolvimento da Sintaxe, a Linguística Computacional, Estudos de Tradução e, claro, a relação entre Linguística e Ensino e a formação de professores. Estou convicta de que quanto mais soubermos sobre a gramática das línguas mais estamos preparados para aplicar esses conhecimentos ao serviço de uma determinada área. Vejam a tradução, por exemplo; é importante saber muito sobre a gramática da língua de partida e sobre a gramática

da língua de chegada para se ser bom tradutor. Na FLUP, o Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos tem um bom plano curricular a este propósito, dando lugar no seu plano de estudos a unidades curriculares de Linguística, mas outros cursos têm tido menos essa preocupação.

*Que conselhos daria a um jovem investigador interessado na área da Sintaxe?*

Em primeiro lugar, ler muito, estudar o que se tem produzido em Sintaxe nos últimos quarenta, cinquenta anos, embora com critério, pois a produção de teses, livros, artigos é de tal modo abundante e neste momento tão facilmente acessível pela internet que corremos o risco de não conseguir abarcar tudo o que é importante saber sobre um determinado fenómeno. Conhecer o que foi produzido sobre determinado fenómeno, mesmo em perspetivas teóricas distintas, é um momento crucial para se iniciar a investigação.

Outro conselho é a atenção aos dados: por muito interessante que seja uma hipótese teórica, se ela não capta os dados observados, temos de alterar a hipótese e ir ao encontro de uma nova explicação. Neste momento, apesar do recurso à intuição e à introspeção continuar a ser importante, é absolutamente fundamental procurar dados reais, de *corpora*, que comprovem certas possibilidades combinatórias. Mas, cuidado, haverá sempre construções linguísticas que nós sabemos que são possíveis e que nunca encontraremos nas bases de dados disponíveis. Por isso, há que continuar a usar metodologias mistas, com exemplos criados e manipulados pelo próprio investigador e com recurso a *corpora*.

Investigar em Sintaxe não é uma tarefa simples e há teorias e formalismos que afastam alguns estudantes. Eu percebo que há estudantes que acabam por escolher áreas que consideram mais acessíveis, como a Análise de Discurso e a Pragmática, por exemplo, pois estão convictos de que essas áreas relacionam a linguagem com a sociedade e a cultura. Porém, há que ter alguma atenção em relação a certos modelos, pois, ao colocarem questões demasiado abrangentes e ao formularem hipóteses muito vagas, não estão de facto a fazer ciência e as hipóteses que avançam não são nunca falsificáveis.

Uma coisa que digo frequentemente aos meus estudantes é que, para fazer Linguística, é preciso vermo-nos como cientistas, com aguçado espírito de observação e de procura de generalizações no quadro de um modelo teórico e, quando finalmente vislumbramos o que nos parece ser uma explicação dos fenómenos, esse momento, o da descoberta, dá-nos um prazer imenso.

*A Senhora Professora tem várias publicações sobre a articulação entre estudos gramaticais e ensino. Além disso, foi também regente da UC Oficina de Gramática de Língua Portuguesa, lecionada no Mestrado em Ensino de Português na FLUP. Nesse sentido, o que é que nos poderá dizer sobre a importância desta relação na formação dos professores? E quanto à própria estrutura curricular dos mestrados em ensino do Português na FLUP, não estará esta demasiado distante do que se faz nos mestrados em Linguística ou em Estudos Literários?*

Tenho, de facto, alguns trabalhos nesta área. Penso que tive um papel importante na FLUP ao aceitar lecionar a Oficina de Gramática de Língua Portuguesa, do Mestrado em Ensino de Português. Houve um ano em que tive uma só estudante, mas, nos anos seguintes, a disciplina ganhou estudantes e ganhou prestígio, tendo-a abandonado para dar lugar a docentes mais jovens.

É uma área muito importante para a qual têm de contribuir os linguistas, em estreita colaboração com docentes de Português e professores que há muito se dedicam à formação de professores.

Nestes últimos anos, tenho estado bastante afastada dessa área. Contudo, há várias razões para não ter investido mais, ao contrário do que fizeram, por exemplo, os meus amigos e colegas Inês Duarte e João Costa. Uma dessas razões é ter tido apenas uma muito breve experiência de ensino de Português nos Ensinos Básico e Secundário no já longínquo ano de 1975; outra razão fundamental é mover-me mal nos meandros da legislação sobre o ensino.

Porém, uma coisa é certa: o contacto regular com professores que trabalham e vivem o dia-a-dia das escolas tem-me ensinado que uma das melhores armas para se ser um bom professor de Português é ter uma sólida formação em Linguística nos seus vários domínios, pois só assim o professor está apetrechado para seleccionar os conteúdos mais importantes, para perceber o que é trabalhar oficialmente a gramática em sala de aula, para apreciar criticamente programas, materiais de ensino, tantas vezes medíocres...

Nesse sentido, é crucial fornecer aos futuros professores de língua portuguesa a melhor formação possível, incluindo sólidos conhecimentos linguísticos, sem descurar a componente literária, é certo, visto que os professores de Português são, sobretudo no Ensino Secundário, simultaneamente professores de língua e professores de literatura.

As Faculdades de Letras têm-se esforçado, nos últimos anos, em dar a melhor formação possível aos futuros docentes; nesse sentido, se há alguma coisa a mudar na estrutura curricular dos mestrados em ensino do Português na FLUP, seria reforçar alguma

preparação em Linguística, designadamente permitindo ainda mais o acesso a unidades curriculares de opção, que afinal são lecionadas na mesma instituição.

*Enquanto docente já foi responsável por variadas disciplinas, lecionando atualmente outras tantas, tais como Linguística Geral, Temas de Sintaxe ou Sintaxe Comparada. Ao olhar para esse longo percurso de docência, o que é que nos poderá dizer sobre ele? Mudaria algo na forma como tem ensinado?*

A experiência docente ao longo destes quarenta e tal anos na FLUP foi das coisas mais importantes e bonitas da minha vida. Claro que um bom docente não se faz com dois ou três anos de trabalho. Só se é um bom professor ao fim de dez, vinte anos de ensino. Eu sei que, nos primeiros anos, era uma docente que dava muita importância às noções teóricas e, por vezes, tinha dificuldade em perceber o verdadeiro nível de conhecimentos dos estudantes. Ao fim de alguns anos, vamo-nos apercebendo dessas falhas e vamos melhorando. E é realmente uma sensação maravilhosa perceber que estamos a abrir perspetivas novas e ver aquele “brilho” nos olhos em alguém que está a perceber o funcionamento de algo de que não tinha dado conta antes. Tenho tido também muita sorte, pois tenho tido saúde e energia, tenho podido dar aulas de pé, escrevendo no quadro, distribuindo exercícios, deslocando-me na sala para ver o que os estudantes vão fazendo, corrigindo-os, interpelando-os. Como podem imaginar, o ano de 2020 foi muito difícil ao nível da docência, pois dar aulas à distância ou dar aulas mistas, em zoom e presenciais, não tem sido uma tarefa entusiasmante.

Em resumo, a única coisa que realmente mudaria, se pudesse, ao nível da docência, era a experiência de 2020!

*Em setembro deste ano, foi publicada uma notícia no jornal Público que descrevia o estado de envelhecimento da classe docente no ensino não-superior em Portugal. De acordo com os mais recentes dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), cerca de 63% dos professores que estavam no quadro em 2018/2019 tinham idades iguais ou superiores a 50 anos. Na edição de 2019 do relatório Education at a Glance, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estimava que só 1% dos professores portugueses tivesse menos de 30 anos. Paralelamente, no ensino superior a situação não é mais animadora, não havendo muitas vezes a renovação docente esperada nem o apoio necessário à investigação, o que faz com que muitos bons estudantes emigrem para trabalhar em universidades estrangeiras. Na sua opinião, será que esta*

*situação constitui não só um problema para a aprendizagem dos mais novos, como também um grave impedimento ao avanço da Ciência, neste caso da Sintaxe, em Portugal?*

Houve e há um grave problema, em Portugal e na Europa em geral, de envelhecimento da classe docente no ensino superior. Perderam-se anos de investimento na formação das novas gerações. Nós deveríamos estar a preparar a camada mais jovem de investigadores e docentes na casa dos 25 / 30 anos, a camada que iria substituir daqui a uns anos, em todas as suas atribuições, os que hoje têm 40 / 45 anos e isto em todas as áreas. Contudo, o que temos em muitas faculdades do país é um corpo docente envelhecido, na ordem dos 60 anos, e não existe a tal camada intermédia.

No caso do Centro de Linguística da Universidade do Porto e da FLUP, tenho a sensação de que estamos a começar a preparar uma nova camada jovem de investigadores. Mas terão os jovens que hoje têm 25 / 30 anos acesso a uma carreira estável e duradoura no ensino superior e na FLUP em particular?

Como sabem, a FLUP tem, desde há anos, uma grave situação financeira. Porém, nem sempre foi assim, houve anos mais folgados, em que se poderia ter investido mais nas gerações mais novas. E por isso, distanciei-me, por vezes frontalmente, de orientações dos que nos dirigiram no passado, por não terem percebido que era necessário dar a mão a vários jovens que poderiam ser agora docentes ou investigadores de qualidade.

Essa é uma temática dolorosa para mim, porque, como sabem, arrisco-me a deixar a Faculdade de Letras sem um docente ou investigador em Sintaxe para me substituir, apesar de eu ter cumprido a minha função de orientação e de preparação de novas gerações. Orientei cerca de 40 dissertações de mestrado e orientei cinco teses de doutoramento já concluídas, estando a orientar ou a coorientar mais cinco teses de doutoramento em curso. Onde estão essas pessoas que eu orientei? Nenhuma está na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Algumas estão a fazer um excelente trabalho em escolas do Ensino Básico e Secundário ou no Politécnico e isso conforta-me um pouco. Mas outros não tiveram sorte, eu sei, e perdi muitos possíveis colaboradores...

*Entre os vários projetos que integrou ao longo da sua carreira, qual terá sido aquele que, em termos de trabalho e descobertas, mais a estimulou?*

Se por projetos querem dizer projetos financiados, eu fiz parte de alguns, mas não muitos. Sempre disse que na FLUP não fazia muito sentido elaborar projetos em que eu fosse o coordenador e o único investigador, pois não há sintaticistas para além de mim. Neste momento faço parte de um projeto na área da expressão da localização e da posse em

variedades do Português, sediado na FLUL, dirigido pelo Professor Tjerk Hagemeier, um projeto muito interessante, infelizmente algo atingido pela pandemia, mas que, mesmo assim, está a produzir materiais de muita qualidade.

Em termos de publicações coletivas, fiz parte de algumas - a *Gramática da Língua Portuguesa*, da Caminho, a *Gramática do Português*, da Fundação Calouste Gulbenkian, e o *Handbook of Portuguese Linguistics*, da Wiley-Blackwell – e todas foram importantes para mim. Contudo, tendo de escolher uma, a *Gramática da Língua Portuguesa*, que conheceu três edições (1983, 1989 e 2003), foi talvez a experiência coletiva mais importante da minha vida: eu era mais jovem, deslocava-me a Lisboa com frequência e as reuniões de trabalho, quase sempre em casa da querida e saudosa Professora Maria Helena Mateus, eram pontos de encontro e de troca de impressões que me fizeram crescer como linguista.

Uma atividade que me deixa também orgulhosa foi a direção da *Linguística, Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, depois de a Professora Graça Pinto ter deixado de ser diretora, no final do volume 4. A revista recebeu a colaboração de muitos linguistas nacionais e estrangeiros e penso que tem servido para mostrar o dinamismo do Centro de Linguística da Universidade do Porto na divulgação e promoção da investigação na nossa área.

*A Senhora Professora foi, durante vários anos, Presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre o trabalho que desenvolveu dentro da Associação, sobre a importância que a APL tem ainda hoje, sobre o que é que sentiu que deixou feito e, eventualmente, por fazer e que rumo gostava de a ver tomar no futuro.*

Fui Presidente da Associação Portuguesa de Linguística apenas num mandato de dois anos, porque, confesso, a parte burocrática, a parte financeira, a relação com os bancos, por exemplo, são assuntos que não me cativam. Porém, foi muito estimulante organizar dois encontros nacionais (com os colegas Antónia Coutinho, Alexandra Fiéis, João Veloso e Fátima Silva), editar um dos volumes de *Textos Seleccionados* (o primeiro foi inteiramente editado pela Antónia Coutinho e pela Alexandra Fiéis), organizar no Porto um encontro de todos os Centros de Linguística do país e em que tomámos algumas posições de defesa da Linguística perante a FCT.

Eu tenho uma relação muito especial com a Associação Portuguesa de Linguística: fiz parte da sua Comissão Instaladora em 1984; participei, com ou sem comunicação, em muitos dos seus encontros; fui convidada para fazer conferências plenárias duas vezes; fiz parte de



vários júris de atribuição de prémios. Tudo isto permitiu-me acompanhar a produção linguística em Portugal durante mais de quarenta anos e constatar o crescimento e a grande qualidade da investigação realizada. E, acima de tudo, fiz muitas amizades e tenho ótimas recordações de jantares e de belas conversas ao final do dia, às vezes com um copo de vinho na mão... Em 2020, fiz questão de assistir a muitas das comunicações do *XXXVI Encontro Nacional* e de participar no ato eleitoral, mas em zoom não tem o mesmo gosto. E fica o desejo de que os encontros voltem a ser presenciais, com abraços de verdade!

A Associação Portuguesa de Linguística tem de continuar a ser o que sempre foi, uma associação dos linguistas portugueses, em que todos se sintam bem, qualquer que seja a sua abordagem teórica, que promova a qualidade da investigação e que estimule a investigação dos mais jovens, mas sempre num diálogo entre gerações que, na minha perspetiva, tem sido uma imagem de marca desta associação.

*A APL tomou posições públicas por diversas ocasiões, nomeadamente em relação à revisão dos programas da disciplina de Português no Ensino Básico e ao Acordo Ortográfico de 1990. Na opinião da Senhora Professora, esses temas são ainda polémicos? Ou haverá novas questões a dividir a opinião pública do ponto de vista linguístico?*

Penso que esses continuam a ser os dois temas mais polémicos e que dividem as opiniões da sociedade portuguesa e também, embora em menor escala, dos próprios linguistas.

Em relação ao Acordo Ortográfico: a ortografia de uma língua é, como sabemos, sempre um ponto de equilíbrio entre a aproximação à pronúncia e a aproximação à etimologia. O Acordo de 1990, embora tente conciliar a vertente fonética e a vertente etimológica, claramente dá menos força à dimensão etimológica e, por isso, há linguistas e profissionais da língua portuguesa que estão contra ele. Os linguistas que estão habituados a olhar para diferentes grafias e que têm clara consciência de que a ortografia não é a língua são capazes de manifestar uma visão mais distante e fria em relação a tudo isto e, por essa razão, em geral, não se opõem ao Acordo. Além disso, veem nele uma tentativa de unificação da ortografia no todo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. É um pouco o meu caso. Embora não seja uma entusiasta do Acordo, cumpro-o há anos sem grande dificuldade. A Associação Portuguesa de Linguística, num determinado momento, manifestou-se contra o acordo, em parte porque há bases que vão contra um lado fonológico de acordos anteriores: por exemplo, ao não preconizar a acentuação em ‘pára’ e ao aproximar a grafia da forma

verbal à preposição 'para', o Acordo está de facto a menorizar uma diferença de carácter fonológico entre o chamado "a aberto" [a] e o chamado "a semiaberto" [α].

Passados estes anos, o que me impressiona são dois fenómenos distintos: o facto de esta questão ter sido tão mal conduzida do ponto de vista político e institucional e o facto de este acordo ter permitido algumas opcionalidades na ortografia, uma ideia que, de certo modo, é contrária à ideia de acordo e que tem levado, por parte de algumas pessoas a escreverem "n'importe quoi". Custa-me ver erros de ortografia em certos meios de comunicação, como em canais de televisão, por exemplo. O que me leva a outra questão. Mais importante, talvez, do que a discussão sobre o Acordo é a melhoria contínua do ensino da língua portuguesa, em que a ortografia ocupa um lugar importante, é certo, mas em que há muitos outros aspetos a considerar: a necessidade de um enriquecimento lexical ativo por parte dos alunos, a melhoria da sua competência sintática, o estímulo à leitura, entre outras competências. E isso aplica-se não só aos jovens, mas também a todos os profissionais que lidam com a língua portuguesa.

Em relação à revisão dos programas de Português no Ensino Básico, algumas propostas recentes das *Metas Curriculares* foram criticadas quer pela Associação Portuguesa de Linguística quer pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto. As críticas foram de várias ordens: as *Metas* trouxeram uma redução considerável aos conteúdos gramaticais (deixaram de estar nos programas temas tão diversos como as relações semânticas de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, os adjetivos relacionais, entre outros); certos conteúdos, dentro do mesmo ano de escolaridade, apresentam graus de dificuldade desiguais; e muitos outros aspetos, que não vale a pena estar aqui a discriminar e que puseram em causa o trabalho desenvolvido por linguistas e professores de Português durante décadas. Estive solidária com a Associação Portuguesa de Linguística e com o Centro de Linguística da Universidade do Porto, embora, confesso, nos últimos anos tenha estado afastada destas polémicas. Uma coisa me parece muito importante: há que unir esforços para melhorar a qualidade do ensino / aprendizagem da língua portuguesa, há que desenvolver cada vez mais o gosto pela leitura e pela escrita e contribuir para a reflexão sobre a gramática, pois sabemos hoje que tal reflexão não só melhora o desempenho oral e escrito da língua, como desenvolve o raciocínio abstrato.

*Dado este momento na carreira da Senhora Professora, muito próximo do seu momento de jubilação, seria expectável perguntar o que virá depois desse momento. Por isso, gostávamos de terminar esta entrevista surpreendendo-a com uma pergunta diferente. O que*

*estaria agora a fazer a Senhora Professora Ana Maria Brito se não tivesse optado pela Linguística?*

No futuro próximo, além de continuar a orientar algumas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, vou tentar publicar alguns textos meus que ficaram por concluir nos últimos anos e, se tal for possível, continuar a ir a um ou dois congressos por ano.

Quanto ao que eu gostaria de ter feito se não fosse a Linguística... As línguas sempre me atraíram e lembro-me, desde muito pequena, de gostar de sons e de rimas, de saborear as palavras, de discutir com a avó sobre funções sintáticas e a divisão de orações em *Os Lusíadas!*...

Se pudesse escolher um talento, seria sem dúvida o da música. Há aliás uma relação íntima entre música e linguagem, como Roman Jakobson tão bem viu em *Linguistique et Poétique* e como Óscar Lopes, de maneira magistral, tão bem analisa nos seus ensaios sobre Eugénio de Andrade, designadamente no ensaio *Uma espécie de música*. Considero que a arte e a ciência são as duas manifestações humanas mais nobres. A música, em particular a de Bach e a de Mahler, só para escolher dois dos meus compositores preferidos, tem sobre mim o poder de me transcender, de me evadir do quotidiano, de fruir o que de mais belo e de mais profundamente sensível a natureza humana é capaz de produzir. Contudo, não tendo podido escolher a música, sinto-me bem a fazer investigação em Linguística.

# O TEMPO E O ASPETO EM *HARRY POTTER E A PEDRA FILOSOFAL*: ESTUDO COMPARATIVO DAS RELAÇÕES TEMPORAIS EM ORAÇÕES COMPLETIVAS INFINITIVAS EM PORTUGUÊS E INGLÊS

Bárbara Pinho<sup>1</sup>

[up201703028@letras.up.pt](mailto:up201703028@letras.up.pt)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Os sistemas verbais português e inglês apresentam diferenças estruturais evidentes quer nos tempos verbais que os compõem, quer nas estruturas frásicas em que surgem. Com o intuito de realizar um estudo comparativo dos valores temporais nestas duas línguas, analisam-se e comparam-se todos os tempos verbais encontrados na versão inglesa e portuguesa de um excerto de uma obra de literatura de origem inglesa e amplamente traduzida em português. Esta análise permitiu averiguar, nomeadamente, a produtividade dos infinitivos simples em português, bastante superior à do inglês. Posteriormente, para uma análise mais extensiva das leituras temporais do infinitivo, foram comparadas em termos temporais as orações infinitivas de tipo completivo encontradas no excerto, nas duas línguas, o que permitiu perceber que, de acordo com propostas recentes, o infinitivo simples não é totalmente desprovido de marcas temporais.

PALAVRAS-CHAVE. Tempo, Aspeto, Relações Temporais, Completivas Infinitivas.

ABSTRACT. Portuguese and English verbal systems pose clear structural differences in terms of verbal tenses and in terms of the complex sentences they appear in. With the goal of performing a comparative study of the temporal values in these two languages, we have analyzed and compared all the verbal tenses found in an excerpt of an English literary production and its Portuguese translation. This analysis allowed us to ascertain, namely, the productivity of Infinitives in Portuguese, widely superior to the Infinitive productivity in English. Following that, in order to accomplish a more extensive analysis of the temporal values Infinitive clauses can assume, we have compared the infinitive *that*-clauses in the excerpt in both languages. Among other conclusions, this allowed us to verify that, according to recent studies, the Infinitive is not totally devoid of temporal features.

KEYWORDS. Tense, Aspect, Temporal Relations, Infinitive *that*-clauses.

---

<sup>1</sup> Estudante do 3.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem.

## 1. Introdução

O facto de as línguas naturais disporem de diferentes tempos verbais mostra que as línguas exprimem propriedades temporais e aspetuais similares através de formas e mecanismos que podem ser distintos. Este facto pode causar dificuldades aos tradutores, que, no decurso da sua profissão, podem deparar-se com algumas complexidades estilísticas e semânticas na tentativa de veicular uma leitura temporal fiel à do texto original. As diferentes formas de marcar as leituras temporais que as línguas naturais podem transmitir foi, assim, o ponto de partida para a elaboração deste estudo. O objetivo deste trabalho é, portanto, averiguar se existem paralelismos pertinentes entre as estruturas temporais da língua inglesa e as da língua portuguesa<sup>2</sup>, através de uma perspetiva comparativa.

Uma vez que as línguas naturais possuem um número elevado de formas de construir as relações temporais, foi necessária a restrição a apenas um tipo de estruturas para viabilizar este estudo. Assim, limitou-se o estudo comparativo às orações infinitivas de tipo completivo selecionadas por verbos e que desempenham a função de objeto direto na frase em que se inserem. Com efeito, partiu-se de um objetivo primário de identificar paralelismos e diferenças em termos de tempos verbais nas duas línguas em estudo, para um objetivo mais específico de analisar os valores temporais veiculados por este segundo tipo de estruturas.

Para realizar este estudo comparativo, é necessário o conhecimento de algumas noções de tempo e aspeto nas duas línguas estudadas, do seu sistema verbal, e, mais especificamente, um estudo pormenorizado dos infinitivos e orações em que ocorrem. Esta foi a primeira fase deste estudo e é a que se apresenta na secção seguinte, com recurso às propostas de Reichenbach (1947), Vendler (1967), Moens & Steedman (1988), Oliveira (1998, 2003, 2013), Silvano (2003, 2015), Cunha & Silvano (2006, 2008), entre outras.

Seguidamente, na terceira secção deste trabalho, procede-se à apresentação e parâmetros de análise dos *corpora*. Nesta secção, são explicitadas todas as ferramentas utilizadas para o tratamento dos dados obtidos. Finalmente, esta parte termina com uma discussão dos resultados alcançados.

## 2. Enquadramento teórico

### 2.1. Breves considerações sobre tempo

Segundo Oliveira (2003: 129), o tempo linguístico é uma categoria semântica que visa a localização temporal de uma dada situação expressa num enunciado. Nas línguas naturais, o

---

<sup>2</sup> Sempre que, ao longo desta exposição, se mencionar a língua portuguesa, este termo refere-se à variedade padrão do português europeu.

tempo corresponde a um conceito representável num eixo linear que vai desde o passado em direção ao futuro. Com efeito, nas línguas naturais é possível representar o tempo em três domínios: o passado, o presente e o futuro.

Há vários mecanismos na frase que podem veicular a informação de tempo linguístico. O mais comum são os tempos verbais, uma vez que expressam o tempo morfológica (tempos simples) ou sintaticamente (tempos compostos), isto é, no primeiro caso, na forma do verbo há marcas flexionais que providenciam a informação de tempo, ou há o recurso a verbos auxiliares para o efeito, no segundo caso. As línguas naturais possuem, contudo, tempos verbais que tradicionalmente se consideram desprovidos de tempo, uma vez que não integram morfemas flexionais de tempo-modo-aspeto ou de pessoa-número, mas que podem adquirir diferentes valores temporais quando ocorrem com adjuntos temporais. Tradicionalmente, estas formas designam-se formas não finitas<sup>3</sup>. Contrariamente, todas as restantes formas são designadas de formas finitas. Há ainda um conjunto de verbos auxiliares e semiauxiliares que podem alterar o valor temporal do verbo pleno da frase.

Assim sendo, a língua portuguesa é dotada de um sistema verbal bastante complexo. O sistema verbal português contempla, no indicativo, uma forma de presente, cinco de passado, e três de futuro<sup>4</sup>, sendo que uma delas é construída com o verbo semiauxiliar “ir”<sup>5</sup>. Alguns destes tempos verbais são construídos com formas compostas, com recurso ao auxiliar *ter*.

<b>Tempo Verbal</b>	<b>Forma</b>
Presente	amo
Pretérito perfeito	amei
Pretérito perfeito composto	tenho amado
Pretérito imperfeito	amava
Pretérito mais-que-perfeito	amara
Pretérito mais-que-perfeito composto	tinha amado
Futuro	amarei
Futuro perfeito	terei amado
Futuro (com “ir” + infinitivo)	vou amar

<sup>3</sup> Deve notar-se que a designação de formas “não finitas” se prende não tanto com as suas características semânticas, mas sobretudo com as suas propriedades morfológicas, i.e., com o facto de não integrarem o morfema flexional de tempo-aspeto-modo (e, em muitos casos, também o de pessoa e número).

<sup>4</sup> Em português, o condicional é frequentemente apelidado de “futuro do passado”. Todavia, não é considerado aqui como uma forma de futuro, uma vez que esta leitura de futuro do passado só é admitida em determinados contextos, pelo que esta forma verbal pode manifestar outras leituras temporais.

<sup>5</sup> O semiauxiliar “ir” em construções do tipo “ir + infinitivo” pode, também, ocorrer conjugado noutros tempos verbais. Para este artigo, é apenas relevante mencionar a forma “ir” no presente do indicativo + infinitivo. Contudo, em PE, é possível uma construção do tipo “O João foi correr com os amigos.” (cf. Cunha, 2016).

Quadro 1. Tempos do Indicativo em Português.

O modo condicional admite apenas uma forma simples (*amaria*) e uma composta (*teria amado*).

O conjuntivo apresenta: uma forma de presente, três de passado e duas de futuro. Tal como o modo indicativo, o conjuntivo pode ser construído morfologicamente ou com recurso ao auxiliar *ter*.

Tempo Verbal	Forma
Presente	ame
Pretérito perfeito composto	tenha amado
Pretérito imperfeito	amasse
Pretérito mais-que-perfeito	tivesse amado
Futuro	amar
Futuro perfeito	tiver amado

Quadro 2. Tempos do Conjuntivo em Português.

### 2.1.1. Algumas diferenças dos sistemas verbais português e inglês

O sistema verbal inglês é mais simples e específico do que o português e a sua caracterização assenta, essencialmente, em duas categorias aspetuais: a perfeitividade (*perfect*) e a progressividade (*continuous*) de uma situação (Lopes 1999). Enquanto o português coloca todos os tempos verbais no mesmo nível de importância, não considerando todas as possibilidades aspetuais que um tempo verbal pode oferecer, o inglês classifica os seus tempos verbais com base em propriedades deste tipo. Assim, em português é possível que as formas simples e composta do mesmo tempo verbal transmitam leituras temporais diferentes. Em inglês, cada forma verbal corresponde a um tempo diferente, e veicula, portanto, informações temporais diferentes.

Outra diferença importante entre os dois sistemas verbais é que o português contém formas de passado, presente e futuro; ao passo que a língua inglesa contempla apenas formas morfológicas de passado e presente. O futuro é marcado através de outros mecanismos linguísticos. De acordo com Huddleston (2002: 116), o inglês não apresenta futuro morfológico. A noção de futuro é dada com recurso à modalidade, utilizando verbos auxiliares modais como *will* e *shall*, e é comumente denominada por *simple future*. Efetivamente, a marcação morfológica dos tempos verbais é mais forte em português do que em inglês, pois o português tem morfemas de tempo-modo-aspeto e de pessoa-número na

maior parte dos casos. A língua inglesa tem, então, no modo indicativo, duas formas de presente, seis formas de passado e três de futuro.

Tempo verbal	Forma Verbal
Present	live
Present Continuous	am living
Present perfect	have lived
Present perfect continuous	have been living
Simple Past	lived
Past continuous	was living
Past perfect	had lived
Past perfect continuous	had been living
Future	will/shall live
Future of the past (conditional)	would/should live
Future perfect	will have lived
Future continuous	will be lived
Future perfect continuous	will have been living

Quadro 3. Tempos do Indicativo em Inglês.

O modo conjuntivo em inglês (*subjunctive*) tem só uma forma de presente e uma de passado, e apresenta um uso muito reduzido. Na verdade, o presente do conjuntivo em inglês é muitas vezes substituído pelo verbo modal *should*.

Tempo verbal	Forma verbal
Present subjunctive	be/love/sing/do/arrive
Past Subjunctive	were/loved/sang/did/arrived

Quadro 4. Tempos do *Subjunctive* em Inglês.

Morfologicamente, as formas de *subjunctive* coincidem com as formas do infinitivo, no caso do presente; no caso do passado, coincidem com as formas de *simple past*. O *subjunctive* é, ao contrário do conjuntivo em português, um tempo não finito, uma vez que não flexiona em pessoa e número, e o seu valor temporal é adquirido tendo em conta a totalidade do enunciado.

### 2.1.2. Outros mecanismos de veiculação de informação temporal

Para além dos tempos verbais, há outros mecanismos nas línguas naturais que transmitem informação temporal. Alguns adjuntos adverbiais podem desempenhar essa função. Estes adjuntos podem ser alguns advérbios de tempo, alguns sintagmas



preposicionais, que podem ou não conter nomes de referência cronológica, e orações temporais. Oliveira (2003: 166-167) denomina estes adjuntos como adverbiais de tempo. Os adverbiais de tempo podem dar informações temporais variadas, como a localização de uma dada situação, a sua duração e se essa se repete no período de tempo estabelecido ou não.

Veja-se os seguintes exemplos:

- (1) O Manuel nasceu a 9 de outubro de 1992.
- (2) O Jorge foi ao café e duas horas depois voltou para casa.
- (3) Quando chegou a casa, a Rita fez o jantar.
- (4) A Rita arrumou a sala antes de os convidados chegarem.
- (5) Ele leu o livro em dois dias.
- (6) Vou a Madrid por poucos dias.
- (7) Desde que começou o Porto 2001, eles têm ido a um espetáculo todas as semanas.
- (8) O Rui trabalhou das nove às cinco.
- (9) O Pedro faz anos amanhã.

(Oliveira 2003: 167-170)

A frase (1) perspetiva um exemplo de um sintagma preposicional que faz a localização absoluta de uma situação, que ocorreu no passado, num momento específico do tempo. A frase (2) localiza igualmente uma situação num dado momento do eixo do tempo. A diferença entre (1) e (2) reside no facto de a primeira providenciar uma localização absoluta da situação e a segunda uma localização relativa, pois necessita da informação veiculada pela primeira oração para localizar a segunda. Há uma localização anafórica. As frases (3) e (4) estabelecem o mesmo tipo de localização anafórica, porém são orações temporais que contribuem para a sua localização. Nos exemplos (5)-(8), são sintagmas preposicionais que fornecem informação temporal. Mais do que localizar situações no tempo, estes sintagmas preposicionais dão informações da duração – exemplos (5), (6) e (8) –, ou da frequência com que ocorrem – exemplo (7), embora, neste último exemplo, a informação de frequência seja dada não só pelo adverbial temporal, mas também pelo uso do Pretérito Perfeito Composto, que confere leitura de iteratividade à situação de “ir a um espetáculo”. O exemplo (9) contém um advérbio de tempo, “amanhã”, e localiza, portanto, a situação num futuro próximo. Assim, apesar de o tempo gramatical da frase ser o presente do indicativo, o advérbio de tempo transforma o tempo linguístico da frase num tempo futuro. São exemplos como este que tornam visível a necessidade de analisar uma frase composicionalmente.

Por último, os verbos auxiliares e semiauxiliares podem também operar no domínio do tempo. Vejam-se exemplos como:

- (10) A Isabel tem estado bem-disposta.

(Oliveira 2013: 528)

(11) Vou comprar arroz.

O auxiliar *ter* utilizado no tempo composto da frase (10) transmite a informação temporal de que a situação se iniciou no passado, permanece no presente e não se sabe se continua para além do momento da enunciação, ou seja, não tem um final estabelecido. O uso do verbo “ir” com o verbo pleno no infinitivo, como é o caso de (11), transmite a ideia de futuridade. Na verdade, a perífrase “ir” + verbo pleno no infinitivo é cada vez mais recorrente no português para veicular futuridade.

### 2.1.3. Relações temporais

De acordo com Reichenbach (1947: 287-288):

“The tenses determine time with reference to the time point of the act of speech, i.e., of the token uttered. A closer analysis reveals that the time indication given by the tenses is of a rather complex structure.”

(Reichenbach 1947: 287-288)

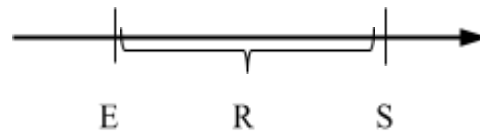
Seguindo a proposta de Reichenbach (1947: 287-298), a localização temporal não deve ser tomada exclusivamente em relação ao momento da fala, mas deve fazer-se com base em três intervalos de tempo: o ponto da fala (*S – point of speech*), isto é, o momento em que o enunciado é produzido; o ponto do evento (*E – point of event*), mais precisamente, o momento em que ocorre a situação descrita no enunciado; e o ponto de referência (*R – point of reference*), um momento no tempo entre o ponto do evento e o ponto de enunciação, que pode ou não estar expresso no enunciado.

Reichenbach defende ainda que avaliar uma situação como ocorrida apenas antes, ao mesmo tempo, ou depois do momento da enunciação não é suficiente para dar conta da variedade de tempos verbais existentes na língua, nem para distinguir as particularidades dos mesmos. A dificuldade das gramáticas em explicar a totalidade de tempos verbais advém, para Reichenbach, do facto de estas não considerarem estes três intervalos de tempo.

De acordo com esta proposta, no exemplo (12), o ponto de evento ocorre anteriormente ao ponto da fala. Mais do que isso, o uso do *past perfect* indica que há um ponto de referência que é posterior ao ponto do evento, mas terá que ser anterior ao momento de enunciação. Contudo, sem contexto, a localização do ponto de referência não é clara, pelo que pode ter ocorrido no intervalo de tempo estipulado entre os outros dois momentos do enunciado.

(12) Peter had gone.

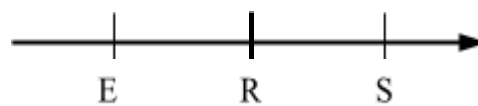
(Reichenbach 1947: 288)



No exemplo (13), já há um ponto de referência explícito. Assim, o ponto de referência é anterior ao ponto da fala. Mas o ponto de referência é também posterior ao ponto do evento. Nesse sentido, o ponto do evento é anterior ao ponto de referência e, conseqüentemente, ao ponto da fala.

(13) In 1678 the whole face of things had changed.

(Reichenbach 1947: 288)



No exemplo (14), considera-se que no mesmo momento em que o enunciado é produzido, a situação descrita ainda se prolongue, daí que os três pontos sejam coincidentes.

(14) A Maria vive no Porto.



Assim sendo, o ponto de referência, o ponto do evento e o ponto da fala podem estabelecer entre si relações em que um antecede o outro (relações de anterioridade), em que um sucede ao outro (relações de posterioridade) ou em que se verifica a sua coocorrência no mesmo intervalo de tempo (relações de simultaneidade).

Esta proposta de Reichenbach permite descrever todos os tempos gramaticais existentes e ainda denotar os tempos verbais que contêm prolongamento no seu significado.

Esta proposta teórica foi elaborada para a língua inglesa. Porém, é possível aplicá-la aos tempos de outras línguas, nomeadamente aos tempos do português.

## 2.2. Breves noções sobre aspeto

De um ponto de vista semântico não é possível falar do tempo de uma frase sem falar de aspeto. Como refere Vendler (1967: 97):

“The fact that verbs have tenses indicates that the concept of time is not only about being past, present or future time. The use of a verb may also

suggest the particular way in which that verb presupposes and involves the notion of time.”

(Vendler 1967: 97)

O aspeto, segundo Cunha (2013: 585), corresponde à estrutura temporal interna das situações representadas nas frases. Quando analisada a frase como um todo, o aspeto diz respeito a valores semânticos relacionado com o início e fim da situação descrita (caso estejam representados), o prolongamento da situação, ou alterações do estado de coisas descrito no enunciado. Assim sendo, tanto o tempo como o aspeto fornecem informações semânticas relevantes sobre a situação: o tempo quanto à estrutura temporal externa e o aspeto quanto à estrutura temporal interna.

Com efeito, todas as situações descritas em enunciados são dotadas de um perfil temporal interno básico, ou seja, de uma classe aspetual básica. Esta classe aspetual básica corresponde ao aspeto lexical ou *Aktionsart*, resultando das relações que o verbo e seus argumentos estabelecem entre si. Isto não significa, contudo, que a classe aspetual básica de uma situação não possa ser alterada. Aliás, é muito frequente que a intervenção de elementos como o tempo gramatical, os verbos de operação aspetual e os adverbiais temporais causem alterações do perfil aspetual básico da situação. Deste modo, a situação sofre um processo de derivação aspetual e passa a ter um perfil aspetual derivado. O perfil aspetual derivado corresponde ao aspeto derivado.

(15) O João escreveu o livro.

(16) O João começou a escrever o livro.

(Cunha 2013: 586)

(17) She eats an apple (*a day*).

(18) She is eating an apple.

Em (15) e (16) o tempo verbal é o pretérito perfeito, mas o facto de (16) incluir um verbo de operação aspetual (*começar a*) altera a classe aspetual de (15) e foca a parte inicial da situação de “escrever um livro”. Da mesma forma, (17) e (18) manifestam o tempo presente. Mas (18) focaliza o processo de “comer uma maçã” e retira a repetição habitual patente em (17).

Em português, o aspeto depende de uma multiplicidade de fatores e, desta forma, a mesma propriedade aspetual pode ser conseguida recorrendo a mecanismos muito distintos. Por esta razão, não é possível estabelecer uma correspondência direta de uma propriedade aspetual a um só mecanismo linguístico.

Nos exemplos que se seguem, a mesma informação aspetual de habitualidade é transmitida, apesar do recurso a mecanismos linguísticos diferentes: em (19) através do adjunto adverbial de duração temporal; em (20) através do verbo *costumar*, que introduz a informação aspetual de habitualidade.

(19) A Maria tocou piano durante 20 anos.

(20) A Maria costumava tocar piano.

(Cunha 2013: 587)

Em inglês, o sistema verbal focaliza de forma mais específica propriedades aspetuais (cf. 2.1.1.), pelo que é mais fácil atribuir propriedades aspetuais a uma dada forma verbal. Todavia, tal como ocorre em português, há verbos de operação aspetual que alteram os perfis básicos das situações.

### 2.2.1. Propriedades aspetuais

Vendler (1967: 97-121) descreveu algumas propriedades aspetuais essenciais para perceber e diferenciar o perfil aspetual das situações: dinamicidade, duratividade, homogeneidade e telicidade. Esta proposta foi, mais tarde, desenvolvida por Dowty (1979) e é amplamente usada por vários autores atualmente. Assim,

- Dinamicidade: diz-se que uma situação é dinâmica se implica um conjunto de fases que podem alterar o estado de coisas inicial;
- Duratividade: diz-se que uma situação é durativa quando esta se prolonga durante um intervalo de tempo;
- Homogeneidade: uma situação é homogénea se as partes que a constituem mantêm as mesmas características da situação considerada como um todo;
- Telicidade: diz-se que uma situação é télica se ela própria contém um fim ou ponto de culminação. Implica uma consequência. Tem, portanto, um estado resultativo/consequente.

Estes são quatro pontos que distinguem as várias classes aspetuais básicas das situações.

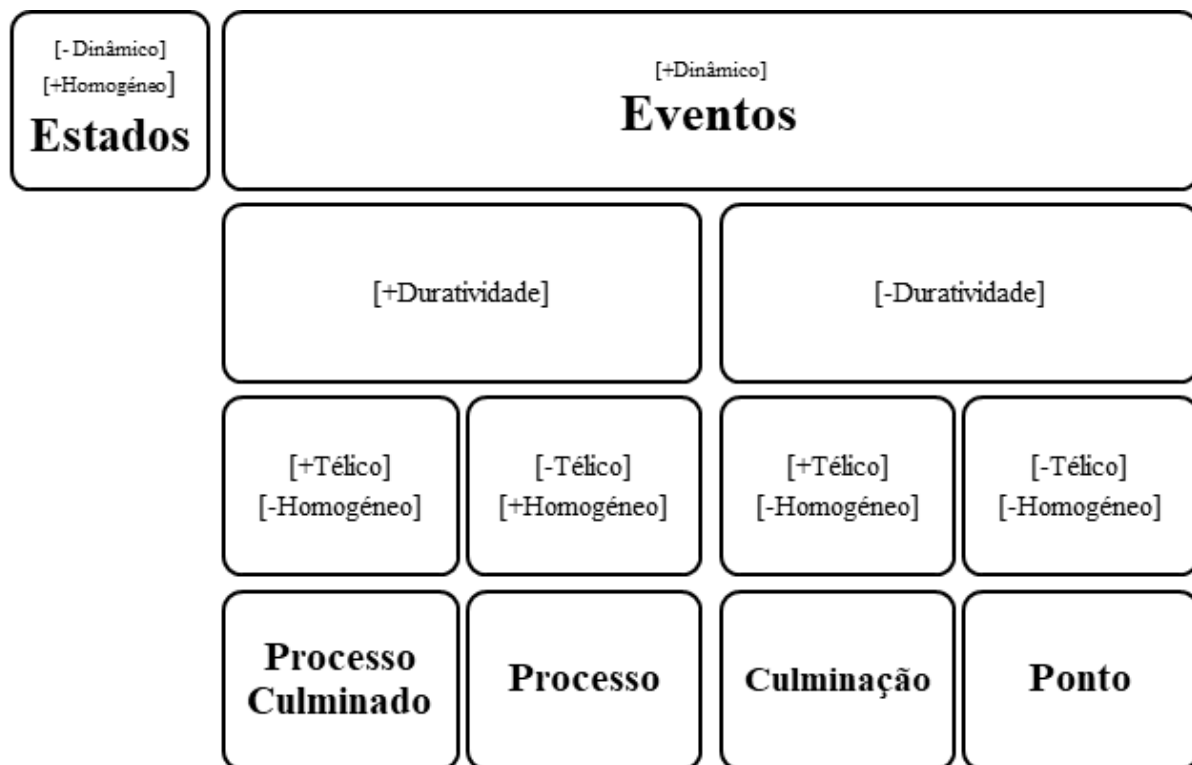


Figura 1. Classes aspetuais básicas.

Se uma situação não é dinâmica, tem de ser um estado, porque não implica uma alteração da situação. Se a situação é dinâmica, então é um evento. Estados são então “situações não dinâmicas, cuja estrutura interna se revela inteiramente uniforme”, pelo que são homogéneos; “os eventos, pelo contrário, são caracterizados pela dinamicidade, apresentando uma série de subfases constitutivas em sucessão” (Cunha 2013: 592). Os processos são a única classe aspetual eventiva dotada do traço de homogeneidade.

Dentro da categoria dos eventos, podemos encontrar situações que podem ter duratividade. Os eventos durativos que não têm um fim em si próprios, isto é, que são atélicos, são processos. Porém, se o evento é durativo e é télico é, então, um processo culminado. Os eventos podem, no entanto, não ter duratividade e serem, nessa medida, classificados como pontuais. Neste caso, se eventos pontuais não são atélicos, então são pontos. Se eventos pontuais são atélicos, então são culminações.

A proposta de Moens (1987: 65), mais tarde desenvolvida por Moens & Steedman (1988: 97-98), propõe a existência de um núcleo aspetual, no qual os eventos devem ser agrupados. Pretende facilitar a compreensão das transições ou transformações que se podem verificar entre as diversas classes aspetuais graças à adoção de uma Rede Aspetual. Segundo esta proposta, todos os eventos podem ser descritos através da sua constituição física representada no núcleo aspetual:

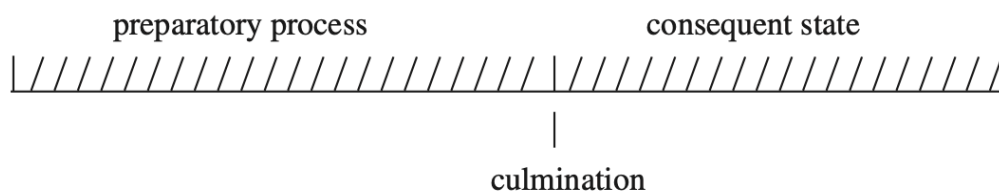


Figura 2. Núcleo Aspetual de Moens (1987: 65) e Moens & Steedman (1988: 98).

Assim, basta retirar a fase preparatória a um processo culminado e ele torna-se uma culminação; basta acrescentar um ponto de culminação a um processo para que este se torne um processo culminado; a iteração de pontos dá origem a um processo.

Para finalizar, quando uma situação é perspetivada na sua fase processual e não se conhecem os seus limites no tempo, diz-se que é imperfetiva; pelo contrário, quando a situação é perspetivada como um todo e como concluída, diz-se, tradicionalmente, que é perfetiva. Porém, de acordo com Cunha (2013: 618), é possível que uma situação tenha terminado no tempo, mas que não esteja concluída no seu todo. Assim, é necessário distinguir entre situação concluída e situação terminada. O autor estabelece que a situação concluída “contempla todas as suas fases constitutivas”; a situação terminada corresponde a uma situação que já terminou e que pode não incluir todas as suas fases constitutivas. Cunha (2013) assinala esta diferença através do exemplo *O João esteve a escrever uma carta*: se é verdade que alguém esteve a escrever uma carta, não é necessariamente verdade, contudo, que a carta esteja escrita, embora a eventualidade de escrever uma carta já não se prolongue no tempo e já tenha terminado.

### 2.2.2. Mudança aspetual

Como se disse, certos elementos gramaticais podem alterar o perfil aspetual básico de uma situação. Estes elementos podem ser tempos verbais, verbos de operação aspetual, adjuntos adverbiais ou mesmo a própria natureza semântica dos complementos existentes numa frase. De entre todos os elementos linguísticos passíveis de realizar estas transformações, salientam-se os tempos gramaticais e os verbos de operação aspetual.

#### 2.2.2.1. Alguns tempos gramaticais que desencadeiam mudança aspetual

Nesta secção, apresentam-se apenas alguns exemplos de tempos verbais do indicativo, cujos efeitos, em termos aspetuais, são mais notórios.

O presente do indicativo em português, quando aplicado a eventos, confere-lhes uma leitura de habitualidade ou de genericidade, recategorizando os eventos em estados. O mesmo ocorre com o inglês com o uso do *simple present*.

(21) O Paulo fuma.

(Cunha 2013: 616)

(22) Mary smokes.

O pretérito imperfeito produz efeitos análogos, com a diferença de que estes ocorrem no passado. No inglês, é o *simple past* que desempenha esta função, embora o *simple past* nem sempre transforme os eventos em estados. O exemplo (25) é, por exemplo, ambíguo. Dependendo do contexto, pode corresponder a um estado ou a um evento. Mas, se se adicionar o elemento ‘*at that time*’ (cf. (26)), já se torna claro que a situação descreve um estado habitual. Para o efeito, o inglês admite igualmente o uso de outros mecanismos, como, por exemplo, o uso da expressão ‘*used to*’ + verbo principal (Huddleston 2002: 115) ((27)).

(23) A Maria ia para a escola de autocarro.

(Cunha 2013: 616)

(24) O Paulo fumava.

(25) Mary went to school by bus.

(26) At that time, Mary went to school by bus.

(Traduzido e adaptado de Cunha 2013: 616)

(27) Mary used to smoke.

Em português, o pretérito imperfeito admite ainda um uso semelhante ao progressivo *estava a* + infinitivo, que focaliza a fase processual do evento, como em (28). Em inglês, esta leitura é dada pelo *past continuous*.

(28) A Joana lia um artigo (quando o telefone tocou).

(Cunha 2013: 616)

É de salientar também o pretérito perfeito composto, que, contrariamente ao que o nome sugere, não é um tempo perfetivo em português. Por outras palavras, a situação descrita por este tempo gramatical não é perspectivada como terminada e pode continuar para além do ponto da fala. Em inglês, o correspondente deste tempo verbal seria o *present perfect continuous*.

(29) A Ana tem ido ao cinema.

(Cunha 2013: 617)



O pretérito perfeito e o pretérito mais-que-perfeito são considerados, segundo Cunha (2013: 617), os tempos gramaticais mais neutros em termos aspetuais. Estes dois tempos verbais tendem a manter as características aspetuais das situações básicas com que coocorrem.

### 2.2.2.2. Verbos de operação aspetual

Tanto o português como o inglês possuem verbos semiauxiliares que têm a função de alterar o perfil aspetual básico de uma situação, focalizando uma das fases que a constituem. A este tipo de verbos dá-se o nome de verbos de operação aspetual/*lexical aspectual verbs*. Alguns exemplos destes verbos são *estar a/andar a, começar a, continuar a, deixar de/parar de/acabar de*. Segue-se uma lista destes operadores, com a respetiva correspondência em inglês e com a leitura que conferem às situações.

Operador Aspetual Português	Operador Aspetual Inglês	Leitura
<i>Estar a</i>	_____	Progressividade
<i>Andar a</i>	_____	Habitualidade
<i>Começar a</i>	<i>Begin to</i>	Focaliza o início de uma situação – aspeto ingressivo
<i>Continuar a</i>	<i>Keep on + gerund</i>	Confere duratividade – aspeto continuativo
<i>Deixar de/Parar de</i>	<i>Stop + gerund</i>	Leitura não habitual, leitura pontual – aspeto cessativo
<i>Acabar de</i>	<i>Finish + gerund</i>	Remete para a conclusão de uma situação – aspeto conclusivo

Quadro 5. Alguns verbos de operação aspetual em português e em inglês.

Como se disse, o sistema verbal inglês é construído sobre dois pilares aspetuais essenciais, sendo um deles o da progressividade (cf. 2.1.1.), por isso, não incluímos operador aspetual com valor progressivo na coluna referente ao Inglês. Mais ainda, os verbos de operação aspetual em português europeu padrão são seguidos pelo verbo principal no infinitivo. Em inglês, os verbos de operação aspetual podem anteceder verbos na forma infinitiva, mas também na sua forma gerundiva.

### 2.3. O infinitivo em orações complexas

Já se viu que os tempos verbais em português se dividem em formas finitas e formas não finitas. As formas finitas são todas as formas do modo indicativo e do modo conjuntivo, uma vez que todas elas possuem marcas morfológicas de tempo, modo e aspeto. Por seu

turno, as formas não finitas são aquelas que, tradicionalmente, são descritas como não sendo portadoras de informação temporal, como o gerúndio, o particípio e o infinitivo. Em português, o infinitivo tem uma forma simples e uma composta, construída com o auxiliar *ter* (*amar* vs. *ter amado*).

Das tradicionais formas não finitas, o gerúndio e o particípio são as que veiculam informação aspetual marcada morfológicamente por *-ndo* e *-do* (respetivamente) em conjugação com as estruturas em que se inserem. O infinitivo é aspetualmente neutro. Morfológicamente, o infinitivo pode apresentar marcas de pessoa e número, quando consideramos a sua forma flexionada – o infinitivo flexionado – mas não apresenta marcas de temporalidade (Oliveira 2013: 547). Em inglês, o infinitivo não apresenta igualmente marcas de temporalidade, nem apresenta marcas de pessoa e número, pelo que o infinitivo tem apenas uma forma.

Na língua inglesa, o infinitivo partilha a sua forma morfológica com o *imperative* e com o *subjunctive*. Estas categorias são, por isso, inflexionáveis. Huddleston (2002: 83-84) apelida estas formas verbais de *plain forms*, baseando-se em questões lexicais e ignorando as questões semânticas que as distinguem. Para Huddleston (2002), é ainda errado fazer a distinção entre o *to-infinitive* e o *bare infinitive*. O autor defende que ‘*to*’ não faz parte do verbo e que é antes um prefixo sintático que pode existir independentemente da forma infinitiva. ‘*To*’ não é, assim, uma marca morfológica desta forma verbal.

Uma vez que o infinitivo não apresenta marcas morfológicas de temporalidade, é bastante frequente que as estruturas infinitivas ocorram em contextos de subordinação, como parte integrante de orações complexas. Para este trabalho são especialmente relevantes as construções infinitivas em orações subordinadas substantivas completivas argumentais de verbo com função de objeto direto.

### **2.3.1. Orações subordinadas substantivas completivas infinitivas**

Um dos mecanismos para a criação de frases complexas, isto é, frases com mais do que uma oração, é a subordinação. Quando há subordinação, uma oração é sempre dependente da outra e exerce uma determinada função sintática na globalidade da frase. Assim, as orações subordinadas são substantivas quando a oração desempenha funções semelhantes às de um nome. Em português, as orações subordinadas substantivas são completivas:

“A subordinação completiva é um dos grandes tipos de subordinação, caracterizável pelo facto de a frase subordinada constituir um argumento de

um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais.”

(Duarte 2003: 595)

A autora acrescenta ainda que a oração completiva é um argumento obrigatório da frase superior e que a supressão da completiva resulta na agramaticalidade da frase superior. É por esta razão que as orações completivas desempenham uma função sintática na globalidade da frase e “podem ser substituídas por pronomes demonstrativos invariáveis como *isto*, *isso*, *aquilo*” (Duarte 2003: 598).

Sendo a oração completiva um argumento de um elemento da oração subordinante, ela é sempre selecionada por esse elemento. Os elementos que selecionam completivas podem ser nomes, verbos ou adjetivos. Mais ainda, as orações completivas podem ser finitas, se o verbo que nelas comparece estiver num tempo finito; ou infinitivas, se o verbo que nelas ocorre estiver num tempo do infinitivo (flexionado ou não flexionado).

Finalmente, as orações completivas estabelecem sempre relações gramaticais com a frase superior. A completiva pode exercer a função de sujeito (30), a função de objeto direto (31), ou a função de complemento oblíquo (32):

- (30) É possível que o João não venha à festa.
- (31) O João disse que ia ao cinema connosco.
- (32) O João insistiu em que fôssemos à festa dele.

(Duarte 2003: 606-614)

São as orações subordinadas substantivas completivas infinitivas argumentais de verbo com função de objeto direto, como (33), que são relevantes para este trabalho.

- (33) Eles adoraram fazer parte do júri.

(Barbosa & Raposo 2013: 1927)

### **2.3.2. Leituras temporais do infinitivo simples**

Como se disse, segundo Oliveira (2013: 547) e outros autores, o infinitivo simples é um tempo desprovido de qualquer marca que veicule informação temporal. Neste sentido, a informação temporal destes enunciados partiria sempre da informação temporal proporcionada pelo verbo matriz da frase.

Todavia, Silvano (2002: 207) e Cunha & Silvano (2006: 102, 2015: 103) argumentam que, apesar de a localização temporal de orações completivas com o infinitivo simples depender, em grande medida, das propriedades semânticas do verbo que as seleciona, o infinitivo simples revela marcas de temporalidade. De acordo com os autores, este facto é

visível, por exemplo, com verbos declarativos como *dizer* e *afirmar*, que não “fornecem quaisquer indicações no que diz respeito à localização das subordinadas que selecionam” (Cunha & Silvano 2015: 103). Estes ocorrem com sucesso com verbos estativos na completiva, mas não são tão aceitáveis com verbos eventivos.

- (34) Ao telefone com um intérprete, disse estar cheio de medo que o matassem.
- (35) #A Ana disse correr.
- (36) A Ana disse estar a correr.

(Cunha & Silvano 2006: 102)

Seguindo esta proposta, a estranheza de (35) deve-se ao facto de *correr* ser um processo. Se o processo associado a *correr* for recategorizado em estado através do uso do progressivo como em (36), a frase é totalmente aceitável. Ora, sabe-se que os estados se sobrepõem aos seus intervalos de localização, por não terem fronteiras delimitadas, o que permite que as situações representadas na completiva pelo infinitivo tenham uma leitura de simultaneidade em relação à situação matriz. Porém, tendo em conta que as situações eventivas ocorrem dentro dos limites do seu intervalo de localização, se o infinitivo fosse totalmente desprovido de tempo, não seria possível fazer a sua localização temporal e, dada a neutralidade dos verbos matriz, qualquer possibilidade de localização seria, em princípio, aceitável.

Este é um dos argumentos para os autores afirmarem que o infinitivo simples é um tempo defetivo em termos temporais, uma vez que veicula alguma informação temporal, embora não tanta como as formas finitas.

Parecem existir, contudo, situações eventivas que não se podem recategorizar em estados, e cuja localização temporal se revela mais complexa.

- (37) O Tribunal intimou o arguido a designar um defensor e este disse escolher uma equipa de advogados de entre os juristas do Instituto de Ajuda Legal e da Ordem dos Advogados.

(Cunha & Silvano 2006: 306)

Para dar conta de situações deste tipo, Cunha & Silvano (2006) baseiam-se na proposta de Kamp & Reyle (1993), que defende que a localização temporal das situações passa por estabelecer dois tipos de relações diferentes: (i) a relação entre o intervalo de localização da situação e o ponto de perspetiva temporal; (ii) a relação entre o ponto de perspetiva temporal e o ponto da fala.

O ponto de perspetiva temporal de Kamp & Reyle (1993) é um conceito que se diferencia do ponto de referência de Reichenbach (1947), embora, em determinadas situações, possam coincidir. Assim, como já se viu, o ponto de referência corresponde ao intervalo de

tempo entre o ponto do evento e o ponto de enunciação. O ponto de perspectiva temporal é o intervalo de tempo a partir do qual a situação é localizada.

O infinitivo simples permite, então, estabelecer uma relação temporal entre a situação descrita por ele próprio e o intervalo de localização da situação da frase matriz, que lhe serve de ponto de perspectiva temporal. Todavia, não permite estabelecer relações entre o ponto de perspectiva temporal e o ponto da fala. Os autores realçam a capacidade de o infinitivo simples transmitir temporalidade, embora reconheçam a defetividade temporal desta forma verbal, dado que só permite estabelecer um tipo de relação.

Cunha & Silvano (2006) mostram a importância que os diferentes tipos de verbos introdutores podem exercer nas orações infinitivas. Assim sendo, tipicamente, frases com verbos matriz declarativos, como *afirmar*, *dizer*, *jurar*, e uma oração subordinada que contenha uma situação estativa ou eventiva estabelecem relações de simultaneidade, embora, nos casos de *afirmar* e *dizer* não seja somente o verbo matriz que permite esta interpretação, mas também as propriedades exibidas pelo infinitivo. Com os verbos de crença e de atividade mental, quando o predicado da subordinada é estativo, existe simultaneidade temporal entre as situações. Não obstante, o verbo introdutor *pensar* projeta para o futuro as situações encaixadas, estabelecendo preferencialmente relações de posterioridade, tal como no exemplo (39). Admite, contudo, alguns casos de simultaneidade com verbos estativos, como é o caso de (38).

- (38) Pensei viver num país calmo.  
(39) Pensei ser médica.

(Cunha & Silvano 2006: 108)

Com verbos volitivos, o infinitivo veicula uma leitura de futuridade relativamente ao tempo da oração principal. O infinitivo simples pode, ainda, remeter para um tempo passado relativamente ao da oração principal com verbos cognitivos “de memória”, como seja *lembrar-se*, com interpretação eventiva.

- (40) Tinha doze anos e lembro-me de ouvir na televisão um concerto de Sonny Rollins e não aguentar aquilo.

(Cunha & Silvano 2006: 110)

O infinitivo composto tem sempre interpretação de passado relativamente a um tempo de referência.

### 3. Análise do *corpus*

Por forma a realizar uma análise comparativa de algumas das propriedades temporais e aspetuais do português europeu e do inglês britânico, constituímos dois *corpora*. O primeiro capítulo do livro *Harry Potter and the Philosopher's Stone*, de J.K. Rowling, e a respetiva tradução para português europeu serviram este propósito. Note-se que este é um capítulo com sequências maioritariamente narrativas e descritivas, com alguns momentos de discurso direto.

O primeiro *corpus*, daqui em diante designado de *corpus 1*, contém todas as formas verbais encontradas nas duas versões do capítulo analisado. A versão inglesa (versão IB) conta com um total de 817 ocorrências e a versão portuguesa (versão PE), com um total de 850 ocorrências. No caso das ocorrências de perífrases verbais ou de complexos verbais com verbos de operação aspetual, estas foram contabilizadas como uma só forma verbal, apesar de a sua estrutura incluir mais do que um verbo. Assim, exemplos como “*couldn't help noticing*” (IB) e o seu correspondente “*não pôde deixar de reparar*” (PE) foram contabilizados como uma ocorrência de *simple past* e pretérito perfeito do indicativo, respetivamente.

O segundo *corpus*, designado de *corpus 2*, foi o mais relevante para o estudo do comportamento dos infinitivos simples, e consiste na totalidade das ocorrências de orações completivas infinitivas argumentais de verbo com função de objeto direto na versão portuguesa e as suas correspondentes na versão inglesa. No *corpus 2* há um total de 11 ocorrências.

#### 3.1. Metodologia de análise

A constituição de um *corpus* de análise para este trabalho foi uma tarefa de várias etapas, uma vez que os sistemas verbais das línguas em análise diferem: a primeira etapa correspondeu ao levantamento de todas as ocorrências de formas verbais na versão original do livro e à sua posterior classificação. Daqui resultou um total de 817 ocorrências de formas verbais na língua inglesa.

A segunda etapa correspondeu à realização do mesmo processo na versão em português europeu do livro em questão e respetiva classificação. Em português europeu, obteve-se um total de 850 ocorrências de formas verbais. Tendo em conta que a realização deste trabalho requer uma comparação, pareceu natural que a terceira etapa correspondesse ao alinhamento destas ocorrências. Naturalmente, visto que o português se revelou mais rico em

número de ocorrências de formas verbais, 33 ocorrências não tiveram alinhamento possível. De seguida, tendo já os dados devidamente alinhados, procedeu-se a uma análise quantitativa por tempo verbal em ambas as línguas.

Num segundo momento, restringimos a análise ao infinitivo, que registou na versão portuguesa quase tantas ocorrências como outros tempos do indicativo. Ora, como o infinitivo pode surgir em diversos tipos de frases complexas, optou-se por restringir o estudo às orações subordinadas completivas infinitivas argumentais de verbo com função de objeto direto. O facto de o infinitivo ter registado uma elevada frequência foi o que motivou esta etapa do estudo. Assim, foi nosso objetivo averiguar, com base nestes dados, as propriedades temporais do infinitivo neste tipo de estruturas e verificar se as propostas de Silvano (2002) e Cunha & Silvano (2006, 2015) se confirmam. Para além disso, pretendemos igualmente fazer um estudo comparativo com a versão inglesa, por forma a apurar se os usos do infinitivo são semelhantes aos da versão portuguesa e se as propriedades temporais se mantinham as mesmas. Como tal, para a constituição deste segundo *corpus*, foram contabilizadas ocorrências deste tipo de orações na versão portuguesa e alinhadas com a respetiva tradução na versão inglesa.

Este segundo *corpus* é, então, constituído por 11 orações completivas infinitivas, e pelas respetivas traduções da versão inglesa. Assim, ao passo que o primeiro *corpus* foi alinhado a partir da versão original para a versão traduzida, o segundo *corpus* foi constituído e alinhado de forma inversa, isto é, partindo da versão portuguesa para a versão inglesa.

O processo de análise do *corpus 2* integrou vários parâmetros. O primeiro parâmetro de análise, dado que as ocorrências na versão inglesa nem sempre corresponderam ao mesmo tipo de estruturas da versão portuguesa, foi aferir que tipo de frases ocorrem na versão inglesa: se são completivas, se o elemento subordinante é também um verbo e qual a sua natureza. Seguidamente, procedeu-se à classificação aspetual da situação descrita na frase superior e na frase subordinada. Os tempos verbais e a sequência de tempos das frases foram os parâmetros seguintes, uma vez que estes interagem com o perfil aspetual das situações. A conjugação da totalidade destes parâmetros, para além de permitir contrastar de imediato as diferenças sintáticas e semânticas entre a versão portuguesa e a versão inglesa, fornece algumas pistas para definir a relação temporal que as frases estabelecem entre si, tendo sido este o nosso último parâmetro de análise.

## 3.2. Discussão dos resultados

### 3.2.1. Apresentação de resultados do *corpus* 1

A análise do primeiro *corpus*, constituído por todas as formas verbais presentes no capítulo que serviu de base a este estudo, permitiu, desde logo, aferir alguns dados importantes. As 817 ocorrências levantadas na versão inglesa distribuem-se pelos seguintes tempos verbais:

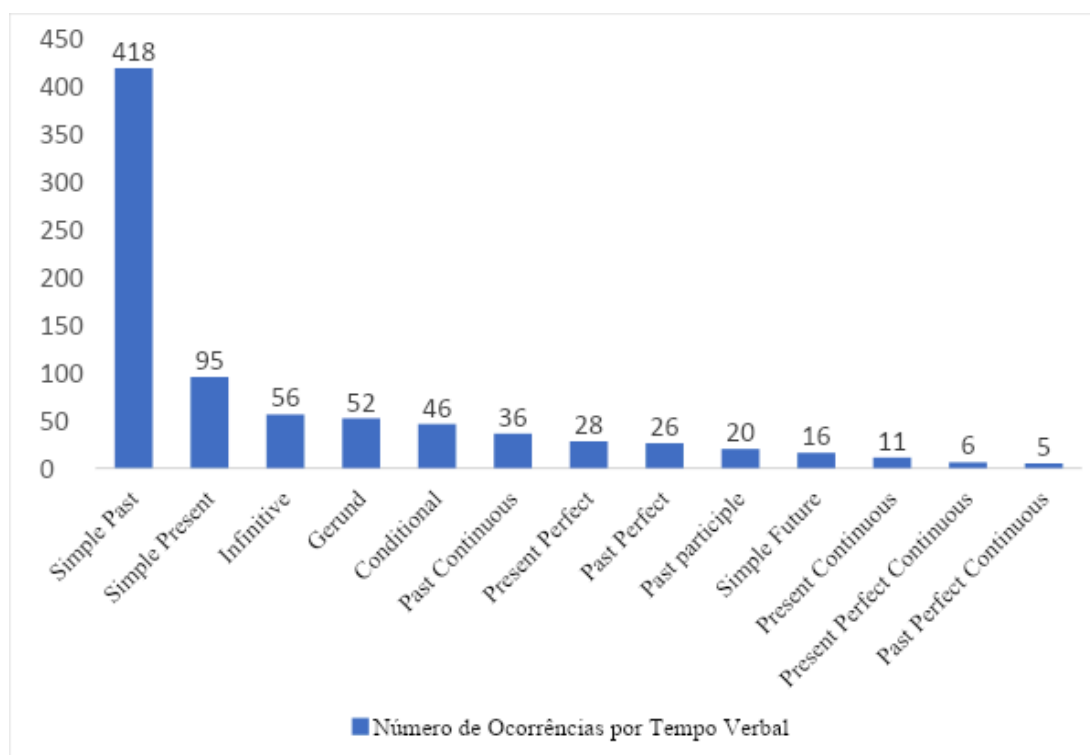


Figura 3. Distribuição de Ocorrências por Tempo Verbal em inglês.

A versão inglesa denota uma esmagadora maioria de ocorrências no *simple past*, correspondendo a um total de 51,2% das ocorrências. Seguem-se as ocorrências no *simple present*, que perfazem 11,6% do total registado, seguido pelas ocorrências de infinitivo, que correspondem a 6,9%.

Os resultados obtidos nos dados da versão portuguesa diferem, desde logo, pelo total de ocorrências encontradas: a versão portuguesa registou um total de 850 ocorrências, mais 4% do que a versão original. Esta diferença pode ser justificada por escolhas do tradutor no processo de tradução. Veja-se os exemplos retirados do objeto de estudo, onde a versão original contempla um modificador apositivo do nome, que o tradutor optou por traduzir numa oração relativa:

- (41) Mr and Mrs Dursley, **of number four, Privet Drive**, were proud to say that they were perfectly normal(...).



(42) Mr. e Mrs. Dursley, **que vivem no número quatro de Privet Drive**, sempre afirmaram, **para quem os quisesse ouvir**, ser o mais normal que é possível ser-se(...).

Para além disso, ao contrário da versão inglesa, não há uma discrepância tão grande entre o tempo mais frequente e os restantes na versão portuguesa.

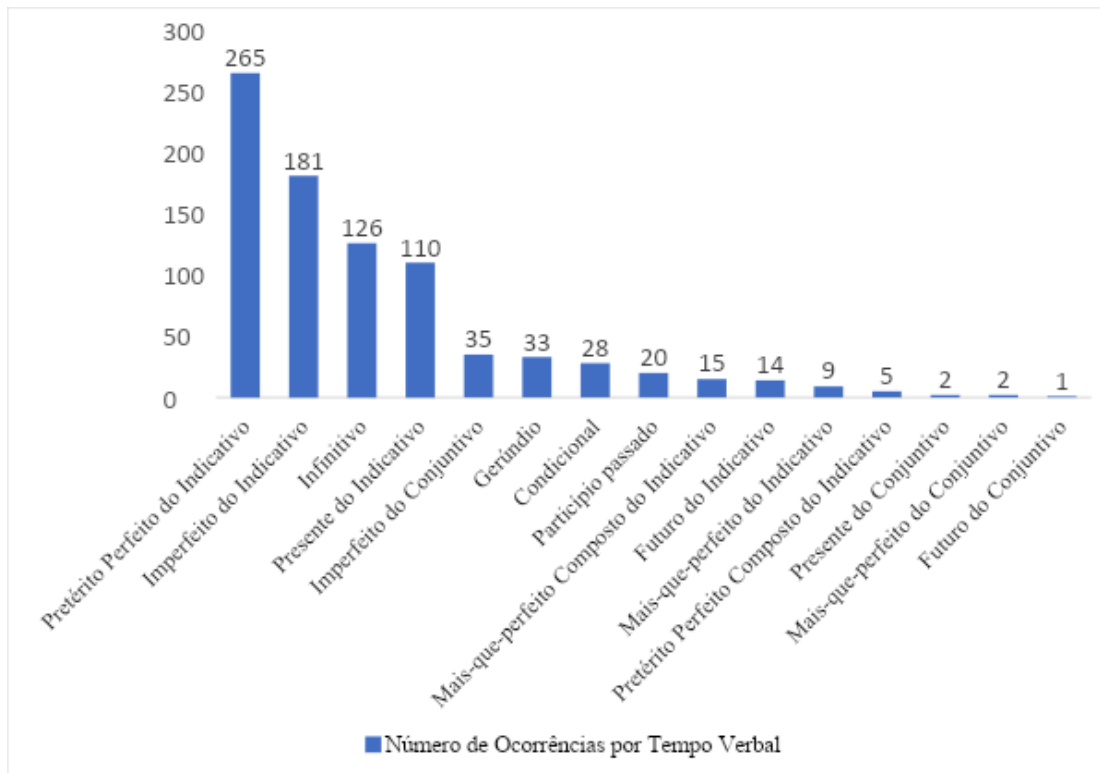


Figura 4. Distribuição de Ocorrências por Tempo Verbal em português.

A maioria das ocorrências na versão portuguesa, 31,2%, encontra-se no pretérito perfeito do indicativo. O pretérito imperfeito do indicativo ocupa o segundo lugar com 181 ocorrências (21,3%), seguido pelo infinitivo<sup>6</sup> com 126 ocorrências, o que corresponde a 14,8%. Tanto na versão portuguesa como na versão inglesa, as formas no infinitivo ocupam o terceiro lugar, embora a percentagem na versão portuguesa seja maior.

O facto de as leituras de *simple past* serem aspetualmente equivalentes às leituras dadas pelo pretérito perfeito e pelo pretérito imperfeito<sup>7</sup> justifica o grande número de ocorrências deste tempo verbal. As leituras que no inglês foram veiculadas com recurso ao *simple past*, no português foram veiculadas com recurso a dois tempos verbais: o perfeito e o imperfeito do indicativo.

<sup>6</sup> Note-se que, para efeitos de contabilização de dados, o número de infinitivos registado inclui as formas simples e composta, o infinitivo flexionado e o não flexionado.

<sup>7</sup> Estas leituras já foram discutidas em 2.2.2.1.

Salienta-se, também, a diferença no número de infinitivos encontrados nas duas línguas. Note-se que, da contabilização do número de infinitivos, foram excluídos os casos em que o infinitivo surge em complexos verbais, pelo que foram apenas contabilizados aqueles casos em que o infinitivo surge em orações infinitivas. Estes dados indicam, portanto, que a versão portuguesa é mais produtiva em orações infinitivas do que a versão inglesa. Aos infinitivos da versão portuguesa correspondem formas verbais finitas na versão inglesa, o que pode indicar que algumas das relações temporais existentes na versão IB possam ser transmitidas na versão PE através do recurso ao infinitivo, contradizendo as propostas tradicionais que defendem que o infinitivo é desprovido de marcas de temporalidade e corroborando as propostas de Silvano (2002) e Cunha & Silvano (2006, 2008, 2015).

### 3.2.2. Apresentação de resultados do *corpus* 2

A fase seguinte da análise consistiu em restringir ainda mais o *corpus* que se havia constituído, com o objetivo de aprofundar o estudo dos infinitivos simples. Nesta fase, a análise já não partiu da versão original (IB) para a traduzida (PE), mas sim da traduzida para o original. Tendo em conta que o infinitivo em português pode surgir num elevado número de construções sintáticas, a escolha feita para esta última fase de análise passou pelo estudo do comportamento dos infinitivos em orações completivas de verbo com função de objeto direto. Este *corpus* conta com um total de 11 ocorrências:

#	Completiva em Português	Correspondente em Inglês
1	Mr. e Mrs. Dursley (...) sempre afirmaram (...) <b>ser o mais normal</b> (...).	Mr and Mrs Dursley (...) were proud to say they were perfectly normal (...).
2	(...) não pensou senão na grande encomenda de brocas que esperava <b>receber nesse mesmo dia</b> .	(...) he thought of nothing except a large order of drills he was hoping to get that day.
3	(...) quando decidiu <b>dar um pequeno passeio</b> para esticar as pernas (...)	(...) when he thought he'd stretch his legs.
4	Não sabia <b>explicar porquê</b> , mas faziam-no sentir-se desconfortável.	He didn't know why, but they made him uneasy.
5	Não tinham decidido <b>esquecer</b> que ela tinha uma irmã?	After all, they normally pretended she didn't have a sister.
6	Decidiu <b>não arriscar</b>	He decided he didn't dare.
7	Eu não queria <b>acreditar</b>	I didn't want to believe it.
8	E já agora não quererá <b>explicar-me porque é que veio?</b>	And I don't suppose you're going to tell me why you're here, of all places?
9	Não está a querer <b>dizer-me que</b> (...).	You don't mean – you can't mean (...).

10	Famoso por uma coisa que nem ele consegue lembrar-se.	Famous for something he won't even remember.
11	Espero vê-la em breve.	I shall see you soon.

Quadro 6. Lista de ocorrências de orações infinitivas completivas de verbo com função de objeto direto em português e respetivos correspondentes em inglês.

Apesar de estas 11 ocorrências em português corresponderem a orações do tipo proposto para análise neste estudo, a sua grande maioria advém de uma tradução não literal do inglês, sendo que apenas um número muito reduzido tem um correspondente do mesmo tipo sintático na versão original.

Assim sendo, das 11 ocorrências deste tipo em português, apenas 6 têm uma oração completiva como correspondente, sendo estas as ocorrências 1, 2, 3, 6, 7 e 8. Todavia, apenas as ocorrências 2 e 7 contêm orações completivas infinitivas, tal como no português, pelo que as restantes correspondem a formas finitas. Numa primeira instância, isto poderia significar que há, pelo menos, quatro ocorrências em que a oração infinitiva na versão portuguesa permitiu dar conta da semântica das relações denotadas por tempos verbais do passado, como o *simple past*, ou por tempos futuros, como o *simple future* ou o *conditional*. Porém, para verificar se as relações temporais que o infinitivo permite se mantêm fiéis às do original, deve-se analisar a frase composicionalmente, pois há outros elementos frásicos que possibilitam a alteração da leitura temporal das situações, como já foi debatido anteriormente (cf. 2.1.2.; 2.1.3. e 2.2.2.). Começamos, então, por discutir a influência dos tempos verbais nas orações principais.

### 3.2.2.1 O elemento subordinante

Todas as completivas em análise são selecionadas por um verbo. Ora, o tempo verbal do verbo matriz é crucial para a determinação da relação temporal entre as orações. Para o português, regista-se o seguinte:

Tempos Verbais	Número de Ocorrências
Pretérito Perfeito	3
Imperfeito	3
Mais-que-Perfeito Composto	1
Futuro	1
Presente (inclui forma progressiva)	3
	Total: 11

Tempos verbais	Número de Ocorrências
Simple past	3
Past Continuous	1
Simple present	1
Infinitive	1
Total: 6	

Quadro 7. Tempos verbais dos verbos que seleccionam a oração completiva na versão PE.

Há 5 casos de completivas em português que em inglês correspondem a frases simples, pelo que estas não estão contabilizadas nesta subsecção e serão analisadas mais adiante, quando for feita a análise individual por ocorrência. Ainda assim, é claro que a maior parte dos tempos verbais nas orações principais corresponde a tempos do passado (pretérito perfeito e imperfeito, *simple past* e *past continuous*), o que seria expectável dada a natureza narrativa do objeto de estudo.

Para além do tempo verbal, já se viu que o tipo do verbo principal é também um fator que contribui para a localização temporal das situações no infinitivo simples (cf. 2.3.2). Com efeito, na versão portuguesa observa-se a existência de ocorrências com verbos declarativos, volitivos, factivos e causativos:

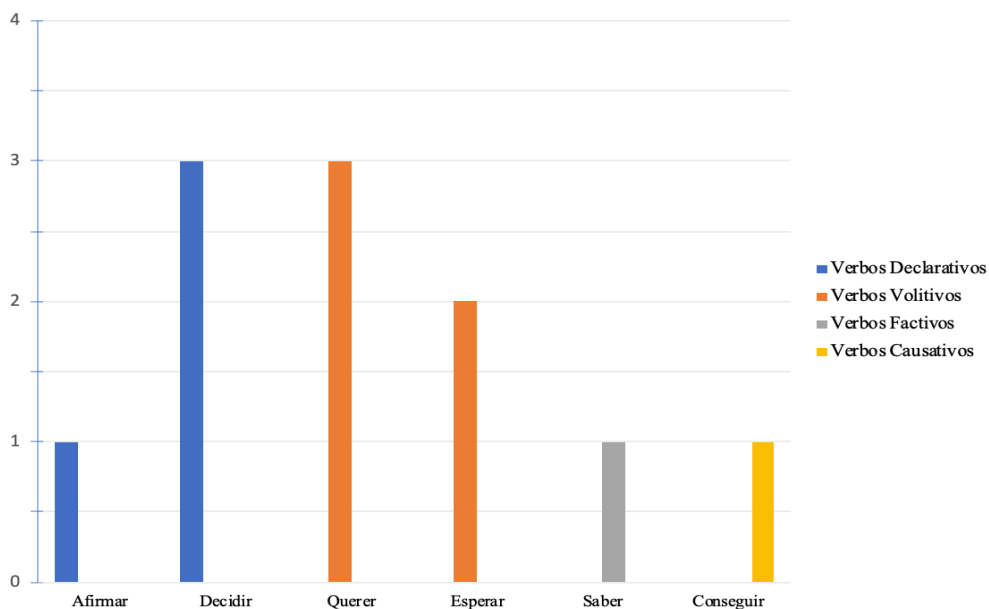


Figura 5. Verbos que seleccionam a completiva na versão PE.

### 3.2.2.2. As classes aspetuais

A classificação das situações em termos aspetuais, nesta fase, deve ter em conta a derivação aspetual. Por outras palavras, a informação aqui estabelecida diz respeito à classe aspetual que a situação adquire na frase, ignorando, para já, se essa informação corresponde ao aspeto lexical ou ao aspeto derivado da situação.

Não se opta, também nesta fase, por comparar a informação da versão original com a informação da versão traduzida, porque a versão IB não contém o mesmo número de frases complexas que a correspondente em português contém. Esta comparação será feita individualmente, numa fase posterior, quando pertinente para aferir se a versão traduzida veicula os mesmos valores temporais que a original.

Então, para o português verifica-se:

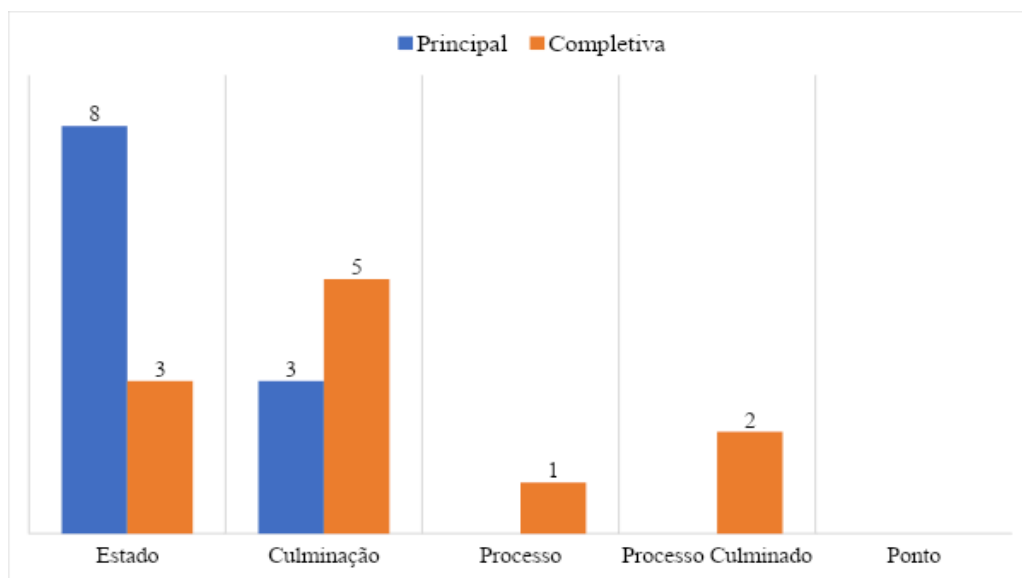


Figura 6. As classes aspetuais em português.

Estados ocorrem com mais frequência, registando um total de oito frases superiores com situações estativas (1, 2, 4, 7, 8, 9, 10 e 11), e quatro frases completivas com situações estativas (1, 5, 7 e 10). Seguem-se as culminações, com um total de três em frases superiores (3, 5 e 6), e quatro em frases completivas (2, 6, 9 e 11). Os processos e processos culminados ocorrem apenas em orações completivas, registando um total de uma e duas ocorrências (3; e 4 e 8, respetivamente). Não há ocorrências de pontos.

No caso da versão original, o número de completivas é significativamente menor, havendo três ocorrências que correspondem a frases simples (9, 10 e 11). Destas ocorrências, os exemplos 9 e 10 correspondem a situações estativas. Apenas a ocorrência 11 denota uma

culminação. Há também um exemplo de uma frase complexa, mas que não contém nenhuma completiva, visto que se trata de uma estrutura de coordenação (4). Este exemplo corresponde, igualmente, a uma situação estativa.

No caso das frases complexas, com orações completivas, as classes aspetuais das situações são as seguintes:

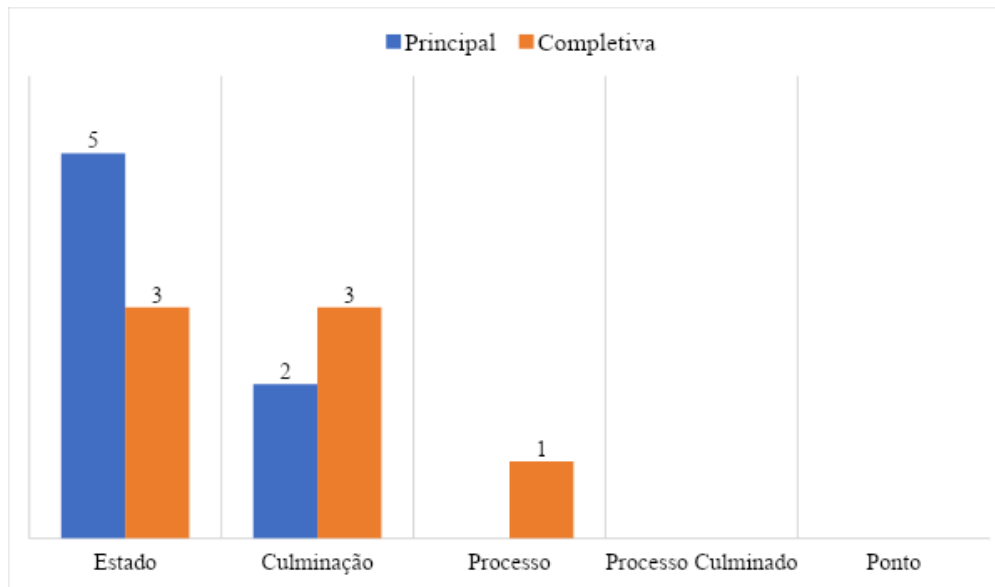


Figura 7. As classes aspetuais das orações em inglês.

Tal como na versão PE, a maioria das ocorrências, neste caso, dá-se com estados, com cinco ocorrências em situações da frase superior (1, 2, 5, 7 e 8) e três nas completivas (1, 5 e 7); seguem-se as culminações com duas ocorrências na frase principal (3 e 6) e três na completiva (2, 6 e 8). Os processos registam apenas uma ocorrência na frase completiva (3). Os processos culminados e os pontos não registam ocorrências.

A combinação de todos os dados analisados até esta fase, tendo em conta os diferentes parâmetros avaliados, permite, agora, uma análise mais extensiva do comportamento temporal do infinitivo nas orações completivas e uma comparação entre os dois sistemas verbais.

### 3.2.2.3. As relações temporais

Já se disse que a análise temporal e aspetual de uma frase depende de vários fatores, uma vez que as línguas naturais possuem vários mecanismos que podem alterar o tempo linguístico e a natureza aspetual. Todos os parâmetros mencionados até aqui serão, nesta fase, combinados numa análise individual de cada ocorrência para uma melhor compreensão da influência que cada um exerce na localização temporal das situações.

Um dos resultados que se espera, logo à partida, retirar desta parametrização de análise é, conforme o exposto em 2.3.2., que a ocorrência que contém *afirmar* estabeleça uma relação de simultaneidade com a situação da oração infinitiva. Do mesmo modo, espera-se que as infinitivas contidas nas orações com *querer* ou *esperar* projetem uma leitura de posterioridade. Para se poder fazer uma comparação completa e fiável, resta apenas fazer uma breve análise às relações temporais que as situações estabelecem entre si.

### 3.2.2.3.1 Relações de simultaneidade

Começamos pelos exemplos que contêm situações que estabelecem entre si relações de simultaneidade, isto é, as frases cuja localização temporal das situações representadas pelas orações infinitivas é simultânea ao intervalo de localização das situações representadas pelas respetivas frases superiores.

Ocorrência 1	<i>Mr. e Mrs. Dursley (...) sempre afirmaram (...)</i> <i>ser o mais normal (...).</i>	<i>Mr and Mrs Dursley (...) were proud to say they were perfectly normal (...).</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “afirmar” – verbo declarativo	Verbo “say”
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado (habitual)	Estado (habitual)
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Estado	Estado
<b>Sequência de tempos</b>	Pretérito Perfeito + Infinitivo	Infinitive + Simple Past
<b>Relação Temporal</b>	Simultaneidade	Simultaneidade

Quadro 8. Parâmetros de análise da ocorrência 1.

Na versão original, o verbo que seleciona a oração completiva está no infinitivo e está subordinado à frase superior “Mr and Mrs Dursley (...) were proud”, o que lhe confere uma leitura de estado habitual no passado. Já o verbo *afirmar*, na versão portuguesa, é, no seu perfil básico, uma culminação. Contudo, a situação é interpretada como um estado habitual, localizado num intervalo passado, dado que o tempo usado é o Pretérito Perfeito. A leitura de habitualidade é conseguida através do uso do quantificador *sempre*. Assim, tanto a situação principal como a oração completiva, em ambas as línguas, representam estados habituais no passado. As situações das orações encaixadas, quer na versão PE, quer na versão IB, são

estados, pelo que estabelecem com as situações das respetivas frases superiores relações de simultaneidade.

Vejam-se, agora, casos de simultaneidade com o verbo matriz no imperfeito:

Ocorrência 4	<i>Não sabia explicar porquê, mas faziam-no sentir-se desconfortável.</i>	<i>He didn't know why, but they made him uneasy.</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “saber” – verbo factivo	_____
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado	Estado
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Processo Culminado <sup>8</sup>	_____
<b>Sequência de tempos</b>	Imperfeito + Infinitivo	_____
<b>Relação Temporal</b>	Simultaneidade	_____

Quadro 9. Parâmetros de análise da ocorrência 4.

Ocorrência 7	<i>Eu não queria acreditar</i>	<i>I didn't want to believe it.</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “querer” – verbo volitivo	Verbo “want”
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado	Estado
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Estado	Estado
<b>Sequência de tempos</b>	Imperfeito + Infinitivo	Simple Past + Infinitive
<b>Relação Temporal</b>	Simultaneidade	Simultaneidade

Quadro 10. Parâmetros de análise da ocorrência 7.

O uso do imperfeito nestas ocorrências reveste-se de elevada importância. Na ocorrência 4, o imperfeito transmite a mesma informação temporal e aspetual veiculada pelo *simple past* da versão original, ou seja, um estado localizado no passado. Na versão portuguesa, a situação encaixada é um processo culminado que estabelece com a situação matriz também uma relação de simultaneidade. De referir que, embora na versão original não estivesse presente uma oração completiva, o tradutor da versão portuguesa optou por usar esta estrutura sintática, mantendo-se o significado.

<sup>8</sup> Embora “explicar” seja, na sua base, um processo, considerou-se que, dado o contexto, é um processo culminado.



Por seu turno, na ocorrência 7, já há correspondência de estruturas sintáticas nas duas versões. A frase traduzida corresponde a uma tradução literal do original, mantendo-se as leituras temporais: ambas as frases são compostas por dois estados, que, devido ao facto de se sobrepor aos seus intervalos de localização, só podem estabelecer uma relação de simultaneidade.

Importa assinalar neste caso, contudo, a natureza do verbo matriz. Como referido em 2.3.2., Cunha & Silvano (2006) mostram que as frases com verbo matriz volitivo que selecionam orações infinitivas completivas projetam-nas tipicamente para o futuro. A ocorrência 7 parece não corresponder ao exposto. Esta não correspondência deve-se à combinação do uso do imperfeito com a natureza estativa do verbo *acreditar*.

Por fim, há uma ocorrência com tempos do presente que estabelece relações de simultaneidade:

Ocorrência 10	<i>Famoso por uma coisa que nem ele consegue lembrar-se.</i>	<i>Famous for something he won't even remember.</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “conseguir” – verbo de capacidade	_____
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado	Estado
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Estado	_____
<b>Sequência de tempos</b>	Presente + Infinitivo	_____
<b>Relação Temporal</b>	Simultaneidade	_____

Quadro 11. Parâmetros de análise da ocorrência 10.

O facto de o verbo da ocorrência 10 estar no presente do indicativo atribuiu-lhe leitura de estado. Na verdade, esta frase parece ter uma leitura própria das frases caracterizadoras, em que as duas situações relevantes são interpretadas como estados que estabelecem entre si uma relação de simultaneidade. Note-se que, apesar de a estrutura sintática da versão original ser diferente, convém salientar que o uso do modal *will* projeta a situação para o futuro, conferindo-lhe uma leitura episódica, ausente da versão em português. Porém, ainda que a situação estativa da versão PE fosse transposta para uma leitura episódica dada, por exemplo, pelo uso do pretérito perfeito no verbo matriz, a simultaneidade manter-se-ia: “Ele conseguiu lembrar-se disso”.

Assim, das 11 ocorrências que integram o *corpus 2*, há quatro que registam relações de simultaneidade. Seguimos agora para as ocorrências que estabelecem relações de posterioridade.

### 3.2.2.3.2. Relações de posterioridade

De entre as 7 ocorrências que estabelecem relações de posterioridade entre as situações representadas na frase, há duas com o verbo matriz no pretérito perfeito, uma no imperfeito, uma no mais-que-perfeito composto, duas no presente e uma no futuro. Seguimos por esta ordem:

Ocorrência 3	<i>(...) quando decidiu dar um pequeno passeio para esticar as pernas (...)</i>	<i>(...) when he thought he'd stretch his legs.</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “decidir” – verbo declarativo	Verbo “think” – verbo de atividade mental
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Culminação	Culminação
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Processo	Processo
<b>Sequência de tempos</b>	Pretérito Perfeito + Infinitivo	Simple Past + Conditional
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	Posterioridade

Quadro 12. Parâmetros de análise da ocorrência 3.

Ocorrência 6	Decidiu <b>não arriscar</b>	He decided he didn't dare.
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “decidir” – verbo declarativo	Verbo “decide” – verbo declarativo
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Culminação	Culminação
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Culminação	Culminação
<b>Sequência de tempos</b>	Pretérito Perfeito + Infinitivo	Simple Past + Simple Past
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	Posterioridade

Quadro 13. Parâmetros de análise da ocorrência 6.

Quanto à terceira ocorrência, a primeira diferença que se vê de imediato é a natureza dos verbos matriz no original e na versão portuguesa. Contudo, esta diferença aparenta estar relacionada com opções do tradutor e não altera a leitura temporal da frase.

Nas duas versões, há correspondência quanto ao tempo verbal da situação matriz, *simple past*/pretérito perfeito, e à natureza aspetual das situações, culminação/processo. O que importa salientar na análise desta ocorrência é a forma como a posterioridade é dada. Na versão PE, a situação representada pelo infinitivo localiza-se depois da situação “decidir”, devido à natureza lexical deste verbo introdutor. Tal como Cunha & Silvano (2006) referem, os verbos com as características semânticas de “decidir”, independentemente do tempo verbal em que surgem, projetam tipicamente as situações com que ocorrem num intervalo de tempo futuro ao da sua localização. A versão PE não é uma tradução literal da versão IB, sendo que o verbo da frase superior é diferente da versão original “*think*”. Porém, o verbo “*think*” tem as mesmas características semânticas de “decidir”, projetando, igualmente, a situação da completiva para o futuro. Mais ainda, a completiva da versão IB está no condicional, o que assegura a leitura de futuridade.

O verbo introdutor da ocorrência 6 é o mesmo verbo declarativo “decidir/*decide*”, igualmente em tempos do passado (*simple past*/pretérito perfeito). Nas duas versões deste exemplo, o verbo declarativo é introdutor de uma frase completiva, cuja situação é um processo: na versão IB a frase completiva está no *simple past*, e na versão PE o tradutor optou por traduzir por uma oração infinitiva, mantendo o significado original. Ambas as versões contêm negação na oração subordinada. No caso do PE, a negação da infinitiva permite que a situação de “não arriscar” seja prolongada por um intervalo de tempo maior do que a sua forma afirmativa “arriscar”. No entanto, e novamente referindo a proposta de Cunha & Silvano (2006), os verbos com as características semânticas de “decidir/*decide*” projetam a situação da frase completiva para o futuro, não obstante o tempo verbal em que se encontra ou a classe aspetual da situação. Assim, as duas versões estabelecem relações de posterioridade.

Ocorrência 2	(...) <i>não pensou senão na grande encomenda de brocas <u>que esperava receber nesse mesmo dia.</u></i>	(...) <i>he thought of nothing except a large order of drills <u>he was hoping to get that day.</u></i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “esperar” – verbo volitivo	Verbo “hope” – verbo volitivo
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado	Estado progressivo
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Culminação	Culminação
<b>Sequência de tempos</b>	Imperfeito + Infinitivo	Past Continuous + Infinitive
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	Posterioridade

Quadro 14. Parâmetros de análise da ocorrência 2.

Na versão original, o verbo que seleciona a frase completiva está no *past continuous* e está subordinado a “*a large order of drills*”, adquirindo uma leitura de estado progressivo no passado. Na versão portuguesa, “esperar” é, no seu perfil básico, um estado, e, neste caso, o seu perfil estativo no passado e com prolongamento indeterminado está assegurado também pelo uso do imperfeito. Assim sendo, tanto a versão IB como a versão PE denotam na frase superior situações estativas que ocorrem no passado. As situações descritas pelas frases completivas são, nas duas versões, culminações e ambas no infinitivo. Sendo “esperar/hope” verbos volitivos, projetam as situações que ocorrem nas suas completivas para o futuro. Tanto na versão IB como na versão PE, as frases completivas estabelecem, então, relações de posterioridade com as respetivas frases superiores.

No exemplo (5), não há correspondência ao segmento da versão PE que está em estudo. A versão portuguesa inclui uma interrogativa com duas orações que traduzem o significado de “*after all they normally pretended*”: sendo a primeira “não tinham decidido”, na qual o verbo “decidir” seleciona a completiva infinitiva *esquecer* “que ela tinha uma irmã”. “Que ela tinha uma irmã” é, por sua vez, uma frase completiva de “esquecer” e corresponde a um estado. O importante a analisar na versão IB é, então, “*after all, they normally pretended*”, que corresponde a um estado localizado no passado. A versão PE mantém a localização da situação no passado através do uso do pretérito mais-que-perfeito composto no verbo matriz “decidir”. Tanto “decidir” como “esquecer” são, na sua base, culminações. Mas a combinação de “esquecer” com a completiva que seleciona (“que tinha uma irmã”) altera a natureza eventiva da situação para um estado. Este facto e a natureza interrogativa da frase não invalidam, contudo, a proposta de Cunha & Silvano (2006). Assim, a natureza do verbo “decidir” determina a leitura de futuridade das frases que lhe estão subordinadas.

Ocorrência 5	<i>Não tinham decidido esquecer que ela tinha uma irmã?</i>	<i>After all, they normally pretended she didn't have a sister.</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “decidir” – verbo declarativo	_____
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Culminação	Estado habitual
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Estado	_____

<b>Sequência de tempos</b>	Pretérito Mais-que-Perfeito Composto + Infinitivo	_____
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	_____

Quadro 15. Parâmetros de análise da ocorrência 5.

Na ocorrência 9, o correspondente na versão IB à frase em estudo na versão PE não contém nenhuma completiva: trata-se de uma frase simples no presente do indicativo que representa um estado. Na versão portuguesa, o verbo “querer” que seleciona a completiva “dizer-me que (...)” está sob o domínio de um verbo de operação aspetual *estar a*, adquirindo progressividade e tornando-se, assim, num estado progressivo. Por sua vez, o verbo da completiva representa uma culminação. “Querer” é ainda um verbo volitivo e, como tal, atribui leitura de futuridade à frase completiva.

Ocorrência 9	<i>Não está a querer dizer-me que (...).</i>	<i>You don't mean – you can't mean (...).</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “querer” – verbo volitivo	_____
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado progressivo	Estado
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Culminação	_____
<b>Sequência de tempos</b>	Presente progressivo (com verbo de operação aspetual) + Infinitivo	_____
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	_____

Quadro 16. Parâmetros de análise da ocorrência 9.

A ocorrência 11 contém novamente um exemplo com um verbo volitivo: o verbo “esperar”, cujo perfil aspetual básico é um estado, está conjugado no presente e introduz uma culminação. Esta frase não é uma tradução literal da versão original, pelo que na versão IB as estruturas frásicas não lhe correspondem diretamente. A existência do adjunto “em breve” na frase completiva, combinado com o facto de estar um evento na frase subordinada, e com a projecção para o futuro dada pelo verbo matriz *esperar*; atribui automaticamente à situação representada pela frase completiva uma leitura de posterioridade. A versão inglesa, apesar de não conter uma completiva, consegue, igualmente, fazer uma projecção para o futuro da situação “see”, através do modal *shall*. Posto isto, apesar de as estruturas frásicas não serem semelhantes, o português permite, graças ao uso de uma oração infinitiva, veicular os mesmos valores temporais da versão inglesa.

Ocorrência 11	<i>Espero vê-la em breve.</i>	<i>I shall see you soon.</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “esperar” – verbo volitivo	_____
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado	Processo
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Culminação	_____
<b>Sequência de tempos</b>	Presente + Infinitivo	_____
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	_____

Quadro 17. Parâmetros de análise da ocorrência 11.

Por fim, a ocorrência 8 contém também exemplos que não são semelhantes. A versão IB tem um verbo matriz de atividade mental, *suppose*, no *simple present*, a que está subordinada uma frase completiva com *going to*. Já a versão portuguesa conta com um verbo matriz volitivo, *querer*, no futuro do indicativo. Ambas as versões têm verbos matriz que representam estados. Tanto os verbos volitivos como a maior parte dos verbos de atividade mental projetam as situações das frases que lhes são subordinadas para o futuro. Assim, apesar da pertença a diferentes classes por parte dos verbos que as integram, estas frases mantêm os mesmos valores temporais.

Ocorrência 8	<i>E já agora não quererá explicar-me porque é que veio?</i>	<i>And I don't suppose you're going to tell me why you're here, of all places?</i>
<b>Elemento subordinante</b>	Verbo “querer” – verbo volitivo	Verbo “suppose” – verbo de atividade mental
<b>Classe aspetual (principal)</b>	Estado	Estado
<b>Classe aspetual (completiva)</b>	Processo Culminado	Culminação
<b>Sequência de tempos</b>	Futuro + Infinitivo	Simple Present + Future (going to + Infinitive)
<b>Relação Temporal</b>	Posterioridade	Posterioridade

Quadro 18. Parâmetros de análise da ocorrência 8.

Posto isto, das 11 ocorrências analisadas, 4 mantêm relações de simultaneidade e as restantes 7 estabelecem relações de posterioridade. Não há ocorrências de anterioridade. Isto era expectável, na medida em que o *corpus 2* não contém nenhuma ocorrência com verbos de memória. Quanto às estruturas fráicas estudadas, a versão portuguesa mostra-se muito mais produtiva do que a versão inglesa: das 11 ocorrências consideradas para este estudo na versão portuguesa, apenas duas correspondem a orações completivas infinitivas na versão IB. Contudo, na versão inglesa há o registo de mais 4 ocorrências de completivas, embora não sejam infinitivas. As restantes 5 ocorrências são frases simples e não têm, por isso, correspondência entre versões. Convém, no entanto, salientar que, nas ocorrências com correspondência que foram analisadas, os valores temporais se mantêm da versão original para a versão traduzida, pelo que o infinitivo simples na versão portuguesa permitiu dar conta dos valores temporais transmitidos por frases finitas na versão original.

A análise das relações temporais neste *corpus* realçou a importância das propriedades semânticas e da classificação atribuída aos verbos matriz, uma vez que estes foram fatores determinantes para o estabelecimento das relações temporais entre a frase completiva e a frase superior na maioria dos casos analisados. Assim, corroborando a proposta de Cunha & Silvano (2006), neste *corpus*, de uma forma geral, as construções com verbos matriz declarativos e de atividade mental tendem a manter relações de simultaneidade, os exemplos que contêm verbos volitivos tendem a manter relações de posterioridade. Nos casos em que esta tendência parece não se verificar, como no exemplo 7, a explicação poderá ser encontrada na interferência de outro elemento na frase, cuja informação aspetual se sobrepõe. No caso do exemplo em causa, trata-se da combinação do imperfeito no verbo matriz com a natureza estativa do verbo da completiva.

#### **4. Conclusões**

Os objetivos que motivaram a realização desta pesquisa foram os de averiguar de que forma os sistemas verbais do português e do inglês veiculam os conceitos inerentes ao tempo e se é possível estabelecer paralelismos na tradução destes valores no capítulo da obra literária que foi analisada. O alcance destes objetivos sem restringir o objeto de estudo a um único tempo verbal seria impossível num trabalho deste calibre. Assim, este estudo foi executado com base em dois *corpora*: um que contém todas as ocorrências de formas verbais encontradas e outro que contém apenas as ocorrências do tempo verbal escolhido para o efeito, o infinitivo simples.

O *corpus 1* foi construído com o levantamento, classificação e posterior comparação das formas verbais encontradas nas versões IB e PE do capítulo analisado. Esta tarefa obrigou ao domínio de alguns conceitos e propostas sobre as questões de tempo e de aspeto, não só no português, mas também no inglês. Obrigou, de igual modo, a avaliar os pontos de contacto e de divergência entre as duas línguas. Este estudo passou pelas propostas de Reichenbach (1947), Vendler (1967), Moens & Steedman (1988), e.o, algumas delas descritas em Mateus *et al.* (2003) e Raposo *et al.* (2013), e, para o caso do sistema inglês, a de Huddleston (2002). Os resultados obtidos neste momento determinaram a constituição do *corpus 2* e permitiram uma melhor definição dos parâmetros pertinentes a aplicar na sua análise.

Do levantamento de todos os tempos verbais que constituíram o *corpus 1*, foi possível retirar logo algumas conclusões importantes acerca dos tempos verbais nas duas versões do capítulo em estudo: a) em termos de ocorrências verbais, o português é mais produtivo que o inglês. Ao longo de todo o capítulo analisado, encontraram-se várias estruturas em inglês sem formas verbais, cuja tradução no português implicou o uso de estruturas sintáticas diferentes com formas verbais. Ora, daqui resulta que, para o mesmo conteúdo informativo, o número de tempos verbais em português é mais elevado do que o do inglês; b) o número de formas infinitivas na versão portuguesa é significativamente mais elevado do que na versão inglesa. A contabilização de formas infinitivas no *corpus 1* excluiu, nas duas versões, todos os infinitivos que surgem em perífrases verbais ou em complexos verbais, isto é, foram apenas contabilizados os casos em que o infinitivo surge num domínio oracional próprio. No caso da versão portuguesa, em específico, para efeitos de contabilização, o número de infinitivos engloba as formas simples e composta, o infinitivo flexionado e o não flexionado. Contrariamente, a versão inglesa é mais produtiva em formas participiais e gerundivas em domínio oracional próprio; c) há estruturas na versão original que incluem formas finitas e que a versão portuguesa representou por meio de orações infinitivas, mantendo o mesmo conteúdo informacional; d) por fim, constata-se que a alguns tempos verbais em inglês podem corresponder, na tradução, vários tempos verbais em português.

Estas conclusões, ainda que mais gerais, foram um forte impulsionador para a escolha do infinitivo feita na segunda parte deste trabalho. A sua elevada frequência nas duas versões nesta fase de análise motivou a necessidade de uma restrição ainda maior no que respeita ao âmbito do estudo. Assim, visto que o infinitivo pode aparecer numa variedade de estruturas sintáticas, optou-se por estudar apenas as orações completivas infinitivas com função de objeto direto.



O *corpus 2* foi então constituído com todas as ocorrências deste tipo de orações infinitivas na versão portuguesa e as suas correspondentes na versão inglesa. O objetivo da análise deste *corpus* era, em primeiro lugar, averiguar as propriedades temporais do infinitivo na estrutura sintática eleita e aferir se as propostas de Silvano (2002) e Cunha & Silvano (2006, 2008, 2015) se confirmam e, em segundo lugar, comparar o comportamento dos infinitivos nas duas versões, ou seja, verificar se o uso do infinitivo na versão IB é semelhante ao da versão PE, e, caso tal se verificasse, avaliar se as propriedades temporais se mantêm. Com base nestes objetivos, a análise do *corpus 2* assentou em parâmetros como os tempos verbais, as classes aspetuais das situações, as relações temporais interoracionais, bem como noutros elementos frásicos que contribuíssem para a interpretação temporal. Também daqui se extraíram conclusões relevantes: i) a versão portuguesa é mais produtiva em orações deste tipo, visto que uma grande percentagem dos casos não teve oração completiva infinitiva correspondente na versão original; ii) o verbo da frase superior é de extrema importância no estabelecimento de relações temporais interoracionais, uma vez que, nos dados analisados, este foi um elemento determinante na maioria dos casos, corroborando a proposta de Cunha & Silvano (2006); iii) através da análise do *corpus 2*, foi possível perceber que o infinitivo nas completivas foi capaz de estabelecer relações temporais com as frases superiores, corroborando novamente as hipóteses levantadas pelos referidos autores, nomeadamente a de que o infinitivo não é totalmente isento de temporalidade. É, sim, defetivo em termos temporais, dado que não permite estabelecer a relação entre o ponto de perspetiva temporal e o momento da enunciação; iv) por último, apesar das diferenças estruturais, temporais e aspetuais entre a versão original e a versão traduzida, verificou-se que as leituras temporais entre ambas se mantêm, pelo que é legítimo concluir que as orações infinitivas da versão traduzida são capazes de veicular os valores temporais dados por formas finitas na versão original.

Por fim, os dados analisados neste estudo não são suficientes para encontrar padrões representativos para este tipo de estruturas nas duas línguas em causa. Como tal, um alargamento dos *corpora* permitiria obter mais dados do funcionamento dos infinitivos simples e, possivelmente, observar outros casos menos produtivos, com verbos de natureza lexical diferente, por exemplo. Seria também uma possibilidade observar o comportamento de infinitivos noutra tipo de orações infinitivas e apurar se as relações temporais estabelecidas são ou não as mesmas.

## Referências

- Barbosa, P.; Raposo, E. 2013. Subordinação Argumental Infinitiva. In Gramática do Português (Vol. II, 1901-1977). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cunha, L. F. 2013. Aspeto. In Gramática do Português (Vol. I, 585-619). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cunha, L. F.; Silvano, P. 2006. A interpretação temporal dos Infinitivos em orações completivas de verbo. Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Colibri, 303-314.
- Cunha, L. F.; Silvano, P. 2008. Algumas evidências em favor da existência de temporalidade no Infinitivo Simples. Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 179-192.
- Cunha, L. F.; Silvano, P. 2015. A interpretação temporal dos Infinitivos em orações completivas de verbo. In Estudos de Semântica (101-112). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Centro de Linguística da Universidade do Porto. ISBN 978-989-8648-42-6
- Cunha, L. F. 2016. Algumas peculiaridades da construção *ir + Infinitivo* em Português Europeu. Revista da Associação Portuguesa de Linguística. 10.21747/2183-9077/rapla11.
- Duarte, I. 2003. Subordinação Completiva - as orações completivas. In Gramática da Língua Portuguesa (593-652). Lisboa: Caminho.
- Huddleston, R. 2002. The verb. In The Cambridge Grammar of the English Language (71-212). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lopes, S. 1999. Pontos divergentes entre os sistemas verbais Inglês e Português no que respeita às categorias morfológicas do verbo. Viseu: Millenium.
- Moen, M. 1987. Tense, Aspect and Temporal Reference. Tese de doutoramento, Universidade de Edimburgo.
- Moen, M.; Steedman, M. 1988. Temporal ontology and temporal reference. Computational Linguistics. 14(2): 15-28.
- Oliveira, F. 1998. Algumas questões semânticas acerca da sequência de tempos em Português. Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas, 15: 421-436. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e Aspeto. In Gramática da Língua Portuguesa (127-178). Lisboa: Caminho.
- Oliveira, F. 2013. Tempo Verbal. In Gramática do Português (Vol. I, 509-553). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reichenbach, H. 1947. Elements of symbolic logic. New York: Macmillan.
- Silvano, P. 2002. Sobre a Semântica da Sequência de Tempos em Português Europeu. Análise das Relações Temporais em Frases Complexas com Completivas. Tese de mestrado, Universidade do Minho.
- Silvano, P. 2015. A questão semântica da subordinação temporal em frases complexas com completivas finitas e não finitas. In Estudos de Semântica (89-100). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Centro de Linguística da Universidade do Porto. ISBN 978-989-8648-42-6
- Vendler, Z. 1967. Verbs and Times. In Linguistics in Philosophy (97-121). Cornell University Press.

### **Outras Referências**

- Rowling, J. K. 2019. Harry Potter e a Pedra Filosofal. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 9789722325332.
- Rowling, J.K. 1997. Harry Potter and the Philosopher's Stone. London: Bloomsbury Publishing.

# ESTRATÉGIAS DE DESCORTESIA LINGUÍSTICA EM COMENTÁRIOS DE CARÁTER POLÍTICO NO *FACEBOOK*

Laura Leonardelli Costa Paulino<sup>9</sup>

[lauralep@gmail.com](mailto:lauralep@gmail.com)

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (BRASIL)

Maria Eduarda dos Santos Silva

[mariaeduardasansil@gmail.com](mailto:mariaeduardasansil@gmail.com)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (BRASIL)

**RESUMO.** Este trabalho busca observar o gênero comentário na rede social *Facebook* de modo a analisar estratégias linguísticas de descortesia entre os interlocutores quando determinados a debater sobre um tema polêmico. Nesta pesquisa qualitativa, de caráter sociointeracionista, são analisados comentários acerca de uma notícia publicada por duas páginas de ideologias divergentes: *O Globo* e *CartaCapital*. Dentre os teóricos que embasam este trabalho estão Amossy (2011, 2017), Goffman ((1967) 2011), Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006), Cabral & Lima (2016), Silva (2013), entre outros. Os resultados apontam para a polarização como fator impeditivo para que os interlocutores cheguem a um consenso quanto ao debate posto.

**PALAVRAS-CHAVE.** Descortesia, Sociolinguística Interacional, *Facebook*.

**ABSTRACT.** This article aims to observe the genre commentary on social media *Facebook* in order to analyze linguistics strategies of discourtesy between the interlocutors when determined to debate about a polemic topic. In this qualitative research, of sociointeracionist bias, commentaries about published news are being analyzed in two pages with divergent ideologies: *O Globo* and *CartaCapital*. Among the scholars who underlie this paper are Amossy (2011, 2017), Goffman ((1967) 2011), Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006), Cabral & Lima (2016), Silva (2013), among others. The results show the effect of polarization as an obstacle for the interlocutors to get into an agreement between the debate that has been brought.

**KEYWORDS.** Discourtesy, Interactional Sociolinguistics, Facebook.

---

<sup>9</sup> À data da escrita do artigo, ambas as autoras frequentavam o 3.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

## 1. Introdução

Os comentários em postagens nas redes sociais funcionam, muitas vezes, como uma extensão da própria publicação, contudo, abrangendo mais do que apenas o par autor-notícia e atingindo um terceiro elemento da interação: o leitor. Quando ocorre a participação deste último elemento, considera-se que a publicação atingiu os níveis desejados de interação e engajamento, de forma a mobilizar os interlocutores. Defende-se, nesta perspectiva, que, tratando-se de um fenômeno textual ligado à *internet*, o texto produzido pelo leitor é a forma mais profunda de engajamento, revelando que a leitura do texto base foi realizada e indicando uma posição de discordância ou concordância com as ideias desse.

Acerca dos gêneros textuais, de acordo com Marcuschi (2003: 19), esses “surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas”. Considerando isso, tem-se a importância da análise de gêneros textuais em outras plataformas que não as mais tradicionais. Nessa perspectiva, defendemos que, por vezes, o advento desses novos gêneros acaba por solicitar novas perspectivas e compreensões, como é o caso da noção de *hipertexto*, definida por Xavier (2002: 29) como “o espaço virtual inédito e exclusivo no qual tem lugar um modo digital de enunciar e construir sentido”. Na plataforma *Facebook*, por exemplo, lugar de recolha do *corpus* analisado neste artigo, é possível encontrar diversos hipertextos, como notícias, *posts*, comentários, entre outros.

Neste trabalho, voltamos-nos especificamente para o gênero (hiper)textual<sup>10</sup> comentário em redes sociais, abordado como *corpus* para análise do fenômeno da descortesia entre usuários do *Facebook*, a partir de publicações de duas páginas de veículos midiáticos brasileiros divergentes no que tange ao posicionamento político. Dentre os objetivos deste trabalho, encontra-se, de forma geral, a análise e a verificação dos fenômenos de descortesia em comentários de *posts* do *Facebook*. Concomitantemente, cabe observar de que forma a descortesia se manifesta em argumentações nos comentários, observando as estratégias linguísticas utilizadas pelos usuários para que o fenômeno ocorra nesse ambiente polêmico.

O tema em questão é de suma importância visto que as conversações face a face estão sendo paulatinamente substituídas pelas interações virtuais, como defendem Cabral & Lima (2016), e é imprescindível que se desenvolvam análises a fim de compreender, pelo aspecto linguístico, como são realizadas. Ademais, pontuamos o interesse em analisar de que forma os

---

<sup>10</sup> Trazemos em parênteses a expressão *hiper* por coerência ao tratamento do gênero comentário dado por Bertucci & Nunes (2016: 315), que abrangem os *posts* como hipertextos e o comentário como gênero. Cabe aqui a classificação avançada pelas autoras no sentido estrito do gênero comentário nas plataformas de redes sociais.

usuários de rede social se manifestam em publicações favoráveis ou contrárias aos seus posicionamentos ideológicos, crenças e saberes, de modo a evidenciar a polêmica instaurada nesses espaços e analisar as construções argumentativas dos participantes quando esses agridem a imagem do interlocutor ou têm a sua imagem atacada, seja direta ou indiretamente.

A partir de pesquisas antecedentes, defende-se, portanto, que as redes sociais são ambientes polêmicos e que tais comentários se encaixam na teoria da conversacionalização, a qual discorre que assuntos mais delicados são banalizados como conversas comuns, tendo em vista o ambiente informal da rede social. Ambos os conceitos são pontos encontrados na teoria de Amossy (2011, 2017), na qual nos embasamos. Dentre outros teóricos que antecedem e embasam este estudo, estão: Lopes (2018) e Leech (1983), com o conceito de cortesia; Goffman ((1967) 2011), que nos traz a noção de face; Brown & Levison (*apud* Kerbrat-Orecchioni (1996) 2006), os quais ampliam as proposições de Goffman e apontam para a noção de face positiva e face negativa, bem como para o conceito de *face threatening acts (FTAs)*; Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006), que aprofunda a teoria dos autores anteriormente citados e apresenta o conceito de *face flattering acts (FFAs)*; Silva (2013) e a sua reflexão acerca do fenômeno estudado neste trabalho, a descortesia; e, por fim, Cabral & Lima (2016), que discorrem a respeito da polêmica e da violência verbal em redes sociais.

No que tange à metodologia, foram selecionados comentários de *posts* sobre a libertação do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 8 de novembro de 2019. Os *posts* são de duas páginas do *Facebook*, o jornal *O Globo* e a revista *CartaCapital*, dois veículos midiáticos de grande circulação no país, os quais apresentam posições ideológicas divergentes, mas que comumente abordam os mesmos assuntos. Para a coleta de dados, fez-se uso do método qualitativo, de cunho sociointeracionista, a partir da técnica de recolha documental. Dessa forma, dois veículos de mídia opostos foram escolhidos, tendo em vista suas posições antagonistas e a possibilidade de análise de dois tipos de público e das formas como esses desenvolvem a descortesia.

## **2. Enquadramento teórico e conceitual**

Nas trocas discursivas, defendemos que os sujeitos interagem tendo em vista algumas regras sociais e linguísticas que visam o respeito, a cooperação entre os indivíduos e a preservação da harmonia na conversação. Esse posicionamento é o que caracteriza o princípio da cortesia, o qual, segundo Lopes (2018: 199), “faz parte de um conhecimento de senso comum ancorado na experiência social dos membros de uma comunidade”. O termo compreende, portanto, as ações discursivas que visam buscar, inicialmente, e preservar a

harmonia da interação. Para Leech (1983), em um âmbito geral, o princípio propõe que se minimize os custos e a censura ao outro e se maximize os benefícios e os elogios.

Segundo Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006), na interação, desenvolvemos o trabalho de tentar constantemente nos preservar e preservar o nosso interlocutor, tendo em vista que as nossas práticas linguísticas são respaldadas por convenções sociais de respeito mútuo e cooperação discursiva. Assim, estaríamos a princípio buscando atenuar ou amenizar o caráter ameaçador dos nossos atos linguísticos, realizando *face want* e *face work*, ou seja, respetivamente, o desejo de preservar as faces e “as ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a fachada” (Goffman (1967) 2011: 20).

Nessa perspectiva, compreende-se que os sujeitos envolvidos na interação buscam cooperar para que essa se desenvolva, de forma a não agredir a imagem alheia, agindo dentro do espectro da cortesia. Conforme propõe Goffman ((1967) 2011: 12), interagir é saber gerenciar adequadamente as faces dos participantes, conceito o qual, segundo o autor, se refere a “uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados”.

O trabalho desse pesquisador tem grande importância no cenário da pragmática linguística e da análise das conversações, colaborando com o avanço das pesquisas em Sociolinguística Interacional. Suas pesquisas são aprimoradas *a posteriori* por Brown & Levinson (*apud* Kerbrat-Orecchioni (1996) 2006), os quais, por sua vez, advogam que, na interação, estão postas quatro faces e não apenas duas, como propunha Goffman ((1967) 2011). Destarte, para Brown & Levinson (*apud* Kerbrat-Orecchioni (1996) 2006), cada sujeito possui duas faces, sendo uma delas a face positiva e a outra, a face negativa. A face positiva diz respeito a uma valorização que o indivíduo promove na interação da sua própria imagem, correspondendo, em alguma medida, a uma necessidade de ser aceito pela coletividade, enquanto a face negativa se refere, segundo Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006), à necessidade que o sujeito tem de ser independente e livre, tendo seu espaço individual resguardado dos demais.

Diante do que foi exposto, reiteramos a ideia de que os sujeitos, nas interações verbais, procuram preservar as faces. Contudo, Brown & Levinson (*apud* Kerbrat-Orecchioni (1996) 2006) defendem que os atos verbais e não verbais produzidos pelos indivíduos podem se opor a esse princípio cooperativo e ao princípio da cortesia. Na perspectiva teórica erigida pelos autores, esses atos constituem verdadeiras ameaças às faces do interlocutor, o que embasa o conceito *face threatening acts (FTAs)*. Em contrapartida, Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006) assevera que essa teoria tem uma visão pessimista sobre as interações dos indivíduos, por definir todos os atos como ameaçadores da face do interlocutor. Dessa forma,

como um aprimoramento da teoria, a autora propõe pensarmos que “alguns atos de fala também podem ser valorizantes para essas mesmas faces” (Kerbrat-Orecchioni (1996) 2006: 82), são os *face flattering acts* (FFAs).

Mesmo considerando a posição da autora, afastar-nos-emos dos FFAs, focalizando os FTAs, pois corroboramos a ideia de Goffman ((1967) 2011: 161) de que, apesar de o indivíduo se comprometer em manter a harmonia da conversação, “a manutenção dessa ordem, seja durante o tempo livre ou o ocupado, é mais problemática do que pode parecer à primeira vista”. Assim, nas redes sociais - objeto de análise deste trabalho -, dependendo do conteúdo publicado, as interações decorrentes desse espaço podem desencadear diversas agressões às faces do outro, a fim de expor a tomada de posição de quem produz os atos ameaçadores e marcar a pertença em determinado grupo (Cabral & Lima 2017).

Destarte, outro conceito pertinente é o de descortesia, o qual designa os casos em que não ocorre a mitigação ou a atenuação dos atos ilocutórios ameaçadores da face, e sim uma violação do princípio da cortesia. Para Silva (2013: 102), a descortesia define-se, portanto, como “uma violação dos rituais da conversação em que estão em jogo os direitos e obrigações que os interlocutores respeitam mutuamente”. Isso, pois nem sempre o objetivo do falante é ser cortês e preservar a face do receptor; por vezes, o sujeito age de maneira intencional, infringindo propositalmente o princípio da cooperação e o da cortesia.

Na complexa situação interativa presente nos comentários de redes sociais, os participantes buscam construir uma imagem positiva de si ao passo que atacam a imagem do outro, alimentando a ideia de que ganham a discussão rebaixando a crença alheia e angariando mais curtidas dos demais usuários. Como defende Cabral & Lima (2016), as interações nesses novos espaços virtuais são sobretudo conflituosas, ou, de acordo com a perspectiva teórica de Amossy (2017), polêmicas. Conforme Amossy (2017), a polêmica se instaura na oposição de discursos, em que se apresenta um conflito de posições e pontos de vista, sendo a natureza antagônica, dessa forma, ponto fulcral para a instauração da polêmica. Ademais, é válido ressaltar que a polêmica se insere no espaço da atualidade e se molda a cada cultura, haja vista o que é polêmico para uma dada sociedade em um determinado momento pode não o ser para outra sociedade ou em outro período. Assim, Amossy (2017: 49) defende que o discurso polêmico “é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura”.

Isso posto, advogamos que, perante a polêmica, os sujeitos da interação permitem-se com maior frequência utilizar a descortesia nos seus discursos, a fim de fazê-la uma estratégia



para refutar e deslegitimar o outro, tido como adversário. Contudo, pontuamos que a polêmica não gera necessariamente a violência verbal, apesar de estarem em diversos casos relacionadas. Isso porque aquela consiste numa “ancoragem conflitual, que se traduz pela dicotomização, pela polarização e pela desqualificação do outro - e, apenas de forma secundária, pela violência verbal e pelo *pathos*” (Amossy 2017: 52). Assim, a violência verbal (ou a descortesia) está abrangida pela polêmica, mas sem ser consequência direta e imediata dessa.

### 3. Metodologia

A presente pesquisa apresenta caráter qualitativo, haja vista o propósito de analisar como os atos descorteses são realizados em redes sociais. Para tal, debruçamo-nos sobre o gênero textual comentário, cujos exemplos foram extraídos da plataforma *Facebook*, um dos principais meios de comunicação e interação da atualidade. Na rede social, selecionamos dois *posts*, um publicado na página do jornal *O Globo* e outro publicado na página da revista *CartaCapital*, veículos midiáticos de posicionamentos ideológicos distintos e que, conseqüentemente, atraem grupos, em sua maior parte, distintos. Essa escolha se deu a fim de que pudéssemos observar um público mais amplo de usuários, com opiniões antagônicas sobre um mesmo conteúdo, pondo em voga, assim, uma polêmica instaurada, como teoriza Amossy (2017).

O *corpus* analisado foi composto por 9 sequências conversacionais, as quais abrangem comentários e respostas, sendo 5 sequências extraídas da página do *O Globo* e 4 sequências da página da *CartaCapital*. As sequências foram selecionadas a partir da indicação de “comentários mais relevantes” da própria rede social, ou seja, aqueles que tiveram maior interação (em reações e/ou em respostas). Dentre esses, extraímos as sequências cujos posicionamentos dos usuários expõem maior confronto de discursos. Ao todo, foram analisados 140 comentários realizados em duas publicações sobre a libertação do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 8 de novembro de 2019.

### 4. Resultados e discussão

Passamos, neste momento, à análise dos comentários no *Facebook*, tomando como base os atos linguísticos que ameaçam a face positiva do receptor, os quais, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006: 79), “são todos aqueles que colocam em risco o narcisismo do outro, como a crítica, a refutação, a reprovação, o insulto e a injúria, a chacota e o

sarcasmo”<sup>11</sup>. Frisamos ainda nosso alinhamento à proposta teórica de Culpeper (1996 *apud* Silva 2013) sobre os tipos de descortesia. Segundo o autor, esses são: 1) descortesia direta, quando a ameaça é feita de forma direta; 2) descortesia positiva, quando se agride a face positiva do interlocutor; 3) descortesia negativa, quando se agride a face negativa; 4) descortesia dissimulada, referente aos atos a princípio corteses, mas que não o são e 5) não-cortesia, a ausência de cortesia em situações comunicativas nas quais ela seria esperada.

Destarte, conduzimos uma análise de maneira similar a Silva (2013) em seu estudo sobre a descortesia em debates políticos, observando que estratégias linguísticas são utilizadas pelos participantes para desqualificar a imagem do outro, as quais, segundo o autor, são comuns em interações conflituosas. Assim, analisamos a seguir o emprego “de fórmulas que busquem mostrar a fragilidade do oponente” (Silva 2013: 108), tais como *dizer que o outro não compreende o conteúdo das publicações*, *dizer que o outro é e/ou defende corruptos*, *dizer que o outro é alienado*, entre outras. Ademais, pontuamos que muitos comentários se encaixam em diversas categorias de análise, mas foram categorizados por questões organizacionais.

#### **4.1. Insultar o outro pelo seu posicionamento ideológico**

Após as eleições de 2018, tornou-se mais recorrente o fato de os usuários da rede social analisada postarem assuntos relacionados à política. Nos *posts* analisados, como pontuamos anteriormente, temos a notícia da libertação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, causando na sociedade brasileira reações opostas, ora de repulsa ora de comemoração, por parte de usuários com ideologias divergentes. O comentário veiculado abaixo, extraído de uma publicação da página do jornal *O Globo* e produzido por JA<sup>12</sup>, suscitou muitas interações, como veremos durante esta análise.

##### **Exemplo 1 [G1]<sup>13</sup>**

JA: Parabéns ao STF. Uma esperança para democracia

---

<sup>11</sup> Optamos por não aprofundar nessa distinção, visto que utilizamos os estudos de Kerbrat-Orecchioni (2006) como base teórica, trazendo esses atos como exemplos que a própria autora pontua, mas desenvolvemos nossas análises a partir da metodologia proposta por Silva (2013), buscando compreender especialmente a forma de desenvolvimento dos atos ameaçadores da face no contexto das redes sociais.

<sup>12</sup> A fim de não expor os usuários e de organizar a apresentação dos comentários, optamos pela utilização de iniciais em substituição do nome original dos perfis.

<sup>13</sup> As letras referem-se à página responsável pela publicação na qual a sequência foi realizada, em que G se refere ao jornal *O Globo* e C, à revista *CartaCapital*. Os números condizem com a ordem de apresentação das sequências.

No comentário a seguir, realizado na cadeia de respostas do comentário anterior, o usuário FB afirma que a decisão do STF tem como objetivo favorecer, também, os milicianos, que a esquerda muito critica por ser, segundo essa, um grupo próximo ao governo atual.

### **Exemplo 2 [G1]**

FB: TG, Só lembrando que milicianos de quem tanto falam os petistas serão beneficiados também kkk

Em seu comentário, o interlocutor FB refere-se aos apoiadores de Lula como “petistas”, nome derivado da sigla do PT - Partido dos Trabalhadores, ao qual o ex-presidente é ligado. A resposta é dada ao comentário inicial do interlocutor JA. No comentário seguinte, podemos analisar mais um interlocutor (AS) a criticar o posicionamento de um usuário de esquerda, quando EN qualifica a saída do ex-presidente como “linda”. AS, por sua vez, contraria a qualificação ao chamar o ex-presidente de bandido, criticando o comentário de EN e justificando o fato de “esquerdistas” não ter credibilidade a partir dele.

### **Exemplo 3 [C2]**

EN: Parabéns Lula até quem fim muito lindo sua saída

AS: EN linda a saída de um bandido por isso que vcs esquerdistas não são levados a sério  
rsrsrs

Em contrapartida, no comentário do interlocutor JA a seguir, ainda dessa cadeia de respostas, podemos identificar a associação que é feita entre a direita e os milicianos, de forma que o interlocutor ataca a face positiva daqueles que se identificam com a ideologia de direita ao afirmar que alguns políticos pertencentes a tal grupo possuem ligação com a milícia. Isso, pois não é esperado que um representante do povo se relacione com um grupo responsável por comandar organizações criminosas nas comunidades brasileiras, ou seja, um grupo que se estabelece contrário ao povo. Assim, ao apontar essa relação entre o governo e a milícia, o interlocutor agride não só estes políticos, como também aqueles que acreditam neles e os defendem.

### **Exemplo 4 [G1]**

JA: Vcs tem tempo para se educarem. Aproveitm se não continuarão os burros de sempre . A democracia e o humanismo agradecem. Antes que eu esqueça vcs adorambmilicianos e assassinos. Danem se

No comentário acima, o interlocutor JA se defende das acusações a sua face, visto que os comentários de FB e de outros interlocutores foram feitos em resposta ao de JA - que vimos no exemplo 1 -, invocando o nome da democracia e do humanismo, enquanto critica os outros envolvidos acusando-os de adorar milicianos e assassinos. Tal alegação se constitui como descortesia e ataque à face do grupo de direita, já que o interlocutor se utiliza de insultos que atacam pessoalmente os interlocutores de ideologia contrária (“aproveitm se não continuarão os burros de sempre”) e complementa o ataque a esse grupo específico - o de ideologia de direita, personificados nos comentários pelos interlocutores AS e FB -, quando se refere a eles como adoradores de milicianos e assassinos.

É notório, pela leitura desses exemplos, que o fenômeno analisado, o da descortesia, configura-se como uma relação entre questões linguísticas e sociopolíticas, promovendo ainda a ocorrência de um ambiente polêmico. A polarização, de acordo com Amossy (2017), é, resumidamente, um fenômeno social de divisão de grupos identitários. Na análise em questão, temos a divisão entre usuários identificados com a ideologia da esquerda e opositores, geralmente, defensores do atual governo brasileiro de direita. Os atos linguísticos ameaçadores de face, nos exemplos abordados, são feitos de forma direta, os quais, de acordo com Culpeper (1996 *apud* Silva 2013), ferem a face do interlocutor sem a preocupação de atenuar quaisquer efeitos que tal descortesia possa causar. Esses ataques estão materializados em forma de insultos, como chamar o interlocutor de ‘burro’, mas ainda na ação de mostrar, como fez o interlocutor FB, que certo discurso poderia se contradizer; e até mesmo de vincular um grupo a crimes, como fez o interlocutor JA.

De toda forma, a polarização é notória e está presente no discurso dos interlocutores FB e AS a partir do momento em que são utilizados termos como “vcs petistas” e “vcs adorambmilicianos e assassinos”. Tais termos utilizados para se referir ao grupo de ideologia contrária demonstram que os interlocutores tomam partido na discussão, estando visível o fenômeno social de polarização materializado no discurso dos interlocutores. Destarte, ao tomar partido, tais sujeitos deixam-se tomar pelas emoções e protagonizam ações de descortesia e de violência verbal.

#### **4.2. Dizer que o outro não é inteligente**

Como discorremos no enquadramento teórico, a face positiva, conforme Brown & Levinson (*apud* Kerbrat-Orecchioni (1996) 2006), diz respeito a uma tentativa de o indivíduo expor uma imagem que seja condizente com o que a sociedade espera. Em comentários de publicações na rede social *Facebook*, essa imagem diz respeito à crença de que o sujeito autor do comentário tenha domínio acerca do que está sendo dito. Assim, ao acusar o outro, afirmando que esse não é inteligente, seja por não compreender o *post* ou o assunto abordado, agride-se a imagem desse outro ao mesmo tempo que se desqualifica o seu comentário. Isso, pois um comentário advindo de alguém que não tenha conhecimento sobre o conteúdo é considerado irrelevante ou inferior. É o que podemos observar no exemplo abaixo, extraído de uma conversação no *post* da *CartaCapital*.

### **Exemplo 5 [C2]**

IO: O homem mais honesto do Brasil, teve que mudar a lei, pq os 7 excelentes advogados não conseguiram solta-lo....kkkk só no Brasil mesmo.

AB: IO que lei que mudaram??? Kkkkkkkkkkkkk bolsominions realmente não gostam de estudar kkkkkkkkkkkk

Nesse trecho, podemos perceber que IO expressa a sua opinião acerca da soltura do ex-presidente Lula, posicionando-se de forma contrária a esse fato e afirmando que o ex-presidente teve que mudar a lei para poder ser solto. O comentário de IO gera uma resposta de AB, em que esse acredita que o comentário não traz informações verdadeiras, mas, no lugar de contra-argumentar, limita-se a dizer que “bolsominions<sup>14</sup> realmente não gostam de estudar”. Através do seu comentário, AB agride indiretamente IO, porque não se dirige à sua pessoa na realização do ato ameaçador, contudo, por meio do princípio da cooperação, somos levados a acreditar que a resposta de AB é relevante para a conversação, de forma que ele estaria incluindo IO no grupo dos “bolsominions”. Consequentemente, ao ser incluída nesse grupo, IO é caracterizada como uma pessoa que não estuda, ou seja, que não tem domínio do conteúdo e produziu um comentário o qual AB desqualifica. Ainda nessa sequência de comentários, em seguida, podemos ler uma resposta diferente da analisada:

### **Exemplo 6 [C3]**

---

<sup>14</sup> Neologismo de teor negativo cunhado por um grupo social mais à esquerda para designar os apoiadores do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e que faz referência aos “minions” do filme “Despicable Me”.

MA: IO deixa de ser burra, mulher... não mudou a lei, apenas se respeitou a lei maior que é a Constituição Federal , mas não será eu que vou te dar aula sobre a Carta Magna... sem paciência. Chora que assim como o choro o Lula também é livre.

Apesar de MA também não argumentar com mais vigor acerca da incorreção do comentário de IO, dizendo que não dará “aula sobre a Carta Magna”, essa resposta é distinta da anterior porque desenvolve uma estratégia de descortesia direta, e afeta de forma objetiva IO, de acordo com o que propõe Culpeper (1996 *apud* Silva 2013). Quando MA escreve “deixa de ser burra”, ela está, de maneira clara e objetiva, se dirigindo à autora do comentário anterior, utilizando o termo “burra” para caracterizá-la como não inteligente e realizando um ato ameaçador. Destarte, MA realiza um ato cuja função principal nesse contexto comunicativo é revelar a sua crença de que IO é incapaz de compreender o conteúdo do *post*.

Em outra sequência, esta extraída da publicação do jornal *O Globo*, observamos também a estratégia de negar a inteligência do outro, acusando-o de “burro” e indicando que esse não estuda, como nos exemplos anteriores.

### **Exemplo 7 [G2]**

LC: A alma mais honesta do país precisou mudar a lei já que não consegue provar sua inocência, que coisa não...

LP: LC mudar a lei kkkkkkkk burro pra caralho hein. A constituição não foi mudada, foi obedecida

LC: LP Então 5 ministros votaram contra a constituição? Seu animaaalll Kkkkkkk

NF: LC , a lei não mudou! Quem forçou a barra com o Supremo foi o Moro, em 2016! Vá estudar à Constituição!!!

Essa ocorrência nos comentários de ambas as publicações observadas nos mostra como a agressão por meio do descrédito à capacidade cognitiva do outro é constantemente utilizada em discussões nas redes sociais. Defendemos que isso ocorre porque faz com que qualquer argumento do outro seja desqualificado, visto que ele não seria inteligente o suficiente para ter seus comentários considerados. Ademais, outro aspecto a ser pontuado nos exemplos é a animalização do outro, pela utilização de “burro” ou do próprio termo “animal”, como no comentário de LC na sequência acima. Essas expressões buscam reduzir as características humanas do outro, principalmente a racionalidade, igualando-o aos animais.

### 4.3. Dizer que o outro é e/ou defende corruptos

Um dos ataques à face mais comuns, quando se trata de assuntos políticos, é o de afirmar que os envolvidos são ou defendem corruptos. No comentário de EC, veiculado abaixo, podemos observar um ato de descortesia contra JA - visto no exemplo 1 -, sobre a premissa de que, se JA defende políticos tidos como corruptos (ademais de ladrões, chefes de quadrilha e assassinos) por EC, isso faz com que ele e a sua família se igualem a esses, o que constitui um ataque direto de desqualificação do outro, agredindo a sua face positiva.

#### Exemplo 8 [G1]

EC: JA gosta de corrupção Ladrões chefes de quadrilha assassinos sua família deve ser igual

LC disserta, por sua vez, quanto à corrupção em um dos maiores órgãos de poder do país, alegando que, por julgar diversas vezes o mesmo caso como prioridade, há corrupção evidente.

#### Exemplo 9 [G2]

LC: A corrupção no judiciário é aquela em que um cara recorre 300 vezes pra maior corte do país que tira o dia pra julgar o caso dele quantas vezes forem necessárias. Existe sim corrupção no STF, eles mesmos envolvidos com o narcotraficante de 9 dedos.

O motivo dado por LC para alegar a corrupção no judiciário é o de que o órgão estaria envolvido com o “narcotraficante de 9 dedos”, termo utilizado para se referir ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Há, portanto, uma crítica direta ao ex-presidente, através do insulto a ele, alegando ligação criminosa, e ao sistema judiciário, desqualificando-o, quando alega ligação do órgão à corrupção.

### 4.4. Dizer que o outro é alienado

Outra estratégia de descortesia utilizada pelos usuários do *Facebook* nas publicações se refere a dizer que o outro é alienado, no sentido de que é enganado por políticos e não se apercebe disso. Essa estratégia se aproxima da exposta em 4.2., porque também animaliza o outro e ataca a sua capacidade cognitiva na ação de discernir sobre qual político apoiar e de perceber quando estiver sendo enganado por esse. A resposta de TG abaixo exemplifica bem essa questão, pois, apesar de ser de forma indireta, ele afirma que FB é alienado, ou seja, deixa-se coordenar por determinados políticos:

### **Exemplo 10 [G1]**

JA: Parabéns ao STF. Uma esperança para democracia

FB: as antas ficam comemorando essa decisão do STF.. Isso só vai servir para bandido de colarinho branco, que tem dinheiro para recorrer infinitas vezes para não ser preso. Ladrão de galinha como estes eleitores do Haddad vai pra cadeia na primeira instância kkkkk

TG: FB e os gados muuuuuuuuuu! 🐮

Ao escrever “e os gados muuuuuuuuuu” em resposta ao comentário de FB, TG está, na verdade, caracterizando esse outro como gado. A expressão, no contexto político brasileiro da atualidade, passou a ser utilizada no sentido pejorativo para designar os eleitores de um dado político, tidos como desinformados e apoiadores incondicionais. “Gado”, portanto, animaliza os eleitores, retirando deles a sua natureza racional. Destarte, por meio do seu comentário, TG insulta FB, invalidando o seu dizer contrário aos eleitores do candidato à presidência do Brasil nas eleições de 2018 pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, e à libertação do ex-presidente Lula. Isso porque, sendo um eleitor alienado, FB não teria condições de argumentar acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

### **4.5. Estratégias multimodais**

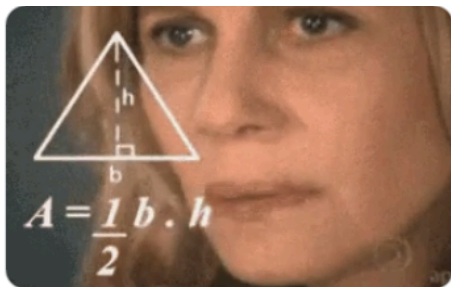
Ainda no exemplo 10, apresentado acima, é mister destacar outro elemento do comentário de TG que colabora para a realização do seu ato ameaçador da face do interlocutor: o *emoji*. Podemos notar, ao final da frase “e os gados muuuuuuuuuu”, que o autor do comentário faz uso da figura de um boi para simbolizar e enfatizar o que está posto verbalmente. Com as redes sociais, percebemos que a forma de interação entre os indivíduos foi modificada, principalmente no que diz respeito à forma de escrita, que ganhou novos contornos, adotando cada vez mais elementos de outras semioses para além da verbal.

Nessa perspectiva, “o sistema linguístico é apenas um dos modos de constituição dos textos que materializam nossas ações sociais” (Dionísio & Vasconcelos 2013: 19), o que significa que combinamos semioses diversas para construir nossos textos e dar-lhes significado. A partir disso, advém a noção de multimodalidade, a qual se refere justamente à combinação de diversos recursos semióticos - tais como imagem, escrita verbal, cor, som, gesto, movimento, entre outros - na elaboração do sentido de um texto (Dionísio & Vasconcelos 2013).



### Exemplo 12 [G2]

MR: Como deve estar a cabeça do LC com esse comentário do LP hehehe



Um exemplo da combinação de modos para a construção de significado no texto pode ser visto no comentário acima, produzido por MR e referente ao diálogo empreendido entre LC e LP, apresentado no ponto 4.2., no exemplo 7. MR, em sua resposta, faz uso do recurso linguístico e do recurso imagético para ridicularizar LC, o qual não teria sido capaz de compreender sozinho o fato em questão. Na imagem, há uma personagem de uma novela brasileira, “Senhora do Destino”, com uma expressão confusa e, sobreposta a essa, uma fórmula matemática. Esse meme se tornou popular nas redes sociais, sendo utilizado para expressar incompreensão.

Destarte, só podemos construir um sentido mais completo para o comentário a partir da análise desse texto como um todo, em seus aspectos verbais e não-verbais. Assim, a resposta de MR não poderia ser compreendida em todas as suas possibilidades semânticas se observássemos apenas a partir do prisma verbal ou do prisma não-verbal, visto que esses se complementam.

#### 4.6. Descortesia dissimulada

A descortesia dissimulada se dá por meio de expressões que são, aparentemente, corteses, mas se desenvolvem por meio da ironia e sarcasmo. Vejamos, nos exemplos a seguir, argumentos que se utilizam da mesma estratégia linguística de descortesia, contudo para produzir um ataque à face do outro:

### Exemplo 13 [G3]

GM: LP Para o homem mais honesto deste país, com DEZENAS de advogados, foi mais fácil mudar a lei, do que provar sua inocência. Vai pra casa, mas nao foi inocentado, continua com duas condenações nas costas kkk

### **Exemplo 14 [G2]**

LC: A alma mais honesta do país precisou mudar a lei já que não consegue provar sua inocência, que coisa não...

É notório que o comentário produzido por GM se constitui como um exemplo de descortesia dissimulada, porque se utiliza da ironia para definir o ex-presidente Luiz Inácio como “o homem mais honesto deste país”, visto que, para o usuário, a sua própria afirmação não faria sentido quando o ex-presidente teria a seu dispor dezenas de advogados e esses não foram capazes de provar a inocência sem que houvesse “mudança” na lei.

No comentário de LC, temos um processo semelhante, em que é evidente o uso do sarcasmo ao definir o ex-presidente como “a alma mais honesta do país”. O uso da figura de linguagem fica mais evidente no fim do comentário de LC, em que esse utiliza a expressão “que coisa não” para reforçar o sarcasmo. O fato de ser necessário “mudar a lei” para que a inocência do ex-presidente fosse comprovada é algo que põe em debate a expressão “alma mais honesta do país”, visto que, se verdadeira, não seria necessária mudança alguma para que se comprovasse a inocência.

No comentário abaixo, também podemos perceber a questão abordada neste tópico, da descortesia dissimulada:

### **Exemplo 15 [G1]**

LS: Sim. Parabéns. Democracia para os bandidos.

O comentário de LS refere-se ao primeiro comentário analisado na seção 4.1., que parabenizava o STF pela decisão, que, para JA (autor do comentário que gerou a cadeia da qual o comentário de LS foi extraído), representa uma esperança para a democracia. No entanto, é possível perceber que, para LS, a democracia em questão serve apenas para os bandidos, o que representa um ataque dissimulado à face positiva do ex-presidente. Compreendemos que a democracia seja um sistema que beneficia igualmente a todos os cidadãos e, dessa forma, podemos interpretar o comentário de LS como irônico, pelo fato de que a democracia por ele referida seria benéfica somente a um grupo restrito, e não para todos, ironizando o conceito real do termo.

## **5. Considerações finais**

As interações nas redes sociais tendem a ser polêmicas, ainda mais quando abordam um assunto tão polarizado quanto a política. Definida como uma modalidade argumentativa

que intermeia os discursos, a polêmica se constitui a partir do princípio de “trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa que constrói a fala polêmica” (Amossy 2017: 49). Ao contrário da discussão, em que, ainda de acordo com Amossy (2017), os envolvidos buscam um consenso entre as partes a fim de alcançar uma decisão ou uma verdade unânime, no debate, os interlocutores se detêm na defesa da própria tese, dando importância à tese opositora somente para desvalorizá-la ou refutá-la.

No *corpus*, a descortesia teve papel majoritário nas estratégias linguísticas adotadas pelos interlocutores. Foi possível perceber que a construção de uma justificativa lógica para os posicionamentos cedeu lugar a ataques diretos ou indiretos aos outros usuários da rede, de forma que a desvalorização do outro superou as tentativas de argumentar e convencer. Isso se dá pelo fato de que, segundo Amossy (2017), a linha que separa os debatedores é nítida, pois é vinculada à defesa de determinado candidato político.

Por fim, dentre os elementos analisados é possível observar um ritmo semelhante ao da conversação, visto que “a subjectivação assim definida está em parte ligada a uma troca que, apesar de escrita e assíncrona, se assemelha a uma conversa oral onde ela constrói um lugar de debate público” (Amossy 2011: 322). Contudo, vale ressaltar que, apesar do caráter conversacional dos comentários e da sua constante interação de usuário para usuário, uma resolução comum dos debates não seria possível, já que a dicotomização das ideologias políticas impossibilita aos usuários chegar a um consenso, levando-os apenas ao ataque à face do outro como forma de desmoralizar seu discurso.

## Referências

- Amossy, R. 2017. Apologia da polêmica. São Paulo: Contexto.
- Amossy, R. 2011. O intercâmbio polêmico em fóruns de discussão online: o exemplo dos debates sobre as opções de ações e bônus no jornal Libération. Comunicação e Sociedade 19: 319-335.
- Bertucci, R.; Nunes, P. 2017. Interação em rede social: das reações às características do gênero comentário. Domínios de Linguagem 11(2): 313-338.
- Cabral, A. L. T.; Lima, N. V. 2017. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel da violência verbal. Signo 42(73): 86-97.
- Dionísio, A. P.; Vasconcelos, L. J. 2013. Multimodalidade, gênero textual e leitura. In Múltiplas linguagens para o ensino médio (19-40). São Paulo: Parábola Editorial.
- Goffman, E. (1967) 2011. Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996) 2006. Análise da conversação: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial.

- Lopes, A. C. M. 2018. Pragmática: uma introdução. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marcuschi, L. A. 2003. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In Gêneros Textuais e Ensino (2 ed., 19-39). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Silva, L. A. 2013. Descortesia e (des)construção da imagem pública. In Comunicação na fala e na escrita (93-119). São Paulo: Humanitas.
- Xavier, A. C. 2002. O hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.

# O PRETÉRITO IMPERFEITO EM CONTOS LITERÁRIOS: VALORES TEMPORAIS E ASPETUAIS

Ana Sofia Freixo Pinto<sup>15</sup>

[sofiapinto.as@hotmail.com](mailto:sofiapinto.as@hotmail.com)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O objetivo deste estudo é identificar valores temporais e aspetuais do pretérito imperfeito do indicativo em contos literários. O *corpus* escolhido é constituído por contos da obra *Praça de Londres: cinco contos situados*, de Lídia Jorge. A análise recorre essencialmente a conceitos das teorias de Reichenbach (1947) e de Vendler (1967) para estudar, respetivamente, o Tempo e o Aspeto. Através da observação do *corpus* conseguimos identificar alguns valores temporais deste tempo verbal e a sua influência quando combinado com estados e com predicacões eventivas. Verificámos ainda se há sempre sobreposição das situações representadas por este tempo verbal relativamente a outras com as quais ocorre.

PALAVRAS-CHAVE. Tempo, Aspeto, Pretérito Imperfeito do Indicativo, Texto Literário.

ABSTRACT. The main goal of this study is to identify temporal and aspectual values of the *pretérito imperfeito do indicativo* in literary shortstories. The *corpus* chosen is the book *Praça de Londres: cinco contos situados*, by Lídia Jorge. To this end, some concepts of the theories of Reichenbach (1947) and Vendler (1967) will be used to study Tense and Aspect, respectively. Through the analysis of the *corpus* we were able to identify some temporal values of this tense and its influence when combined with states and with events and determine if the situations represented by this tense always establish an overlapping relation with the situations with which they occur.

KEYWORDS. Tense, Aspect, Pretérito Imperfeito do Indicativo, Literary Text.

## 1. Introdução

O principal objetivo deste estudo é identificar, nos contos analisados da obra *Praça de Londres: cinco contos situados*, de Lídia Jorge, os valores temporais e aspetuais do pretérito

---

<sup>15</sup> Estudante do 1.º ano do 3.º Ciclo de Estudos em Ciências da Linguagem, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

imperfeito do indicativo. Neste trabalho, não serão tidos em conta os valores modais deste tempo verbal, apesar de terem surgido algumas ocorrências durante a nossa análise.

No que se refere à estrutura do artigo, começaremos por fazer o enquadramento teórico, no qual serão abordados os seguintes temas: o Tempo, tendo como base a proposta teórica de Reichenbach (1947); o Aspeto, seguindo a proposta de Vendler (1967); os valores temporais e aspetuais do pretérito imperfeito do indicativo; e, por fim, ainda que de forma breve, a sequência de tempos verbais. De seguida, apresentaremos a análise realizada do *corpus*, constituído por cinco contos literários da obra *Praça de Londres: cinco contos situados*, da autoria de Lídia Jorge. Terminaremos com algumas considerações finais.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1. Tempo**

O tempo gramatical é um elemento constitutivo de todas as línguas do mundo, uma vez que todas têm alguma forma de o demonstrar. Segundo Oliveira (2013: 509), o tempo linguístico permite-nos “localizar temporalmente as situações expressas nos enunciados, em particular naqueles que são constituídos por frases”. Há diversas formas de o expressarmos, podendo ser através de tempos verbais, adjuntos adverbiais ou verbos auxiliares e semiauxiliares. Assim, o tempo pode ser representado num eixo orientado com uma direção de passado para futuro, admitindo três momentos: passado, presente e futuro.

De forma a utilizar o tempo linguístico como a categoria de análise deste trabalho, será aplicada a proposta de Reichenbach (1947). Conforme Ilari (1997), citado por Domingos (2004: 47), a nomenclatura utilizada na proposta de Reichenbach (1947) “é bastante próxima das intuições do falante e se aplica bem ao português”. Em Domingos (2004: 47), acrescenta-se que Reichenbach “foi o primeiro lógico a formalizar uma interpretação temporal das línguas naturais, determinando uma linha do tempo e propondo, nesta, três pontos: momento da fala, momento do evento e momento de referência”.

Para melhor explicar estas três noções, Silvano (2010: 96) diz-nos que:

“The point of speech corresponds to the time point of the act of speech. The point of the event is the time in which the predication is located. The point of reference is vaguely defined as a time between the point of the event and the point of speech.”

(Silvano 2010: 96)

Reichenbach (1947) definiu, portanto, ponto de referência como o ponto a partir do qual o momento da fala e o momento do evento se relacionam temporalmente. Assim, é por intermédio do ponto de referência que nos é possível localizar uma determinada situação. Vejamos o exemplo (1):

(1) A Rita ligou quando o Rui estava a ver televisão.

O evento *A Rita ligar* tem como ponto de referência a situação descrita por *O Rui estava a ver televisão*. Segundo Matos (1996: 443), citado em Domingos (2004: 47), “o ponto de referência torna-se imprescindível quando se pretende situar temporalmente o evento, não só relativamente ao tempo da fala, como relativamente a outro(s) evento(s)”. É importante dizer que nem sempre o ponto de referência surge explicitamente na frase, podendo estar representado no contexto linguístico ou até extralinguístico. Coan (2003), citada por Domingos (2004), afirma que, por vezes, é possível resgatar o ponto de referência através de deduções.

Silva (2005) cita Duarte (2000: 316), que define o intervalo de tempo como um “conjunto contínuo e ordenado de momentos de tempo” e acrescenta que esta ordenação se realiza com base em relações de precedência, isto é, “o momento  $t_i$  precede o momento  $t_{i+1}$  e é precedido pelo momento  $t_{i-1}$ . Por outras palavras, o momento  $t_i$  é anterior ao momento  $t_{i+1}$  e posterior ao momento  $t_{i-1}$ ”. Relativamente às relações que os intervalos de tempo podem manter entre si, Oliveira (2003) e Silva (2005) estabelecem quatro: sobreposição total, sobreposição parcial, inclusão e precedência. No entanto, neste trabalho, iremos agrupar os dois tipos de sobreposição, reduzindo esta classificação a apenas três tipos de relações temporais, a saber: sobreposição, inclusão e precedência. Estamos perante uma relação de sobreposição quando a extensão dos intervalos coincide total ou parcialmente, como se verifica nos exemplos (2) e (3):

(2) A Maria leu a revista enquanto almoçava.

(3) Enquanto a Maria cantava, o Pedro tocava piano.

No que respeita à inclusão, esta surge quando o intervalo de menor extensão se inclui no intervalo de maior extensão. Acerca deste tipo de relação temporal, Silva (2005) considera que a inclusão constitui uma variante da relação de sobreposição. Para além disso, o autor refere que a relação de inclusão existe quando o início do intervalo de menor extensão é posterior ao início do intervalo de maior extensão. Vejamos o exemplo (4):

(4) O Pedro tossiu quando estava a ver televisão.

Por último, a relação de precedência, conforme destacado anteriormente, surge quando um dos intervalos antecede o outro. Nesse sentido, veja-se o exemplo (5):

(5) Quando o Rui chegou à faculdade, já a Maria tinha ido embora.

Ou seja, no caso do exemplo (5), o evento relativo a *A Maria ir embora* é anterior ao de *O Rui chegar à faculdade*.

Contudo, o tempo linguístico não é a única categoria pertinente para estudar a referência temporal, sendo necessário também abordar a natureza aspetual das situações. Por isso, de seguida, faremos uma breve revisão sobre alguns conceitos relativos ao Aspeto, para que possamos, no final, compreender claramente as categorias de Tempo e de Aspeto.

## 2.2. Aspeto

Segundo Oliveira (2003: 129-130), “o Tempo linguístico é uma categoria relacional, quer seja deítico quer seja anafórico, enquanto o Aspeto se centra na perspetivação interna sem necessitar de se relacionar com outros elementos”. Por outras palavras, o Aspeto diz respeito à estrutura temporal interna das predicções, que poderá variar tendo em conta o tipo de situações descritas nas frases. Estreitando ainda mais este conceito, importa atentar no aspeto lexical, o qual se relaciona com as características temporais internas de uma dada situação e, portanto, com a sua classe aspetual básica. Adicionalmente, destaque-se que a classe aspetual de uma dada situação toma em consideração as informações fornecidas sobretudo pelo verbo, mas também pelos seus complementos e pela semântica dos sujeitos envolvidos. No entanto, há vários factores que podem influenciar a classe aspetual básica de uma predicção, nomeadamente, e segundo Cunha (2013: 587), “os tempos verbais, os verbos de operação aspetual ou os adjuntos adverbiais temporais”, elementos que, regra geral, dão origem a situações de tipo derivado. Ora, neste caso em particular, falamos em aspeto composicional ou gramatical. Neste seguimento, para identificarmos a classe aspetual de uma determinada situação, é necessário considerar o conjunto das suas características, e, portanto, os seus traços aspetuais, concernentes a quatro propriedades: a dinamicidade, a duratividade, a telicidade e a homogeneidade<sup>16</sup>.

Primeiramente, a dinamicidade relaciona-se com o facto de as situações apresentarem fases sucessivas, havendo alteração do estado de coisas, como, por exemplo, em *correr* ou em *comer uma maçã*. Por outro lado, as situações não dinâmicas são aquelas em que não há

---

<sup>16</sup> As questões relacionadas com a estrutura física das situações são discutidas, pela primeira vez, nos trabalhos de Moens (1987) e Moens & Steedman (1988), a partir da noção de Núcleo Aspetual.



alteração do estado de coisas e, por isso, não nos permitem delimitar diferentes fases (ex.: *ser magro*, *viver no Porto*). Relativamente à duratividade, esta surge quando uma dada situação não ocorre apenas num momento *ti*, prolongando-se no intervalo de tempo em que está inserida, conforme se atesta no exemplo (6):

(6) O Rui correu durante meia hora.

Não obstante, as situações não durativas caracterizam-se como sendo pontuais, uma vez que se restringem a um único momento (*ti*):

(7) A Maria chegou às 5h.

Quanto à telicidade, esta caracteriza situações que se orientam para um determinado fim, pelo que a situação apresenta um fim intrínseco, sendo, portanto, *télica*. Veja-se o exemplo (8):

(8) O Pedro comeu um bolo.

Todavia, no caso do exemplo (9), estamos perante uma situação *atélica*, já que não se verifica uma limitação final intrínseca.

(9) A Maria correu na praia.

Quando a limitação final intrínseca, isto é, a culminação, é atingida, a fase seguinte é a do estado consequente. Utilizando a predicação que usámos para definir uma situação *télica*, conseguimos compreender que o estado consequente ou resultativo seria *o bolo está comido*.

Por fim, no que respeita à homogeneidade, Cunha (2013: 590) afirma que “uma situação é homogénea se as suas partes constitutivas mantêm basicamente as mesmas características da situação completa considerada globalmente”. Vejamos o exemplo (10):

(10) A Maria correu durante 1h.

Se considerarmos verdadeira a proposição do exemplo (10), então será igualmente verdade que nos primeiros cinco minutos dessa hora a *Maria correu*. No caso das situações que não apresentam homogeneidade, as subpartes dessa situação não são da mesma natureza que a situação global.

(11) A Maria leu o livro em vinte minutos.

Tendo em conta o exemplo (11), não é verdade que *A Maria leu o livro* nos primeiros dez minutos, sendo então considerada uma situação heterogénea.

Estas propriedades aspetuais permitem distinguir diferentes classes aspetuais. Neste sentido, o traço aspetual que nos permite fazer a distinção entre estados e eventos (Moens, 1987; Moens & Steedman, 1988) é a dinamicidade, a qual está presente nos eventos e ausente nos estados. Por um lado, os estados representam situações não dinâmicas, uma vez que a sua estrutura interna não apresenta qualquer mudança no estado de coisas. Contrariamente, os eventos caracterizam-se por haver mudança do estado de coisas durante o seu decurso. Para além desta distinção, Moens (1987) e Moens & Steedman (1988) propõem uma subdivisão de eventos: em culminações, processos culminados, processos e pontos.

De referir ainda que a teoria de Vendler (1967) foi pioneira no estudo do Aspeto. Ademais, releve-se que foi esta a proposta teórica utilizada na fundamentação da nossa abordagem sobre o Aspeto, uma vez que o autor realizou uma distinção que consideramos ser necessária e suficiente para os objetivos do presente trabalho.

Vendler (1967: 97) transmite-nos a noção de que os verbos diferem entre si, tendo em conta o tipo de situações que descrevem, pelo que uns sugerem “processes, states, dispositions, occurrences, tasks, achievements, and so on”. Nesta sequência, o autor dá-nos a conhecer a sua divisão relativa ao tipo de situações: *activity*, *accomplishment*, *achievement* e *state*. Para caracterizar esta distinção, Vendler afirma:

“The concept of activities calls for periods of time that are not unique or definite. Accomplishments, on the other hand, imply the notion of unique and definite time periods. In an analogous way, while Achievements involve unique and definite time instants, States involve time instants in an indefinite and nonunique sense.”

(Vendler 1966: 149)

Ainda neste trabalho, o autor agrupa alguns verbos, de acordo com a classificação que faz das várias situações. A título de exemplo, verbos como *running* e *pushing a cart* pertencem aos “activity terms”, ao passo que as formas verbais que descrevem situações do tipo *running a mile* e *drawing a circle* fazem parte dos “*accomplishment terms*”<sup>17</sup>. Passando agora a situações que se distinguem destas últimas pelo traço aspetual da duração (mais especificamente, pelo valor negativo atribuído a este traço), existem os “*achievement terms*”, de que faz parte *reaching the top*. Por último, verbos do tipo *knowing* e *liking* incluem-se nos “*state terms*”.

---

<sup>17</sup> Uma das críticas recorrentes ao trabalho de Vendler é que, apesar de o autor se referir a estes exemplos como verbos, trata-se, de facto, de sintagmas verbais (i.e., o conjunto formado pelo verbo e pelos seus argumentos internos).

Contudo, a distinção entre estados e eventos é suficiente para o objetivo deste estudo.

### 2.3. Sequência de tempos verbais

De acordo com Oliveira (2003: 173), a sequência de tempos verbais resulta da “dependência que se estabelece entre as leituras temporais de formas verbais de algum modo relacionadas entre si”. São os tempos das frases que localizam as situações ou eventualidades no eixo temporal e o modo como esses tempos, nas frases simples e nas frases complexas, localizam as situações não é igual; se, por um lado, os tempos nas frases simples podem localizar uma eventualidade tendo em conta o momento da enunciação e também outros intervalos de tempo, o mesmo nem sempre se verifica nas frases complexas, as quais manifestam algumas restrições com a ocorrência de determinados tempos verbais nas orações que as constituem<sup>18</sup>. Oliveira (1998) e Coelho (2015) destacam a possibilidade de se falar em sequência de tempos, não só em frases simples, mas também em frases complexas:

“(...) se considerarmos que o estudo da semântica dos tempos, como, aliás, de uma série de outros fenómenos linguísticos, deve ter o texto e não a frase isolada como objeto de análise, verificamos que a sequencialização dos tempos, porque exprimem, pelo menos, a ordenação dos acontecimentos e dos estados descritos, se pode observar mesmo quando se trata do domínio de frases complexas”.

(Oliveira 1998: 421)

“A sequência de tempos verbais aplica-se não só a frases complexas, como também a sequências de frases simples e complexas em fragmentos textuais”.

Coelho (2015:29)

Reichenbach (1947) também se interessou por esta temática, defendendo a presença de regras de sequencialização de tempos. O conceito que introduziu, a saber, ponto de referência, é de grande relevância para esta questão, uma vez que pode ou não manter-se. Neste contexto, veja-se o princípio da permanência do ponto de referência, o qual prevê que, embora uma

---

<sup>18</sup> Domingos (2004) dá-nos um exemplo de restrição ao citar Fiorin (1996), pois este diz, em relação ao tempo verbal, que “Se o da oração principal for o pretérito perfeito, prevê-se para a oração subordinada o uso do pretérito imperfeito, para indicar simultaneidade ou posterioridade, e pretérito perfeito para indicar anterioridade”. A oração subordinada a que se refere é, neste caso, a completiva. Apesar de esta afirmação ser, no geral, ajustada, sabemos que é possível utilizar também o pretérito mais-que-perfeito para indicarmos anterioridade.

frase complexa contenha situações que ocorrem em diferentes momentos no tempo, apresentando mais do que um ponto de evento, o ponto de referência é o mesmo para todas elas.

#### **2.4. Pretérito Imperfeito do Indicativo**

O pretérito imperfeito é um tempo verbal que nos dá a informação de passado. No entanto, para além do valor temporal, este tempo verbal tem também diferentes valores aspetuais e modais. As propriedades modais associadas ao pretérito imperfeito não farão parte da nossa análise, uma vez que o que estamos a estudar são os seus valores temporais e aspetuais.

Ora, são vários os tipos de predicados que podem ocorrer com o pretérito imperfeito; veja-se, a título de exemplo, e segundo Oliveira (2013: 518), os predicados estativos que se referem a propriedades estáveis de um indivíduo (12):

(12) Fernando Pessoa era poeta.

Os predicados estativos estáveis podem ainda ser divididos em dois tipos: os predicados do tipo “ser poeta” e os predicados do tipo “ser natural de X”. No caso do primeiro, estes predicados podem ter um fim; no segundo caso, “ser natural de X” é uma característica permanente e inalienável do indivíduo a que se aplica. A autora acrescenta ainda que esta diferença se relaciona com “inferências distintas de valor temporal, quando o verbo está no pretérito imperfeito do indicativo”.

No entanto, se analisarmos frases com estados temporários ou eventos, o pretérito imperfeito não funciona da mesma forma, isto é, necessita de um tempo que lhe sirva de referência, que pode ser dado por um adjunto adverbial ou por uma frase independente com valor temporal. Se o tempo de referência for dado por uma oração subordinada, é muito comum que se inicie por “quando, enquanto, ao mesmo tempo que” e tenha o verbo no pretérito perfeito do indicativo ou no imperfeito (Oliveira 2013: 519).

A respeito de características aspetuais, o pretérito imperfeito do indicativo aproxima-se, em certa medida, do presente, nomeadamente pelo facto de serem ambos aspetualmente imperfetivos, o que significa que não conseguimos delimitar as fronteiras das situações que descrevem (Oliveira 2013: 521). É precisamente graças a esta propriedade que surgem diferentes leituras semânticas destes tempos verbais. Uma outra característica que aproxima o pretérito imperfeito do indicativo do presente é que, uma vez combinado com eventos, a leitura disponível é a de habitualidade ou a de repetição de situações, podendo

surgir ainda uma leitura de descrição de uma situação como estando a decorrer. Vejamos o exemplo (13):

(13) O Rui escrevia.

A proposição presente em (13) permite-nos atribuir uma característica ao sujeito, sugerindo inclusivamente a inferência de que *O Rui era escritor*. É possível também utilizar o pretérito imperfeito do indicativo em frases genéricas, tal como o presente, pois ambos os tempos permitem representar “características típicas ou essenciais e atemporais das espécies, ou de outros tipos de entidades” (Oliveira 2013: 522). Como exemplo, veja-se a frase da autora:

(14) Os dinossauros eram herbívoros.

### **3. O Estudo**

#### **3.1. Corpus**

O material utilizado para este estudo foi a obra *Praça de Londres: cinco contos situados*, de Lídia Jorge, que apresenta os seguintes contos: “Praça de Londres”, “Rue du Rhône”, “Branca de Neve”, “Viagem para dois” e “Perfume”.

O livro *Praça de Londres: cinco contos situados* foi publicado no ano de 2008 pela editora Dom Quixote. Relativamente à seleção do *corpus*, todos os contos foram lidos na íntegra e a escolha das ocorrências pretendeu demonstrar exemplos ilustrativos dos usos mais frequentes do pretérito imperfeito. Assim, o *corpus* é composto por vinte e uma passagens retiradas dos cinco contos.

#### **3.2. Metodologia**

O *corpus* foi analisado tendo em conta as relações temporais de sobreposição, inclusão e precedência entre os pontos do evento e de referência. Para representar essas relações, foi feito um esquema para cada tipo. Assim, depois de analisado o *corpus*, foram construídos esquemas que agrupassem os exemplos de acordo com as relações temporais que descreviam e em seguida analisados quanto à categoria *Aspetto*, distinguindo-se apenas eventos de estados.

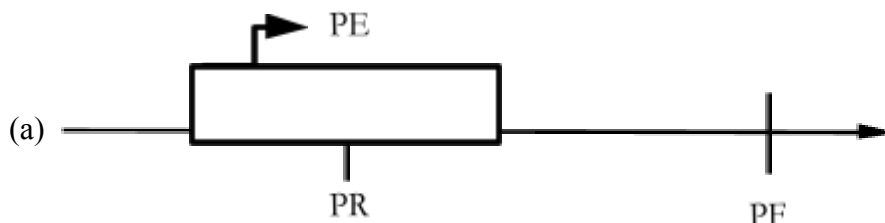
### 3.3. Análise do *corpus*

Nesta secção, apresentamos os resultados da análise das relações temporais e das propriedades aspetuais das situações representadas pelo pretérito imperfeito. Nos exemplos a negrito estão as situações representadas pelos pretéritos imperfeitos em análise e os sublinhados destacam os pontos de referência para as situações em questão. Importa lembrar que o que será apresentado são as ocorrências mais significativas do pretérito imperfeito e não a sua totalidade.

#### 3.3.1. Análise das propriedades temporais

Nesta secção, sistematizamos a análise das propriedades temporais das situações descritas pelo pretérito imperfeito, recorrendo a esquemas representativos das relações temporais entre os intervalos de tempo mais relevantes para a caracterização temporal das situações propostos por Reichenbach (1947), a saber: ponto da fala (PF), ponto do evento (PE) e ponto de referência (PR).

No esquema (a) temos os casos em que o ponto de referência está incluído no ponto do evento e, por isso, os exemplos que lhe correspondem são: 1, 5, 7, 12, 13, 14, 16, 17 e 19 (esta numeração corresponde à do *corpus* em anexo).



Alguns dos exemplos referidos são os seguintes:

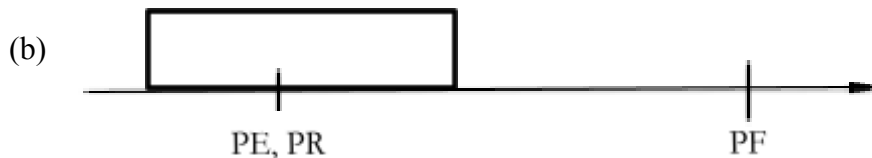
(15) “Quando tive o prazer de o conhecer, **já ele era a sombra duma sombra**, esticado no solo, como se fosse um tapete de listas e pintas, pronto a ser pisado”. (p.49) (exemplo 13 no anexo)

(16) “E aproximámo-nos do bicho. **O rei das almofadas jazia sobre o soalho, imóvel.**” (p.57) (exemplo 17 no anexo)

(17) “Parto da ideia de que **tinha cinco anos**, quando ela saiu de casa e a babá chegou”. (p.66) (exemplo 19 no anexo)

Explicando estas relações através dos exemplos dados, verificamos que as situações a negrito já tinham sido iniciadas antes das situações sublinhadas, que se constituem como os seus pontos de referência, e continuaram depois da ocorrência destas, estabelecendo com elas uma relação de inclusão.

Relativamente ao esquema (b), este dá-nos conta das ocorrências em que o ponto de referência e o ponto do evento estão sobrepostos, permitindo-nos atribuir-lhe os seguintes exemplos do *corpus*: 2, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 18 e 20.

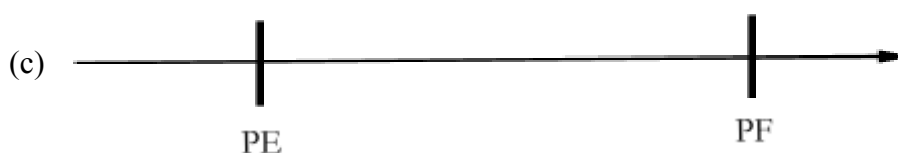


Para ilustrar este esquema, apresentamos os seguintes exemplos:

- (18) “O grande macho a rasgar a água como uma faca múltipla, fechada, a afastar-se, a vencer-nos na nossa imobilidade, enquanto hesitávamos”. (p.27) (exemplo 6 no anexo)
- (19) “Pois era isso, precisamente, **o que Maria da Graça constatava**, ao encerrar a última pasta, naquele fim de dia de infatigável trabalho”. (p.31) (exemplo 9 no anexo)

Nos exemplos relativos ao esquema (b), verificamos que em todas as situações a relação entre o PE e PR é de sobreposição e não de inclusão, como no esquema anterior, pois os limites temporais inicial e final do intervalo de menor extensão não estão incluídos no intervalo de maior extensão, podendo o *ti* do primeiro coincidir ou anteceder o *ti* do intervalo maior.

No esquema (c), temos os exemplos que não têm ponto de referência explícito no contexto linguístico adjacente. No entanto, através de mecanismos de interpretação do texto, podemos construí-lo e, por isso, atribuímos-lhe o exemplo 20 (correspondente ao exemplo 21 do anexo).



- (20) “Parto da ideia de que tinha cinco anos, quando ela saiu de casa e a babá chegou (...) Além de se ocupar do que me dizia respeito, **a babá ocupava-se da roupa do meu pai, separava-lhe as peças, pendurava-as, escovava-as, ou encaminhava-as para a**

**máquina de lavar. Estendia-as, passava-as. Depois dobrava as camisas, os pulôvers, as meias, e alinhava tudo isso sobre a cama como se fosse uma exposição teatral”.**  
(pp.66,70) (exemplo 21 no anexo)

Neste exemplo, podemos considerar que todas as situações descritas como habituais se deram após a chegada da babá.

O exemplo 21 (exemplo 3 do anexo) pertence ao esquema (d), uma vez que a sua função é a de enquadramento e, por isso, o ponto de referência coincide com o ponto da fala, precedidos pelo ponto do evento.



(21) “**Era muito larga a vitrina onde se encontrava a mala de mão.** Não só muito larga e desabitada como demasiado alta.” (p.21)

Foram identificados quatro tipos de esquemas em que podemos inserir os nossos dados: há ocorrências em que o ponto de referência está incluído no ponto do evento; outras em que o ponto de referência está sobreposto ao ponto do evento; situações em que não há ponto de referência, mas em que é possível reconstruí-lo contextualmente; e também situações em que o ponto de referência desempenha uma função de enquadramento.

Estes esquemas permitem-nos perceber alguns valores temporais do pretérito imperfeito tendo em conta os três pontos sugeridos por Reichenbach (1947).

De notar ainda que o ponto de referência surge ao longo dos contos analisados sob diversas formas: por uma oração temporal (22), por uma frase simples (23), por expressões adverbiais (24) e (25), pelo contexto alargado (26) ou pelo ponto da fala (27), quando este é o único elemento que nos permite interpretar temporalmente o PE.

(22) “Os beijos de um e as gargalhadas do outro a passarem perto, a dois metros de distância, a coisa íntegra e intocável a deslocar-se como se deslocava quando ainda vinha longe do meu corpo e eu já estava parada. Meu Deus.” (pp.11-12) (exemplo 2 no anexo)

(23) “E aproximámo-nos do bicho. O rei das almofadas jazia sobre o soalho, imóvel.” (p.57)  
(exemplo 17 no anexo)



- (24) “Naquele instante mesmo, os primeiros acordes dos Concertos de Brandeburgo atravessavam as paredes e vinham ter connosco, ali, onde estávamos. Agora, os seus olhos escuros não se me tiravam de cima. Pareciam presos ao tecido do meu casaco”. (p.56) (exemplo 16 no anexo)
- (25) “E no entanto, de momento para momento, a situação mudava”. (p.35) (exemplo 10 no anexo)
- (26) “Parto da ideia de que tinha cinco anos, quando ela saiu de casa e a babá chegou (...) Além de se ocupar do que me dizia respeito, a babá ocupava-se da roupa do meu pai, separava-lhe as peças, pendurava-as, escovava-as, ou encaminhava-as para a máquina de lavar. Estendia-as, passava-as. Depois dobrava as camisas, os pulôvers, as meias, e alinhava tudo isso sobre a cama como se fosse uma exposição teatral”. (pp.66, 70) (exemplo 21 no anexo)
- (27) “**Era muito larga a vitrina onde se encontrava a mala de mão.** Não só muito larga e desabitada como demasiado alta.” (p.21) (exemplo 3 no anexo)

### 3.3.2. Análise aspetual: eventos e estados

Para além da análise temporal realizada tendo em conta as relações de sobreposição, inclusão e precedência, é necessário compreender também alguns dos valores aspetuais associados à comparência do pretérito imperfeito. Neste estudo, fez-se apenas a análise aspetual mediante a divisão entre eventos e estados.

Os nossos dados confirmam o que é referido na literatura quanto à ocorrência do pretérito imperfeito com estados: o pretérito imperfeito, quando combinado com estados, não causa mudanças aspetuais. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (28) “A vida tem destas coisas. Mas o que mais interessa é que a partir das primeiras palavras logo nos apercebemos de que **tínhamos o essencial em comum** (...)”. (p.45) (exemplo 12 no anexo)
- (29) “Quando tive o prazer de o conhecer, **já ele era a sombra duma sombra**, esticado no solo, como se fosse um tapete de listas e pintas, pronto a ser pisado”. (p.49) (exemplo 13 no anexo)
- (30) “E o bicho moveu-se e separou-se do saco. As águas, naquele instante, **estavam** juncadas de folhas que dançavam na superfície lenta”. (pp.26-27) (exemplo 5 no anexo)

Ao contrário do que acontece com os estativos, quando combinado com eventos télicos, o pretérito imperfeito transforma-os em situações atélicas, fazendo com que deixemos de conseguir delimitar as fronteiras da situação. Veja-se:

- (31) “Contou a rapariga, **enquanto a minha música atravessava as paredes** e vinha ter connosco, a este lado da casa. E Maria Luísa contou mais”. (p.54) (exemplo 15 no anexo)

O pretérito imperfeito transforma ainda eventos em estados habituais, como exemplificado em (32) e (33):

- (32) “Parto da ideia de que tinha cinco anos, quando ela saiu de casa e a babá chegou (...) Além de se ocupar do que me dizia respeito, a babá **ocupava-se** da roupa do meu pai, **separava-lhe** as peças, **pendurava-as**, **escovava-as**, ou **encaminhava-as** para a máquina de lavar. **Estendia-as**, **passava-as**. Depois **dobrava** as camisas, os pulôvers, as meias, e **alinhava** tudo isso sobre a cama como se fosse uma exposição teatral”. (pp.66, 70) (exemplo 21 no anexo)

- (33) “(...) contou dos seus hábitos, dos sinais de entendimento que havia entre ambos, da forma como se alimentava, dos cuidados que ela mesma tinha, de como sofria por causa da Bolsa (...) referiu a forma como contava as horas para regressar a casa (...). **De como lhe tratava da cama, de como lhe mudava as pedrinhas e respectivas marcas que usava** (...)”. (p.52) (exemplo 14 no anexo)

#### 4. Conclusão

O objetivo deste estudo foi o de identificar os valores temporais e aspetuais do pretérito imperfeito do indicativo em contos literários. O *corpus* utilizado foi extraído dos contos da obra *Praça de Londres: cinco contos situados*, de Lídia Jorge. Iniciámos este trabalho revendo propostas teóricas que nos ajudaram a compreender e a aplicar os conceitos de Tempo e Aspeto. De facto, na proposta de Reichenbach (1947), o ponto de referência é um conceito imprescindível para compreendermos a relação que determinadas situações mantêm entre si, permitindo-nos localizar com mais precisão as situações descritas, tal como os conceitos de ponto do evento e ponto da fala. Estes três pontos mantêm entre si relações de sobreposição, de inclusão e de precedência.

No caso das propostas aspetuais, revimos Vendler (1967) e Moens (1987) e Moens e Steedman (1988), optando por fazer apenas a distinção entre estados e eventos e não estudar exaustivamente os tipos de eventos e as mudanças aspetuais.

Quanto ao tratamento temporal do *corpus*, vimos que podemos analisar os dados com o Pretérito Imperfeito segundo quatro esquemas de relações temporais diferentes: de sobreposição, de inclusão, de precedência entre os pontos de evento e de referência, ainda que, nestes casos, sempre com precedência do ponto do evento em relação ao ponto da fala. No que concerne à relação entre o ponto de referência e o ponto da fala, há apenas um caso em que a relação não é de precedência, mas sim de sobreposição, uma vez que é a partir do ponto da fala que perspectivamos temporalmente a situação descrita. Além disso, verificámos que o ponto de referência para as situações representadas pelo pretérito imperfeito pode ser dado por uma oração temporal, por uma frase simples, por expressões adverbiais ou até pelo ponto da fala, um elemento extralinguístico. Com esta análise, confirmámos alguns dos valores temporais deste tempo verbal descritos na literatura.

Relativamente ao Aspeto, conseguimos determinar as leituras que surgem quando o pretérito imperfeito do indicativo se combina com estados, dando-nos informação temporal, sem modificar a classe aspetual das situações, e quando se combina com eventos, transformando-os em estados habituais ou transformando eventos télicos em situações atélicas.

Este estudo revelou-se relevante na medida em que nos possibilitou verificar algumas características temporais e aspetuais do pretérito imperfeito em contos literários, contribuindo para a caracterização semântica deste tempo verbal.

## Referências

- Coelho, A. S. 2015. Relações Retóricas e Temporais no Texto. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Cunha, L. F. 2013. Aspeto. In Gramática do Português (Vol. I, 585-622). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Domingos, R. F. A. 2004. Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível na Internet em: <file:///C:/Users/acer1/Desktop/Faculdade/Mestrado/2º%20semestre/Temas%20de%20Semântica%20II/203185.pdf>, acedido em 30.05.2017.
- Moens, M. 1987. Tense, Aspect and Temporal Reference. Tese de doutoramento, Universidade de Edimburgo.

- Moens, M.; M. Steedman 1988. Temporal Ontology and Temporal Reference. *Computational Linguistics* 14: 15-28.
- Oliveira, F. 1986. Algumas considerações acerca do P. Imperfeito. Atas do II Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 78-96.
- Oliveira, F. 1998. Algumas questões semânticas acerca da sequência de tempos em Português. *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, 421-436.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e aspecto. In *Gramática da Língua Portuguesa* (6ª ed., 127-173). Lisboa, Caminho.
- Oliveira, F. 2013. Tempo verbal. In *Gramática do Português* (Vol. I, 509-556). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reichenbach, H. 1947. *Elements of symbolic logic* (287-297). London, Macmillan.
- Silva, P. 2005. O Tempo no texto. Tese de doutoramento, Universidade Aberta.
- Silvano, M. P. 2010. Temporal and Rhetorical Relations: the Semantics of Sentences with Adverbial Subordination in European Portuguese. Tese de doutoramento, Universidade do Porto.
- Vendler, Z. 1967. Verbs and Times. In *Linguistics in Philosophy*. Ithaca and London: Cornell University Press.

## Anexos

- (1) “**Caminhava** eu ao longo do passeio, vinda do escritório do advogado. (...) Vinha a pensar nos crimes que assim se cometem e nas leis com as suas teias, ovos e aranhas, que os punem. Vinha a pensar nisso tudo, e na forma como o advogado tentava imaginar os meus crimes vistos do lado de lá (...) **vinha** eu concentrada, a olhar para a biqueira dos sapatos, mês de Novembro fora (...) Como ia a dizer, **vinha** eu mergulhada nesse princípio de noite, Praça de Londres adiante, a pensar nos meus eventuais crimes de furto, burlice e danos a outrem, meus gestos manhosos e danosos, vinha a pensar unicamente nisso, quando de súbito levantei os olhos, naquela hora em que a rua estava quase deserta, e eu vi uma coisa.” (p.9)
- (2) “Os beijos de um e as gargalhadas do outro a passarem perto, a dois metros de distância, a coisa íntegra e intocável a deslocar-se como se **deslocava** quando ainda vinha longe do meu corpo e eu já estava parada. Meu Deus.” (pp.11-12)
- (3) “**Era** muito larga a vitrina onde se **encontrava** a mala de mão. Não só muito larga e desabitada como demasiado alta.” (p.21)
- (4) “E nós de novo levantámos a malinha no ar. Abrimo-la. Esventrámo-la do pano de seda vermelha que a enformava, vimos-lhe as algibeiras interiores, os fechos, os lugares para os esconderijos, os cantinhos para os segredos, estudámos os ângulos para a bolsa da maquilhagem, o lugar dos lenços, o volume total do conteúdo, os fechos de apertar, a resistência suave que oferecia ao unir (...) Na realidade, **estávamos** diante do belo sulcado lago Léman, o sereno lago, o doméstico lago sulcado de barcos silenciosos, de sombras tranquilas, o coração dos motores discretos como tiquetaques de relógios de pulso a bordejarem a silhueta dos hotéis de sonho. Isto é, **estávamos** em Genève, Jura nevado, Rue du Rhône” (p.23)
- (5) E o bicho moveu-se e separou-se do saco. As águas, naquele instante, estavam juncadas de folhas que dançavam na superfície lenta”. (pp.26-27)

- (6) “O grande macho a rasgar a água como uma faca múltipla, fechada, a afastar-se, a vencer-nos na nossa imobilidade, enquanto **hesitávamos**”. (p.27)
- (7) “Ele a oferecer-nos a nuca navalhada, em debandada, enquanto **olhávamos** para o cartão de plástico. (...) Mas nós é que não iríamos recuar. **Olhávamo-nos, levantávamo-nos**.” (pp.27-28)
- (8) “O grande macho a rasgar a água como uma faca múltipla, fechada, a afastar-se, a vencer-nos na nossa imobilidade (...) Ele a oferecer-nos a nuca navalhada, em debandada (...) **Estávamos** dispostas a dar tudo. Cem que fossem”. (pp.27-28)
- (9) “Pois era isso, precisamente, o que Maria da Graça **constatava**, ao encerrar a última pasta, naquele fim de dia de infatigável trabalho”. (p.31)
- (10) “E no entanto, de momento para momento, a situação **mudava**”. (p.35)
- (11) “Virou-se, informou-os - «Eu vou atravessar o Campo Grande. E vocês?» Os miúdos não **diziam nada**. Só a **seguiam**, muito pouco enroupados, as mãos debaixo dos sovacos, os cotovelos rente ao corpo. O da frente, a rir **desabridamente**. Parando todos quando ela **parava**, caminhando quando ela **caminhava**. Os táxis **passavam** ao centro da avenida, longínquos, os sinais desligados, a recolherem para qualquer lugar como animais antigos para o amalho”. (p.38)
- (12) “A vida tem destas coisas. Mas o que mais interessa é que a partir das primeiras palavras logo **nos apercebemos** de que **tínhamos** o essencial em comum (...)”. (p.45)
- (13) “Quando tive o prazer de o conhecer, já ele **era** a sombra duma sombra, esticado no solo, como se fosse um tapete de listas e pintas, pronto a ser pisado”. (p.49)
- (14) “(...) contou dos seus hábitos, dos sinais de entendimento que **havia** entre ambos, da forma como se **alimentava**, dos cuidados que ela mesma **tinha**, de como **sofria** por causa da Bolsa (...) referiu a forma como **contava** as horas para regressar a casa (...). De como lhe **tratava** da cama, de como lhe **mudava** as pedrinhas e respectivas marcas que **usava** (...)”. (p.52)
- (15) “Contou a rapariga, enquanto a minha música **atravessava** as paredes e vinha ter connosco, a este lado da casa. E Maria Luísa contou mais.”. (p.54)
- (16) “Naquele instante mesmo, os primeiros acordes dos Concertos de Brandeburgo **atravessavam** as paredes e vinham ter connosco, ali, onde **estávamos**. Agora, os seus olhos escuros não se me **tiravam** de cima. **Pareciam** presos ao tecido do meu casaco”. (p.56)
- (17) “E aproximámo-nos do bicho. O rei das almofadas **jazia** sobre o soalho, imóvel.” (p.57)
- (18) “E assim passou um dia inteiro. Mas eu só tive a certeza de que **estávamos** sozinhos, quando os supostos bêbados partiram e o meu pai me estendeu os braços com os quais pegava na guitarra (...)”. (p.66)
- (19) “Parto da ideia de que **tinha** cinco anos, quando ela saiu de casa e a babá chegou”. (p.66)
- (20) “Mas aquela de quem falo, aquela que partira, essa, pelo contrário, era magra, tinha o cabelo liso dando-lhe pela cintura (...) Lembro-me da forma como me **carregava** na sua anca alta, balouçando-me sobre o seu osso. Lembro-me de como me **dava** banho, lembro-me de como me **beijava**. (...) **Dava-me** beijos longos, pelas mãos e pela face”. (p.67)
- (21) “Parto da ideia de que **tinha** cinco anos, quando ela saiu de casa e a babá chegou (...) Além de se ocupar do que me dizia respeito, a babá **ocupava-se** da roupa do meu pai, **separava-lhe** as peças,

**pendurava-as, escovava-as, ou encaminhava-as** para a máquina de lavar. **Estendia-as, passava-as.** Depois **dobrava** as camisas, os pulôvers, as meias, e **alinhava** tudo isso sobre a cama como se fosse uma exposição teatral”. (pp.66, 70)

**Martin HASPELMATH. 2019. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change? In K. Schmidtke-Bode, N. Levshina, S.M. Michaelis & I.A. Seržant (eds.), *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*. Berlin: Language Science Press, pp. 1–23. DOI:10.5281/zenodo.2583804**

Carlos Sousa e Silva<sup>19</sup>

[silvacarlosrogerio@gmail.com](mailto:silvacarlosrogerio@gmail.com)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto

## 1.

O trabalho de um investigador em Tipologia, como aliás o de qualquer linguista, não envolve apenas o levantamento de dados, mas passa também pela sua explicação e categorização. Neste sentido, além de questionar “quais são os universais?”, é igualmente importante indagar “o que é que se entende por *universal*?” e “como podemos categorizá-los?”.

A visão tipológica clássica de Greenberg (1963, 1995) levanta, desde logo, a questão da relação entre os universais e a sincronia e entre os universais e a diacronia, distinguindo-os da seguinte forma:

- i. **Universais sincrónicos prototípicos:** “Se uma língua tem a propriedade X, então também tem/tende a ter a propriedade Y.”;
- ii. **Universais diacrónicos prototípicos:** “Uma língua de tipo A pode mudar diretamente para uma língua de tipo B.”.

Deste modo, na segunda metade do século XX, começou a surgir a ideia de que “[the] synchronic regularities are merely consequences of [diachronic] forces” (Greenberg 1969: 186), ideia esta que foi quase completamente abandonada com o apogeu do Generativismo e com a teoria dos princípios e parâmetros (Chomsky 1981; 1986).

A explicação de tendências universais a partir da diacronia tem vindo a ganhar terreno recentemente, nomeadamente pela mão de Blevins (2004, 2006) e de Bybee (2008). Para estas

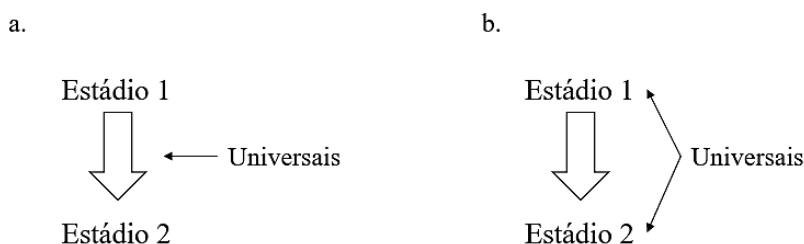
---

<sup>19</sup> Estudante do 1.º ano do curso de Doutoramento em Ciências da Linguagem.

autoras, todos os “universais” são diacrônicos por natureza, isto é, os “universais” são um pequeno conjunto de mecanismos de mudança subjacentes às línguas que motivam a superficialização de aparentes “universais sincrônicos”, como se vê em (1a). Assim, Blevins (2006: 120) propõe uma lista de mecanismos universais, entre eles “a mudança fonética numa certa direção tende a continuar”; este mecanismo comporta sincrónica ou diacronicamente processos como, por exemplo, a palatalização ou a velarização (e.g. te[s]ta lat. > te[h]te francês antigo > teØte francês moderno “cabeça”).

Kiparsky (2006<sup>20</sup>; 2008<sup>21</sup>) defende que os mecanismos de mudança podem ser uma pista para universais, mas não são universais eles mesmos. Para este especialista, os “verdadeiros universais” subjazem à estrutura da gramática sincrónica das línguas, como podemos observar em (1b).

1)



É nesta discussão que se introduz o texto de Haspelmath aqui recenseado.

2.

Martin Haspelmath é um dos mais notáveis investigadores em Tipologia Linguística. Professor na Universidade de Leipzig e investigador no Instituto Max Planck, é um dos principais editores das bases de dados tipológicas *WALS – World Atlas of Language Structures* e *Glottolog*.

Assim, num momento em que quase diariamente palpitam novas visões teóricas e nova terminologia, ninguém melhor do que este especialista, pela sua experiência e cultura tipológica, para reorganizar esta área do conhecimento, trazendo-lhe, através das suas ideias, precisão e rigor teórico-metodológico. Deste modo, uma das ideias fortes deste artigo é a de que uma restrição (*restriction*), uma condicionante (*constraint*), uma preferência (*preference*), uma tendência (*tendency*), uma predisposição (*bias*) e uma motivação (*motivation*) não devem

<sup>20</sup> *Contra* Blevins (2004; 2006).

<sup>21</sup> *Contra* Bybee (2008).



ser utilizadas indiferentemente pelos linguistas, razão pela qual boa parte do artigo (Haspelmath 2019: 4-8) é dedicada ao esclarecimento destes termos.

Outra das ideias centrais é a de que a noção de “explicação diacrónica” para os universais é muito vaga. Consequentemente, Haspelmath propõe uma divisão entre “condicionantes mutacionais” e “condicionantes adaptativo-funcionais” como diferentes vias de explicação de tendências universais na mudança linguística.

### 3.

Este trabalho de Haspelmath divide-se em 8 partes distintas.

Na primeira, o investigador enquadra o artigo no âmbito da “teorização” tipológica, mais especificamente, na ideia essencial dos “universais diacrónicos” (1.). Depois, na secção 2., *Regularities and causal factors: concepts and technical terms*, o autor procura distinguir várias noções usadas na investigação em Tipologia Linguística, nomeadamente a de “regularidades das línguas particulares” (2.1.), a de “padrões recorrentes e tendências universais” (2.2.) e a de “preferências, condicionantes e restrições” (2.3.).

Segue-se a esta longa secção, que ocupa sensivelmente metade do artigo, o esclarecimento da noção de “condicionante mutacional” (3.) e a sua exemplificação (4.), por oposição ao conceito de “condicionante adaptativo-funcional” (5. e 6.).

Por fim, na secção 7., *A cost scale of constraints*, Haspelmath hierarquiza as condicionantes, de acordo com a sua dificuldade de aplicação à descrição tipológica, concluindo, em 8., com a resposta à questão que dá título ao artigo: “Será que as regularidades comuns às línguas podem ser explicadas através de condicionantes na mudança linguística?”.

### 4.

Logo na introdução (secção 1.), depois de explicitada a hipótese que será debatida ao longo do artigo, ou seja, a de que todos os universais são diacrónicos por natureza, e de identificados os seus principais defensores (Timberlake 2003; Blevins 2006; Bickel 2015; Anderson 2016), o autor expõe os principais objetivos que presidiram à escrita do artigo:

- i. a clarificação conceptual (de propostas e termos utilizados em cada uma delas);
- ii. a proposta de que há duas formas segundo as quais a diacronia e os universais podem ser explicados: as condicionantes mutacionais para os casos de caminhos

de evolução comuns e as condicionantes adaptativo-funcionais para os casos de multi-convergência.

Assim, na secção 2., que visa responder ao objetivo (i), Haspelmath (2019: 4-6) introduz uma distinção crucial entre regularidades e causas como formas de explicação dos universais. Para uma perspetiva sintética dos termos reanalisados pelo autor e dos usos teórico-tipológicos de cada um deles, observe-se o quadro 2).

2)

REGULARIDADES		CAUSAS		
Língua particular	Comum às línguas		Condicionantes <sup>22</sup>	
Regra, Construção	<b>Padrões recorrentes</b>	<b>Tendências Universais</b>	Podem ser fortes	Podem ser fracas
Podem ser vistas como explicações para os padrões recorrentes, mas no sentido fraco/nível básico.	Não implicam outras línguas.	Implicam todas as línguas.	<b>Restrições</b>	<b>Preferências</b>

Muito na linha kiparskiana, o tipologista afirma que as regularidades não podem ser vistas *per se* como explicação para a distribuição de certos padrões linguísticos nas línguas do mundo, sendo esse papel reservado a quatro tipos de condicionantes:

3)

- a. **Condicionantes Adaptativo-Funcionais:** aquilo que facilita a comunicação entre o locutor e o ouvinte;  
Ex.: Os inventários fonológicos favorecem sistemas de cinco vogais, porque fazem um melhor uso do espaço acústico (De Boer 2011).
- b. **Condicionantes Representacionais:** aquilo que é preferido ou necessário para a representação cognitiva da linguagem;  
Ex.: Categorias funcionais como a *Determiner Phrase* estão representadas em todas as línguas, de forma “aberta” ou “coberta”, caso as línguas superficializem artigos ou não (Longobardi 1994).

<sup>22</sup> “Condicionantes” traduz o termo *constraint*, de Haspelmath (2019), uma vez que, apesar de, em português, normalmente ser traduzido por “restrição”, este autor distingue *constraint* de *restriction*, impossibilitando, portanto, a tradução mais usual.

Além disso, Haspelmath (2019: 4) chama a atenção para o facto de *constraint* ser usado na Teoria da Otimalidade (Prince & Smolensky 1993) para descrever regularidades internas às línguas. Contrariamente, este investigador usa-o para a descrição de universais, como sinónimo de *force* ou *pressure*.

- c. **Condicionantes Mutacionais:** aquilo que é preferido ou necessário à mudança;  
Ex.: As vogais nasais surgem apenas de sequências VN (Greenberg 1978).
- d. **Condicionantes Aquisicionais:** aquilo que é preferido ou necessário à aquisição de uma língua por crianças (podem ser incluídas nas condicionantes representacionais, uma vez que, generativamente, o que pode ser representado também pode ser aprendido);  
Ex.: Uma língua, para ser aprendida, tem de ter vogais (Nevins 2010).

Logicamente, esta distinção levanta uma questão teórica: qual a vantagem do uso do termo “condicionante mutacional” sobre a expressão “explicação diacrónica”? Assim, na secção 3., Haspelmath (2019: 10-11) enumera um conjunto de argumentos a favor da terminologia previamente esclarecida:

- i. A “explicação diacrónica” pode designar simplesmente a explicação das mudanças e não as causas que levam aos universais;
- ii. Explicações históricas aparecem como justificação de idiossincrasias contemporâneas (como o plural *foot/feet*), o que é irrelevante quando aplicado aos universais, uma vez que o objetivo é a verificação de percursos possíveis ou impossíveis de evolução;
- iii. Há duas formas em que a emergência de certos padrões envolve a diacronia: as distribuições podem ser diacronicamente determinadas (“condicionantes mutacionais”) ou podem surgir por realização diacrónica de resultados preferidos (“condicionantes adaptativo-funcionais”);
- iv. O termo “explicação diacrónica” incita a um contraste com “explicação sincrónica”; ora, estes termos, além de serem problemáticos, convidam a explicações não-causais.

Aprofunda-se, de seguida (secção 4.), porque é que, ao contrário da visão de Blevins (2004) e de Bybee (2008), os padrões recorrentes de mudança não são, por si mesmos, condicionantes sobre as mudanças possíveis.

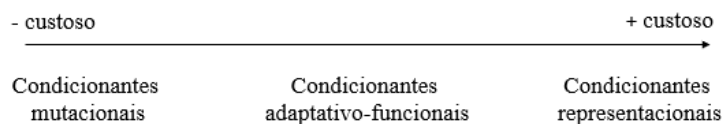
Na verdade, apesar da existência de padrões diacrónicos recorrentes nas línguas do mundo, não sabemos, de facto, o suficiente sobre a maior parte da história das línguas do mundo para poder afirmar, com certeza, que não há outras fontes de mudança ou mudanças possíveis. Conforme Haspelmath (2019: 11), apenas quando uma mudança é altamente uniforme é que estamos perante uma “condicionante mutacional”. Por exemplo, na mudança fonológica que envolve [h], não há línguas em que se verifique um percurso diferente de [s/x] > [h] > [∅]; estamos, portanto, até novas evidências, perante uma “condicionante mutacional”.

Há, no entanto, na evolução das línguas, casos de multi-convergência, ou seja, situações em que um resultado uniforme emerge de diferentes percursos de mudança. Para estes casos, quando se prova que a mudança não é acidental, mas, de facto, uma tendência universal, é necessária a introdução do conceito de “condicionante adaptativo-funcional”, na medida em que o desenvolvimento independente de traços similares surge para facilitação da comunicação, um pouco à maneira de Zipf (1949).

Um dos maiores problemas desta via de explicação é não mostrar de que forma a mudança ocorreu, o que, de acordo com Cristofaro (2017: 10), limita o sucesso deste tipo de explicação. Porém, Haspelmath (2019: 15) defende que o importante neste tipo de situações não é a maneira como ela ocorreu, mas a relação entre a motivação e os resultados observados, isto é, quando um resultado é preferido, qualquer tipo de mudança pode fazê-lo emergir e, assim, não precisamos de perceber qual a natureza da mudança.

Por fim (ponto 7.), o autor apresenta uma escala, que se reproduz em 4), do quão custoso é, para o linguista, propor cada tipo de condicionantes universais na mudança linguística:

4)



As “condicionantes mutacionais” são as mais fáceis e menos contestáveis, dado que assentam em mudanças que podem ser observadas e testadas à medida que novos dados surgem. As “adaptativo-funcionais” são mais difíceis de propor, visto que a fonte da mudança não é una e são altamente inferenciais. Já as “condicionantes representacionais”, por serem extremamente abstratas, devem, segundo este investigador, ser propostas apenas como último recurso explicativo.

Em suma, respondendo à pergunta que dá título ao artigo, Haspelmath (2019: 17) diz que algumas regularidades distribucionais nas línguas do mundo podem ser explicadas por condicionantes na mudança (“mutacionais”), mas nem todas, uma vez que, nos casos de multi-convergência, as “condicionantes adaptativo-funcionais” parecem ser a explicação mais viável.

## 5.

Dada a grande dispersão metalinguística no campo da explicação dos universais linguísticos e a falta de entendimento da maneira como a diacronia e os universais interagem, o texto de Haspelmath destaca-se enquanto instrumento norteador, tanto para quem faz, como para quem queira encetar o seu trabalho de investigação em Tipologia.

Na primeira parte, que envolve as secções 1. e 2., ganha especial relevo a distinção feita entre condicionantes, restrições (condicionantes fortes) e preferências (condicionantes fracas), conceitos usados de forma indiferente e, por vezes, confusa, na literatura tipológica. Por isso, o autor torna-os mais específicos e mais teoricamente neutros.

Além disso, a divisão das “explicações diacrónicas” em “condicionantes mutacionais” e “adaptativo-funcionais” (secções 3. a 6.) não só mune a Tipologia Linguística de um acrescido rigor explicativo, como também torna aplicável a ideia de Kiparsky (2006; 2008) segundo a qual os padrões recorrentes não podem funcionar como explicação nem constituem universais em si.

Em síntese, a capacidade de exposição de termos, de argumentação e de exemplificação patentes neste texto tornam-no incontornável no quadro da Tipologia Linguística.

## Referências

- Anderson, S. 2016. Synchronic versus diachronic explanation and the nature of the Language Faculty. *Annual Review of Linguistics* 2(1): 11–31.
- Bickel, B.; Witzlack-Makarevich, A.; Choudhary, K. Schlesewsky, M.; Bornkessel-Schlesewsky, I. 2015. The neurophysiology of language processing shapes the evolution of grammar: Evidence from case marking. *PLoS ONE* 10(8). e0132819.
- Blevins, J. 2004. *Evolutionary phonology: The emergence of sound patterns*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 2006. A theoretical synopsis of Evolutionary Phonology. *Theoretical Linguistics* 32(2): 117–166.
- Bybee, J. 2008. Formal universals as emergent phenomena: The origins of structure preservation. In *Linguistic universals and language change* (108-121). Oxford: Oxford University Press.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_. 1986. *Knowledge of language: Its nature, origin, and use*. New York: Praeger.
- Cristofaro, S. 2017. Implicational universals and dependencies. In *Dependencies in language: On the causal ontology of linguistic systems* (9-22). Berlin: Language Science Press.
- De Boer, B. 2001. *The origins of vowel systems*. Oxford: Oxford University Press.

- Greenberg, J. 1963. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In *Universals of language* (58-90). Cambridge, MA: MIT Press.
- \_\_\_\_\_ 1969. Some methods of dynamic comparison in linguistics. In *Substance and structure of language* (147-203). Berkeley: University of California Press.
- \_\_\_\_\_ 1978. Diachrony, synchrony and language universals. In *Universals of human language I: Method and theory* (61-92). Stanford: Stanford University Press.
- \_\_\_\_\_ 1995. The diachronic typological approach to language. In *Approaches to Language Typology* (145-166). Oxford: Clarendon.
- Hammond, M. 2006. Phonological Universals. In *Encyclopedia of Language and Linguistics* (525-531). Oxford: Elsevier.
- Haspelmath, M. 2019. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change? In *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence* (1-23). Berlin: Language Science Press.
- Hyman, L. 2008. Universals in phonology. *The Linguistic Review* 25(1/2): 83-137.
- Kiparsky, P. 2006. Amphichroniclinguistics vs Evolutionary Phonology. *Theoretical Linguistics* 32: 217-236.
- \_\_\_\_\_ 2008. Universals constrains change: change results in typological generalizations. In *Linguistic universals and language change* (23-53). Oxford: University Press.
- Longobardi, G. 1994. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25(4): 609-665.
- Nevins, A. 2010. Two Case Studies in Phonological Universals: A view from Artificial grammars. *Biolinguistics* 4: 217-232.
- Prince, A.; Smolensky. 1993. *Optimality Theory*. University of Colorado.
- Timberlake, A. 2003. Review of “G. C. Corbett: *Number (2000)*” and of “G. Senft (ed.): *Systems of nominal classification (2000)*”. *Journal of Linguistics* 29: 189-195.
- Zipf, G. 1949. *Human Behavior and the Principle of Least Effort*. Boston: Addison-Wesley.